



Reitor

Luiz Augusto Costa a Campis

Vice-Reitor

José Antônio Pastoreza Fontoura

Pró-Reitora de Graduação

Luci Elaine Krämer

Pró-Reitor de Pesquisa

e Pós-Graduação

Wilson Kniphoff da Cruz

Pró-Reitor de Administração

Vilmar Thomé

Pró-Reitor de Planejamento

e Desenvolvimento Institucional

Marcos Moura Baptista dos Santos

Pró-Reitora de Extensão

e Relações Comunitárias

Carmen Lúcia de Lima Helfer

EDITORA DA UNISC

Editora

Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente

Wilson Kniphoff da Cruz

Alba Olmi

Míria Suzana Burgos

Wolmar Alípio Severo Filho

Moacir Viegas

Olgário Paulo Yogi

Heron Sérgio Moreira Begnis

C755p

Conselho Regional de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

Pró-RS II por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul / coordenação de Dinizir Fermiano Becker. - Santa Cruz do Sul : EDUNISC, 2002.

v.

Conteúdo: v. 1. O funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do desenvolvimento regional.

1. Desenvolvimento sócio - econômico - Rio Grande do Sul. 2. Desenvolvimento regional - Rio Grande do Sul I. Becker, Dinizir Fermiano, coord. II. Título III. Título: O funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do desenvolvimento regional.

CDU: 330.34 (816.5)

Catálogo: Biblioteca Jorcenita Alves Vieira CRB - 10/1319



Avenida Independência, 2293

Fone (51) 3717-7462 - Fax: (51) 3717-7402

96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS

COREDES - RS

Fórum dos Conselhos Regionais de
Desenvolvimento do Rio Grande do Sul

PRÓ-RS II

POR UMA ORGANIZAÇÃO SOCIAL
PRÓ-DESENVOLVIMENTO REGIONAL
DO RIO GRANDE DO SUL

VOLUME 1

O FUNCIONAMENTO E OS FUNDAMENTOS
DE UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO
SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Diretoria Executiva do COREDES-RS
e Comissão Coordenadora do PRÓ-RS II

Dinizir Fermiano Becker - Presidente
Flávio Miguel Schnéider - Vice-Presidente
Luiz Pedro Bonetti - Primeiro Secretário
João Olavo Rosés - Segundo Secretário
Paulo Afonso Frizzo - Primeiro Tesoureiro
Edemar Girardi - Segundo Tesoureiro

Rio Grande do Sul, verão de 2001/02

EQUIPE TÉCNICA DO VOLUME I DO PRÓ-RS II

Contribuíram de forma voluntária, trabalhando cooperativamente na elaboração do VOLUME 1 - O funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do desenvolvimento regional (PRÓ-RS II - Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul), um grupo de profissionais das mais diferentes áreas do conhecimento e das mais diversas Instituições de Ensino Superior do Rio Grande do Sul.

Registramos aqui, seus nomes, formação básica (graduação), maior titulação, Instituição e COREDE a que pertencem, e também aproveitamos para agradecer a todos pelo seu trabalho comunitário e voluntário.

Dinizar Fermiano Becker
Presidente do COREDES-RS
e Coordenador Geral dos Trabalhos

Aldomar Rückert
Geógrafo - Doutorando em Geografia Política/Políticas Territoriais/USP
UFRGS - Depto de Geografia - Professor
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Alvaro Werlang
Contador - Esp. em Administração Estratégica Empresarial e em Ciências Contábeis
ULBRA - Campus São Jerônimo - Professor
COREDE Centro-Sul

Ana Flávia Mendicelli
Administradora - Espec. em Administração de RH e em Gestão Universitária
UFRGS - Coordenadora da Rede de Incubadoras Tecnológicas/SEDETEC
COREDE Metropolitan Delta do Jacuí - Equipe Técnica

Angela Bacchieri Duarte
Arquiteta - MSc em Planejamento Urbano e Regional
Assembleia Legislativa do Estado do RS - Assessora Dep. Bernardo de Souza
Convidada do Fórum dos COREDES-RS

Antônio Joreci Flores
Tecnologia Agrônoma - Esp. Economia Rural - MSc em Desenvolvimento Regional

O Funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do Desenvolvimento Regional

PRÓ-RS II

URI Frederico Westphalen - Professor
COREDE Médio Alto Uruguaí

William Edward Carson
Economista - PhD em Sociologia
UFSM - Professor
COREDE Central

Claudio Coelho Marques
Eng. Civil - Espec. em Saneamento
UNISINOS - Assessor Reitoria
CONSINOS - Tesoureiro e Sec. Adjunto

Claudio Leite Gastal
Tecnólogo em Processamento de Dados - MSc em Informática
UCPel - Coordenador do Escritório de Desenvolvimento Regional
COREDE Sul

Cleber C. Oliveira
Técnico Contábil
Prefeitura Municipal de Canela - Assessor do Gabinete do Prefeito
COREDE das Hortências/Planalto das Auracárias - Secretário Executivo

Dinizar Fermiano Becker
Economista - Dr. em Economia e Pós-Dr em Economia Política do Desenv.
UNIVATES/UNISC
Fórum dos COREDES-RS - Presidente

Edemar Girardi
Administrador - MSc em Gestão de Negócios e Formação Profissional para a Integração Latino-Americana

URI Frederico Westphalen - Diretor
COREDE Médio Alto Uruguaí - Presidente; Fórum dos COREDES-RS - 2º Tesoureiro

Elpidio Santos Magalhães
Advogado - MSc em Desenvolvimento Regional (Político-Institucional)
URCAMP São Gabriel e Alegrete - Professor
Convidado Fórum dos COREDES-RS

Flávio Miguel Schneider
Engenheiro Agrônomo - MSc em Agrometeorologia
UFSM - Centro de Ciências Rurais/UFSM - Professor e Diretor do Centro
COREDE Central - Presidente e Fórum dos COREDES - Vice-presidente

Flávio V. Comin
Economista - Dr. em Economia
UFRGS - Depto de Economia - Professor
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS

UNICRUZ – Professor
COREDE Alto Jacuí – Tesoureiro

Luiz Pedro Bonetti
Eng. Agrônomo – MSc. em Melhoramento Genético Vegetal
UNICRUZ – Professor e Vice-Reitor
COREDE Alto Jacuí – Presidente e Fórum dos COREDES – 1º Secretário

Marcos Arthêmio Fischborn Ferreira
Médico e Sociólogo – Dr. em Saúde Coletiva
UNISC - Professor
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Maria Alice Lahorgue
Economista – Dra. em Ciência Econômica
UFRGS – Depto de Economia – Professora, Pró-Reitora PROPLAN e Secretária SEDETEC
COREDEMETropolitano Delta do Jacuí – Secretária Executiva e Fórum dos COREDES – Conselho Consultivo

Maria da Conceição Lopes da Silva
Arquiteta

METROPLAN – Coordenadora de Planejamento
Convidada do Fórum dos COREDES-RS

Noemi T. Quintana Estácio
Assistente Social – Espec. Adm. e Planejamento em Programas de Bem Estar
UFRGS – Assistente Social
Convidada do Fórum dos COREDES-RS

Paulo Afonso Frizzo
Filósofo – Esp. Administração Pública
UNIJUÍ – Professor
COREDE Noroeste Colonial
Fórum dos COREDES-RS – Tesoureiro

Paulo Roberto de Aguiar von Mengden
Economista, Espec. em Gestão Ambiental
FACCAT – Professor
COREDE Paranhana/Encosta da Serra

Pedro Silveira Bandeira
Economista – MSc. Em Economia, Doutorando em Ciência Política
UFRGS – Depto de Economia – Professor
Fórum dos COREDES – Conselho Consultivo

Roselani Sodré da Silva
Lic. Em Matemática – Espec. Educação
OCERGS – Agente Região Sul
COREDE Sul – Presidente

Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS

Henrique Virgílio Oliveira de Borba
Administrador – Espec. Administração Hospitalar
FUNDA SUL – Presidente do Conselho Diretor
COREDE Centro-Sul – Secretário Executivo

Herbert Klarmann
Geógrafo – MSc. Em Desenvolvimento Regional
Secretaria de Coordenação e Planejamento do RS – Coordenador da Divisão de Desenvolvimento Regional
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Isidoro Zorzi
Filósofo – Espec. em Sociologia e Ciência Política
UCS – Professor e Assessor de Planejamento da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
COREDE Serra
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Jefferson Marçal da Rocha
Economista – MSc. Desenvolvimento Regional – Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento/UFPR
URCAMP – Professor
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

João Olavo Rosés
Administrador
Prefeitura Municipal de Canela – Secretário de Meio Ambiente e Planejamento Urbano
COREDE Região das Hortências/Planalto das Araucárias – Presidente; Fórum dos COREDES-RS – Secretário Adjunto

José Antônio Voltram Adamoli
Bacharel em Direito
UCS – Assessor Técnico do Instituto de Administração Municipal
COREDE Serra – Secretário Executivo; Coordenador da Macro Região Nordeste; Fórum dos COREDES-RS – Conselho Consultivo

José Reovaldo Oltramari
Sociólogo – Esp. em Planejamento de Recursos Humanos e em Administração Universitária
UCS – Professor e Diretor dos Núcleos Universitários de Nova Prata e Veranópolis
COREDE Serra – Secretária Executiva

Julio Cesar de Oliveira
Economista – Dr. em Economia – UFRGS
UFRGS – Depto de Economia – Professor
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Kid Solano Stock da Silva
Economista – MSc Planejamento e Desenvolvimento

O Funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do Desenvolvimento Regional

Tarso Nuñez

Lic. História – Espec. em Sociologia
Secretaria de Coordenação e Planejamento do RS – Diretor de Desenvolvimento Regional e Urbano
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Valdir Roque Dallabrida

Geógrafo – Mestre em Desenvolvimento Regional
UNIJUI – Santa Rosa - Professor
Convidado do Fórum dos COREDES-RS

Walter Frantz

Ciências Naturais e Pedagogia – Dr. em Sociologia da Educação
UNIJUI – Ijuí – Professor
Fórum dos COREDES-RS – Conselho Consultivo

Zeferino Perin

Filósofo – Esp. em Planejamento Estratégico
URI – Erechim – Assessor da Pró-Reitoria
COREDE Norte; Coordenador da Macro Região Norte; Fórum dos COREDES-RS – Conselho Consultivo

Dizia-se, antigamente, que, na guerra, a primeira vítima é a verdade. Hoje, poder-se-ia usar o mesmo argumento para definir campanhas eleitorais: nelas, a verdade é geralmente a vítima ou, na melhor das hipóteses, a grande ausente. Talvez seja útil, portanto, ficar esperto para o que deveriam ser os termos corretos do debate eleitoral de 2002.

(Clóvis Rossi – Folha de São Paulo, 09/setembro/2001)

APRESENTAÇÃO

Em nossos dias, devemos ter presente que, "com tudo o mais saindo da equação competitiva, o conhecimento tornou-se a única fonte de vantagem competitiva sustentável a longo prazo"¹ para o desenvolvimento de qualquer região. Este conhecimento só pode, segundo o mesmo autor, ser empregado através das habilidades de articulação/organização dos agentes regionais.

Portanto, a dinâmica do conhecimento ganhou

uma dimensão sistêmica, isto é, não se sustenta exclusivamente no dinamismo e na agilidade gerencial e inovacional da empresa privada, muito embora esta não tenha deixado de ser o veículo-chave de concretização da inovação tecnológica, isto é, da aplicação comercial, em escala econômica, de avanços científicos traduzidos em novos processos e produtos. Ocorre que a inovação privada flui com maior dinamismo nas economias que a presença de 'externalidades' benéficas combina-se com a interação acentuada entre a empresa privada e as instituições (...) de ciência e pesquisa aplicada (universidades, institutos, centros de pesquisa)²

Esses "novos" ambientes multiplicam-se por todos os setores da economia contemporânea. Essas estruturas cooperativas alguns rotulam de "capital social", como por exemplo, Putnam³, ao analisar a experiência italiana de regionalização do desenvolvimento; outros preferem rotulá-las de "capital sinérgico", como o fez Boisier⁴ ao acompanhar, enquanto técnico da CEPAL, a experiência de regionalização chilena; por fim, terceiros, ao analisarem experiências de regionalização em nações, cujos estados, desde a sua origem moderna e capitalista, não foram estados unitários, estão denominando de

¹ THURLOW, L. C. . O futuro do capitalismo. Rio de Janeiro: Rocco, 1997, P. 104

² COUTINHO, L.. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. Economia e Sociedade. Campinas(SP): IE/UNICAMP, VI, N1, p. 69- 87, 1992, P. 79.

³ PUTNAM, R. D. . Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

⁴ BOISIER, S. . El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. REDES. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, v 4, n 1, 61-78, jan./abr. 1999.

governance a estas formas de estreita interação dos agentes (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento, constituindo modelos próprios e específicos de desenvolvimento regional, conforme resume Bandeira⁵.

Essas formas de organização social pró-desenvolvimento regional aparecem mais concretamente nas múltiplas e novas formas de cooperação intra-regional e inter-regional visando a competição. Por isso, que essas combinações novas cada vez mais dependem de iniciativas político-institucionais e cada vez menos dependem da espontaneidade criativa do empresário schumpeteriano. São exemplos dessa nova realidade: a Terceira Itália, o Silicon Valley, a Route 128, ZIRST - Grenoble, Cambridge, entre tantas outras muitas iniciativas de novas combinações pensadas e levadas a cabo por sujeitos coletivos do desenvolvimento, dos quais são exemplos as celebradas conexões com a indústria de 'alta tecnologia' do Vale do Silício de [Universidade] Stanford ou a Rota 128 do MIT-Boston. Revelando uma crescente cooperação entre as universidades e as corporações econômicas para a produção organizada e coletiva de conhecimentos visando melhoras na competitividade sistêmica. Sem falar nas alianças estratégicas na área de pesquisa e desenvolvimento entre grandes corporações concorrentes. Além disso, pesquisas recentes recolhem evidências e indícios de que a qualidade do desenvolvimento numa região e seu êxito na concorrência econômica serão maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar mais bem planejado e organizado [socialmente], e menos regulado pelo mercado.

Isso é assim porque a dinâmica do desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se por ser resultado da síntese de dois processos contraditórios e, ao mesmo tempo, complementares: um, de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser em tese considerada como sendo a direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro e de acordo com os interesses econômico-corporativos, multinacionalizados e financeirizados.

Outra, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo a reação sócio-ambiental do desenvolvimento, uma contra-ação, exercida de dentro para fora e de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar.

Desses processos de contrários pode abortar ou nascer, enquanto síntese,

⁵ BANDEIRA, P. S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Orgs). Determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento Local-Regional).

um modelo (um projeto) próprio e específico, a complementaridade que une, em um, o duplo movimento de contrários, de desenvolvimento do lugar. Este modelo, na sua forma de reação passiva, abortada, resultará da incapacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos através da articulação dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados, o que impossibilita a construção de um projeto próprio e específico. Nessa forma passiva, os interesses sócio-ambientais são abortados regionalmente, quando o são, de acordo com os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista). É o mercado, a economia globalizada que determina a dinâmica do desenvolvimento regional.

Já o modelo, na sua forma de (re)ação ativa, nascida, resultará da capacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos através da articulação dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados. E, sobre e após essa articulação, pode-se construir um projeto próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto, alternativa, do desenvolvimento regional no desenvolvimento global, vinculando os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista) aos interesses sócio-ambientais regionalizados. Essa articulação, na sua forma de (re)ação ativa, somente é (será) possível se os agentes regionais, enquanto protagonistas diretos do desenvolvimento local-regional, fizerem nascer, naturalmente, na esfera da política, um aparato político-institucional mediador e viabilizador do seu processo de desenvolvimento.

Para ajudar a construir esse aparato, os Coredianos de todos os recantos do Rio Grande trabalharam intensamente na formulação do Projeto: **PRÓ-RS II - Por uma Organização Social Pró-Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul.**

O PRÓ-RS II tem por objetivos gerais:

- Organizar e subsidiar a intervenção e a participação política dos coredianos, em geral, e das Diretorias Executivas dos COREDES, em especial, no debate de projetos para desenvolver o Rio Grande do Sul e nos embates político-partidário do processo eleitoral de 2002.

- Pautar e inserir nas Plataformas Eleitorais dos candidatos a Governador, Senador, Deputado Estadual e Deputado Federal, das mais diferentes orientações político partidárias, e nos Programas de Governo dos candidatos a cargos executivos, propostas coerentes com o que denominamos de "os determinantes e desafios contemporâneos da organização social para o desenvolvimento

regional do Rio Grande do Sul”.

- Formular estratégias organizativas e estruturantes da ação sócio-política pró-desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

E tem por objetivos específicos:

- Caracterizar a organização social e ambiental do desenvolvimento do Rio Grande do Sul;

- Identificar as oportunidades e potencialidades da organização social pró-desenvolvimento regional;

- Definir prioridades estratégicas para o desenvolvimento regional do Rio Grande;

- Formular diretrizes estratégicas de ação política pró-desenvolvimento da organização social gaúcha comprometida com o desenvolvimento regional do Estado;

- Identificar e assegurar a continuidade de programas de governo estruturantes do desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul;

- Reunir Estatutos, Leis, Decretos, Resoluções, Protocolos e Modelos de Agências de Desenvolvimento Regional.

A elaboração e a publicação do PRÓ-RS II está organizada em três partes/volumes:

VOLUME 1 - O Funcionamento e os Fundamentos de uma Experiência de Organização Social do Desenvolvimento Regional;

VOLUME 2 - A Organização Social Pró-Desenvolvimento Regional do Rio Grande do Sul;

VOLUME 3 - A Forma Legal-Institucional na Construção de Parcerias Pró-Desenvolvimento Regional no Rio Grande Do Sul.

Nessa publicação, trazemos a público o VOLUME I do PRÓ-RS II. Essa é a primeira parte da nossa contribuição para o debate, a discussão e, principalmente, para a construção de um processo de desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul mais harmônicos, socialmente, mais convergentes, regionalmente, e mais equilibrados, ambientalmente.

Dinizar Fermiano Becker
Presidente do COREDES - RS
e Coordenador Geral dos Trabalhadores

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 COREDES-RS – O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM? | 17 |
| 2 MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DOS COREDES-RS | 23 |
| 2.1 Missão dos COREDES-RS | 23 |
| 2.2 Visão dos COREDES-RS | 23 |
| 2.3 Objetivos dos COREDES-RS | 23 |
| 2.4 Princípios dos COREDES-RS | 24 |
| 2.5 Os princípios dos COREDES-RS e a Criação de Capital Social | 25 |
| 3 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS COREDES-RS | 37 |
| 4 RELAÇÃO NOMINAL DAS DIRETORIAS EXECUTIVAS DOS COREDES-RS E OS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS DE ABRANGÊNCIA DE CADA COREDE | 39 |
| 5 A ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO COREDIANA | 55 |
| 5.1 Carta de Caxias | 55 |
| 5.2 Carta de São Leopoldo | 57 |
| 5.3 Carta de Porto Alegre | 65 |
| 5.4 Carta de Imbé | 74 |
| 6 A EXPERIÊNCIA COREDIANA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 85 |
| 6.1 A Experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul | 85 |
| 6.1.1 Participação e educação política: a ampliação dos espaços públicos | 85 |
| 6.2 Documentos Históricos: Resgatando os principais documentos | 116 |
| 6.2.1 Um registro escrito do nascimento da idéia | 116 |

1 COREDES-RS – O QUE SÃO E COMO FUNCIONAM?

O que é um Conselho Regional de Desenvolvimento?

É um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento regional.

Quando foram criados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento?

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados pela Lei nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, e regulamentados pelo Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994. Conforme o estabelecido na Lei, eles têm por objetivo:

- a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável;
- a integração dos recursos e das ações do governo na região;
- a melhoria da qualidade de vida da população;
- a distribuição equitativa da riqueza produzida;
- o estímulo à permanência do homem em sua região;
- a preservação e recuperação do meio ambiente.

Como funciona um Conselho Regional de Desenvolvimento?

O Conselho tem foro jurídico na comarca em que reside seu presidente e sede política em todos os municípios que o integram. Isto permite a municípios diferentes sediar cada uma das reuniões. O funcionamento ocorre através da discussão e deliberação, em reuniões plenárias realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, sobre temas de interesse regional.

Quais são suas competências?

Segundo o estabelecido na Lei, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm as seguintes atribuições:

- promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;

- elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;
- constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o art. 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado;
- orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações do Governo Estadual e Federal, na região;
- respaldar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

Quais atividades são desenvolvidas pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento?

Aos Conselhos Regionais de Desenvolvimento cabe exercer um papel extremamente importante, tanto para a região que representam como para o Governo do Estado, independentemente da sua composição político-partidária em qualquer momento determinado, desempenhando as seguintes atividades:

- colaboração com os órgãos estaduais da área de planejamento, instituições de ensino superior e outras entidades públicas ou privadas na elaboração e discussão de diagnósticos regionais, visando à preparação do Plano Estadual e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e suas respectivas alterações e atualizações;
- ajuda na identificação das principais necessidades de atendimento no que se refere aos serviços prestados pelo Estado;
- fiscalização da qualidade dos serviços prestados pelos órgãos estaduais;
- colaboração na busca de fontes alternativas de recursos para o financiamento de investimentos públicos;
- apoio a reivindicações de interesse regional encaminhadas pelo Governo do Estado perante a Administração Federal;
- engajamento na mobilização da comunidade local em torno de campanhas de interesse público desencadeadas pelo governo.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

Quem participa dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento?

- I - deputados estaduais e federais com domicílio eleitoral na área de abrangência do Conselho;
- II - prefeitos e presidentes de Câmaras de Vereadores, como representantes dos poderes públicos da região;
- III - representantes das instituições de ensino superior que atuam na região;
- IV - representantes das associações, sindicatos e conselhos setoriais criados por lei, como membros da sociedade civil organizada, identificada pelos seguintes segmentos sociais:
 - empresários e trabalhadores da indústria, do comércio e do setor de serviços;
 - empresários e trabalhadores rurais;
 - cooperativas e associações de produtores;
 - conselhos de desenvolvimento municipal;
 - movimentos ecológicos;
 - movimentos comunitários;
 - entidades da sociedade organizada;
 - cidadãos residentes na região de abrangência.

Como se estruturam os Conselhos?

A estrutura dos Conselhos é composta pelos seguintes órgãos:

- I - Assembléia Geral Regional;
- II - Conselho de Representantes;
- III - Comissões Setoriais.

A ASSEMBLÉIA GERAL REGIONAL

Como se forma a Assembléia Geral Regional?

Através da divulgação nos meios de comunicação locais, é feita a convocação de todos os segmentos sociais organizados em nível municipal.

Quem participa da Assembléia Geral Regional?

Todos os delegados eleitos por segmento social em seus fóruns municipais.

Quais são as suas competências?

Como órgão máximo de deliberação do Conselho, a Assembléia Geral Regional tem as seguintes competências:

- definir a composição do Conselho de Representantes e eleger seus membros efetivos e suplentes a cada dois anos;
- eleger a Diretoria Executiva do Conselho Regional de Desenvolvimento, composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo, com mandato de dois anos;
- aprovar e alterar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento;
- apreciar e deliberação sobre o relatório anual do Conselho de Representantes;
- apreciar e aprovar as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual com vistas a subsidiar a elaboração das leis previstas no art. 149 da Constituição Estadual: plano pluriannual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais e consulta popular;
- deliberar sobre outros assuntos de interesse da região.

CONSELHO DE REPRESENTANTES

Como se forma o Conselho de Representantes?

Na Assembléia Geral, os delegados de todos os municípios se reúnem, por segmento social, a fim de eleger seu representante. Os eleitos nesta etapa assumem uma função de caráter regional.

Exemplo: os prefeitos, reunidos na Assembléia Geral, escolhem o seu representante. Após eleito, esse prefeito, passa expressar a opinião de um dos segmentos organizados da região, e não mais de seu município. O mesmo deverá ocorrer com os demais participantes, como os empresários, trabalhadores da indústria e do comércio, dos trabalhadores rurais, etc.

Quem participa do Conselho de Representantes?

Todos os representantes de segmentos sociais eleitos na Assembléia Geral, sendo assegurada a participação dos diversos setores, a paridade entre empregadores e trabalhadores e a expressão de todos os municípios através de canais adequados.

Quais são as suas competências do Conselho de Representantes?

Como órgão executivo e deliberativo de primeira instância do Conselho Regional de Desenvolvimento, o Conselho de Representantes tem as seguintes competências previstas em lei:

- formular diretrizes para o desenvolvimento regional a serem submetidas à Assembléia Geral Regional;
- promover a articulação e integração regional entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais;
- promover a articulação do Conselho Regional de Desenvolvimento com os órgãos do Governo Estadual e Federal, com vista a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região;
- elaborar o Regimento Interno do Conselho Regional de Desenvolvimento;
- formular as propostas regionais a serem submetidas ao Poder Executivo Estadual, com o objetivo de subsidiar a elaboração das leis previstas no art. 149 da Constituição do Estado: plano pluriannual, diretrizes orçamentárias, orçamentos anuais.

AS COMISSÕES SETORIAIS

Como se formam as Comissões Setoriais?

São formadas por iniciativa do Conselho de Representantes, de forma a expressar a síntese dos interesses regionais.

Quem participa das Comissões Setoriais?

- pessoas cuja formação ou atuação corresponda à área da Comissão;
- representantes de órgãos estaduais e municipais;
- representantes de outras instituições públicas ou privadas existentes na região.

Quais são suas competências?

Como órgãos técnicos do Conselho, as Comissões Setoriais têm as seguintes competências:

- assessorar o Conselho de Representantes e a Diretoria Executiva nas suas deliberações e decisões;
- estudar e dimensionar os problemas regionais;
- elaborar programas e projetos regionais;
- sugerir os temas de interesse regional a serem debatidos pelo Conselho de Representantes.

2 MISSÃO, VISÃO, OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DOS COREDES - RS

2.1 Missão dos COREDES-RS

Ser espaço plural e aberto de construção de parcerias sociais e econômicas, em nível regional, através da articulação política dos interesses locais e setoriais em torno de estratégias próprias e específicas de desenvolvimento para as regiões do Rio Grande do Sul.

2.2 Visão dos COREDES-RS

Articular os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, inclusive colaborando para organizar os segmentos desorganizados, transformando-os em sujeitos coletivos capazes de formular suas próprias estratégias de desenvolvimento, to é, assim, serem construtores de seu próprio modelo de desenvolvimento regional.

2.3 Objetivos dos COREDES-RS

- I – formular e executar estratégias regionais, consolidando-as em planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- II – avançar a participação social e cidadã, combinando múltiplas formas de democracia direta com representação política;
- III – constituir-se em instância de regionalização das estratégias e das ações do Executivo, Legislativo e Judiciário do Rio Grande do Sul, conforme estabelece a Constituição do Estado;
- IV – avançar na construção de espaços públicos de controle social dos mercados e dos mais diversos aparelhos do Estado;
- V – conquistar e estimular a crescente participação social e cidadã na definição dos rumos do processo de desenvolvimento gaúcho;
- VI – intensificar o processo de construção de uma organização social pró-desenvolvimento regional;
- VII – difundir a filosofia e a prática cooperativa de se pensar e fazer o desenvolvimento regional em parceria.

determinado território possa ser, efetivamente, denominado região.

Busca da regionalização das políticas de desenvolvimento

A ação dos Conselhos deve contribuir para articulação, em escala regional, dos esforços locais de promoção do desenvolvimento. Deve voltar-se, também, para fazer com que as ações setoriais das diferentes instâncias do governo sejam estruturadas e integradas de forma a caracterizar verdadeiras políticas de desenvolvimento regional.

Aumento permanente da representatividade e da organização

Os COREDES devem empreender um esforço permanente no sentido de ampliar sua representatividade e sua penetração junto à comunidade, organizado e integrando à sua composição os segmentos ainda desarticulados da sociedade da região.

Apoio à continuidade das políticas públicas de interesse regional

Os COREDES devem defender a implementação e a continuidade das políticas governamentais que contribuem de maneira efetiva para o desenvolvimento regional, evitando seu abandono por motivos alheios ao interesse público.

2.5 Os Princípios dos COREDES-RS e a Criação de Capital Social¹

Em setembro de 1997 os Conselhos Regionais de Desenvolvimento adotaram formalmente um conjunto de princípios destinados a pautar sua atuação enquanto entidades voltadas para a promoção do desenvolvimento regional. O enunciado de vários desses princípios evidencia a influência de autores recentes, que destacam a importância do "capital social" para o processo de desenvolvimento.

Para esses autores, ao lado do capital físico e do capital humano, haveria um terceiro tipo de capital importante para o processo de desenvolvimento, constituído por todo o conjunto de "características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas"².

¹ Esta é uma contribuição do Prof. Pedro Silveira Bandeira escrita especialmente para fundamentar os princípios coredianos. Fica aqui registrado o nosso agradecimento a esse corediano de todas as horas.

² Ver PUTNAM, Robert D. (1996) - "Comunidade e Democracia: a Experiência da Itália Moderna", Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, p. 177.

2.4 Princípios dos COREDES-RS

Os presidentes dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, reunidos em Porto Alegre, no dia 11 de setembro de 1997, resolveram adotar os seguintes princípios, que devem nortear o trabalho de todos os participantes dos COREDES.

Promoção do desenvolvimento regional

O objetivo central da atuação do COREDES é a promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando competitividade, equidade e sustentabilidade.

Autonomia

O trabalho dos COREDES e de seus membros deve pautar-se pela autonomia, pela isenção e pela neutralidade em relação às diferentes instâncias governamentais, às correntes político-partidárias ou a quaisquer outras organizações da região ou de fora da região.

Pluralidade e identificação de consensos

Deve ser estimulada a livre expressão das diferenças de pensamento entre os membros do Conselho. Essa livre expressão deverá servir como ponto de partida para um esforço no sentido da identificação de pontos de consenso entre os segmentos que compõem a sociedade da região, quanto à forma de promover o desenvolvimento regional.

Confiança, cooperação e formação de parcerias

A ação dos COREDES deve contribuir para estreitar os laços de confiança, estimular a cooperação e viabilizar o estabelecimento de parcerias entre os diferentes segmentos da sociedade civil da região, bem como entre esses segmentos e as várias instâncias da administração pública, na busca do desenvolvimento regional.

Integração, articulação e consolidação das identidades regionais

Os COREDES devem constituir-se em espaço de articulação da sociedade regional, atuando no sentido de integrar os esforços da sociedade civil e das diferentes instâncias da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento.

A participação dos diferentes segmentos da sociedade na discussão dos problemas da sua região, no âmbito dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, deverá servir de base para a consolidação de uma identidade regional, entendida como o sentimento de pertinência a uma comunidade territorialmente organizada. A existência desse sentimento é condição essencial para que um

De forma coerente com essa concepção, pode-se perceber, em vários dos princípios dos COREDES, a preocupação no sentido de promover atitudes cooperativas entre os atores sociais, políticos e econômicos das regiões, bem como entre eles e as instâncias da administração pública, favorecendo a identificação de consensos e minimizando os potenciais efeitos negativos das divergências que possam existir entre esses atores:

“A ação dos COREDES deve contribuir para estreitar os laços de confiança, estimular a cooperação e viabilizar o estabelecimento de parcerias entre os diferentes segmentos da sociedade civil da região, bem como entre esses segmentos e as várias instâncias da administração pública, na busca do desenvolvimento regional.”

“Os COREDES devem constituir-se em um espaço de articulação da sociedade regional, atuando no sentido de integrar os esforços da sociedade civil e das diferentes instâncias da administração pública que tenham como objetivo a promoção do desenvolvimento.”

“O trabalho dos COREDES e de seus membros deve pautar-se pela autonomia, pela isenção e pela neutralidade em relação às diferentes instâncias governamentais, às correntes político-partidárias ou a quaisquer outras organizações da região ou de fora da região.”

“Deve ser estimulada a livre expressão das diferenças de pensamento entre os membros do Conselho. Essa livre expressão deverá servir como ponto de partida para um esforço no sentido da identificação de pontos de consenso entre os segmentos que compõem a sociedade da região, quanto à forma de promover o desenvolvimento regional.”

A noção de capital social foi uma das inovações que maior atenção recebeu, no contexto das ciências sociais, no decorrer da década de noventa. O interesse pelo tema rapidamente transbordou o âmbito estritamente acadêmico, alcançando os meios de comunicação, os formuladores de políticas e as instituições internacionais ligadas à promoção e ao financiamento do desenvolvimento.

Apesar da importância das contribuições de outros autores, como Pierre Bourdieu e James Coleman, a popularidade alcançada pelo conceito de capital

social deve ser atribuída, em grande parte, à repercussão do trabalho de Robert Putnam, um cientista político da Universidade de Harvard. Alguns textos de sua autoria, publicados ainda na primeira metade dos anos noventa, despertaram amplo interesse dentro e fora da comunidade acadêmica, e tiveram especial importância para a difusão desse conceito.

O primeiro desses textos foi um livro publicado em 1993, com o título de “Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy”³, onde Putnam estudou detalhadamente as diferenças de desempenho institucional verificadas entre as administrações regionais italianas, ao longo dos vinte anos que se seguiram à sua implantação, ocorrida em 1970. Depois de constatar, através de uma minuciosa análise empírica, que as administrações das regiões localizadas no centro e no norte da Itália haviam apresentado um desempenho melhor que as do sul, Putnam buscou identificar as causas dessas diferenças. Após descartar algumas hipóteses, como a de que as diferenças poderiam ser atribuídas ao maior ou menor grau de riqueza das regiões, Putnam optou por atribuir o desempenho destacadamente melhor de algumas das regiões do centro-norte às suas tradições cívicas, que teriam contribuído para acumular um maior estoque de capital social nessas áreas, constituído por uma densa malha de associações caracterizadas por um padrão horizontal de relações sociais.

Putnam é enfático quanto à direção da relação causal entre riqueza e tradições cívicas, ao referir-se, em outro texto, às regiões mais desenvolvidas da Itália:

“Essas comunidades não se tornaram cívicas simplesmente porque eram ricas. O registro histórico fortemente sugere exatamente o contrário. Elas se tornaram ricas porque eram cívicas. O capital social incorporado em normas e redes de engajamento cívico parece ser uma pré-condição para o desenvolvimento econômico, bem como para a eficácia dos governos.”⁴

Segundo ele, a desvantagem do Sul da Itália tinha origem no fato de que,

³ Editado em português, em 1996, pela Fundação Getúlio Vargas, com o título de “Comunidade e Democracia: A Experiência da Itália Moderna”.

⁴ PUTNAM, Robert D. (1993) - “The Prosperous Community - Social Capital and Public Life.” American Prospect (13): 35-42. <http://epn.org/prospect/13/13putn.html>.

a humanização e com a inserção institucional de alguns dos elementos já presentes no Consenso de Washington:

Uma das primeiras manifestações dessa mudança de enfoque foi a maior atenção que passou a ser dada pelo Banco Mundial e por outras instituições similares à adoção de procedimentos participativos na formulação e implementação de programas e projetos. A experiência do Banco, bem como de outras instituições internacionais da área de fomento do desenvolvimento, mostrou que a falta de participação da comunidade costumava constituir-se em uma das principais causas de fracasso de políticas, programas e projetos de diferentes tipos. Segundo essa avaliação, a ausência de uma interação suficiente com os segmentos relevantes da sociedade fizera com que muitos projetos e programas que haviam sido financiados por essas instituições tivessem sido mal concebidos e implementados, tornando-se incapazes de alcançar integralmente os objetivos propostos.

Embora o apoio do Banco Mundial com certeza tenha contribuído para o aumento da pesquisa em torno do conceito de capital social, não se pode atribuir sua popularidade exclusivamente – ou mesmo principalmente – ao apoio dessa ou de outras instituições. Na verdade, o próprio surgimento desse conceito insere-se em um processo mais amplo de renovação, especialmente no âmbito do “mainstream” da teorização econômica, do interesse pelas dimensões sociais e institucionais do desenvolvimento.

Como registra Woolcock, esse processo ficou plenamente caracterizado a partir do início da década de noventa, seguindo-se a um período de quase total abandono desses temas pelas correntes que dominaram a reflexão sobre o desenvolvimento nas décadas anteriores, especialmente no decorrer dos anos oitenta, quando predominou uma visão que pode ser caracterizada como essencialmente “mercado-cêntrica”.

Conforme Woolcock, a partir do início da década de noventa, uma conjugação de fatores contribuiu para começar a abalar essa ortodoxia, que caracterizou as políticas propugnadas pelo “Consenso de Washington”:

“Um conjunto de fatores geo-políticos contribuiu para que ocorresse uma reviravolta nos anos noventa, destacando-se entre eles a queda do comunismo, as dificuldades encontradas para criar instituições de mercado nas economias em transição, as crises financeiras do México, da Ásia, da Rússia e do Brasil, e a persistência do flagelo da pobreza até

ou “Beyond the Washington Consensus: Institutions Matter”¹¹, onde se verifica uma crescente influência neo-institucionalista sobre o enfoque da instituição.

Com isso, foi resgatada, ao menos em parte, a relevância do papel do estado na promoção do desenvolvimento, fazendo com que houvesse uma redução do predomínio da ortodoxia econômica de inspiração liberal - com sua ênfase quase exclusiva na importância do papel dos mercados - que caracterizou o período de predomínio do “Consenso de Washington”. Esta última expressão, cabe lembrar, foi cunhada em 1990 por John Williamson, para designar um conjunto de reformas consideradas necessárias, pelas instituições internacionais baseadas em Washington, para resolver os problemas das economias latino-americanas.

A responsabilidade por essa mudança de enfoque tem sido atribuída à influência do próprio James Wolfensohn, Presidente do Banco, e de Joseph Stiglitz, que ocupou o cargo de economista-chefe da instituição.¹² Tornou-se corrente, na literatura de língua inglesa, designar essa nova abordagem do Banco Mundial para a questão do desenvolvimento como o “Post-Washington Consensus” (PWC). Um aspecto importante a ser destacado nesse novo consenso é que o fato de que o resgate do papel do estado envolve uma revisão de suas esferas de atuação prioritária. Anteriormente visto com um “provedor de bens públicos”, o estado passa a atuar, nessa redefinição de suas relações com a sociedade civil e com os mercados, principalmente como um “minimizador de males públicos”.¹³

O novo paradigma da teoria do desenvolvimento, resultante desse emergente “Post-Washington Consensus”, implica no retorno do reconhecimento da centralidade da dimensão política nos processos de mudança econômica, bem como em uma nova concepção de governança, onde a sociedade civil passa a ser vista, essencialmente, como uma instância de mobilização do capital social. É importante destacar que, embora represente uma ruptura com a visão mais estreita de seu predecessor, o “Post-Washington Consensus” não rejeita sua ênfase na liberdade dos mercados. Ao contrário, sua preocupação maior é com

¹¹ BURKI, Shahid J. e PERRY, Guillermo E. (Orgs.) (1998) – “Beyond the Washington Consensus: Institutions Matter”, The World Bank, Washington D.C.

¹² EDWARDS, Michael (1999) – “Enthusiasts, Tacticals and Sceptics: The World Bank, Civil Society and Social Capital”, disponível no site <http://www.worldbank.org/poverty/scapital/library/edwards.htm>.

¹³ PHILLIPS, Nicola e HIGGOT, Richard (1999) “Global Governance and the Public Domain: Collective Goods in a Post-Washington Consensus Era”, paper preparado para a conferência sobre o tema “Governing the Public Domain Beyond the Washington Consensus? Redrawing the Line between State and Market”, realizada em Toronto entre 4 e 6 de novembro de 1999.

mesmo nos países mais prósperos. Nesse mesmo período, os formuladores de políticas, os investidores estrangeiros e as instituições internacionais de apoio ao desenvolvimento finalmente começaram a reconhecer o fato de que a corrupção, ao invés de "lubrificar as engrenagens" em países com ambientes institucionais frágeis, estava na verdade impondo elevados e mensuráveis custos sociais (...). A evidência de que as abordagens ortodoxas não haviam previsto essas dificuldades, nem apontavam caminhos para contorná-las, fez com que a atenção se voltasse para os aspectos sociais e institucionais.¹⁴

Essa conjugação de fatores contribuiu para que ocorresse um redirecionamento da pesquisa, que levou ao surgimento de um conjunto de contribuições convergentes, oriundas de diferentes disciplinas pertencentes ao campo das ciências sociais. Como registra, mais uma vez, Woolcock:

"Esse era o 'lado da demanda' da história. Do 'lado da oferta', um conjunto notável de publicações combinou-se para fazer com que os cientistas sociais se sentissem mais confiantes para enfrentar esses temas. Na economia, Douglass North (1990), ganhador do prêmio Nobel, argumentou que as instituições formais e informais (as estruturas legais e as normas gerais que definem 'as regras do jogo' na sociedade) eram cruciais para a compreensão do desempenho econômico. Na ciência política, Robert Putnam (1993) mostrou que a densidade e a abrangência das associações cívicas locais constituíam as bases para a ampla disseminação das informações e para a confiança social, criando as condições fundamentais para a governança efetiva e para o desenvolvimento econômico (...). Na sociologia, Peter Evans (1992 e 1995) demonstrou que a diferença entre um estado 'desenvolvimentista' e um estado 'predatório' dependia de forma crucial tanto da capacidade de suas insti-

¹⁴ WOOLCOCK, Michael (2000) – "The Place of Social Capital in Understanding Social and Economic Outcomes", p. 2. Trata-se de um texto apresentado no simpósio internacional sobre "The Contribution of Human and Social Capital to Sustained Economic Growth and Well-Being", promovido pela Human Resources Development Canada e pela OECD, em Quebec, entre 19 e 21 de março de 2000.

tuições públicas quanto da natureza das relações entre estado e sociedade. No final dos anos noventa, a literatura sobre o desenvolvimento relacionada com a capacitação institucional, com as redes sociais e com a participação da comunidade, inspirada por esses trabalhos, começou a aglutinar-se em torno de uma concepção geral centrada na idéia de 'capital social'.¹⁵

Cabe registrar, ainda, entre as contribuições fundadoras dessa abordagem centrada no conceito de "capital social", um aporte oriundo do campo da sociologia econômica, associado ao conceito de "embeddedness" (inserção), introduzido em 1985 por Mark Granovetter, em um artigo intitulado "Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness".

Contrariando, simultaneamente, a visão tradicional da teoria econômica neoclássica e os diferentes tipos de determinismo, Granovetter afirma que os indivíduos nem agem ou tomam decisões isolados do contexto social em que estão inseridos, nem apenas desempenham um papel rigidamente determinado pelo conjunto específico de categorias sociais de que fazem parte. Na verdade, suas ações estão inseridas em conjuntos concretos e dinâmicos de relações sociais. Granovetter afirma que a teoria econômica neoclássica oferece uma visão sub-socializada do comportamento econômico, na medida em que afirma que o comportamento racional do homo economicus é apenas marginalmente influenciado pelas relações sociais.¹⁶

Uma das contribuições mais importantes da teorização mais recente sobre o tema foi o estabelecimento de uma distinção entre três "tipos" de capital social, designados, em inglês, como "bonding", "bridging" e "linking"¹⁷. Em uma seção do World Development Report 2000-2001, do Banco Mundial, são descritas as características de cada um deles, no contexto do tema central desse relatório, que aborda o combate à pobreza,¹⁸:

¹⁵ WOOLCOCK (2000), p. 2 e 3.

¹⁶ FELDMAN, T. R. e ASSAF, S. (1999) – "Social Capital: Empirical Frameworks and Empirical Evidence – An Annotated Bibliography", The World Bank, Social Capital Initiative, Working Paper No. 5, p. 21.

¹⁷ Bond, em inglês, significa cola ou adesivo. Bridge significa ponte e link significa elo ou ligação.

¹⁸ WORLD BANK (2000) – "World Development Report 2000-2001: Attacking Poverty", disponível no endereço <http://www.worldbank.org/poverty/wdrpoverty/>.

Os vínculos existentes no interior desses segmentos - que ligam, por exemplo, os associados de uma cooperativa, de um sindicato ou de uma Associação Comercial, os filiados a um partido político, ou os residentes de um mesmo município - aproximam-se da noção de "bonding social capital". São elos relativamente fortes, que unem pessoas cujos interesses apresentam um grau significativo de afinidade. Já os elos implícitos no conceito de "bridging social capital", que precisam ser fortalecidos pela atuação dos COREDEs, são de outra natureza. Consistem em ligações menos intensas, baseadas numa afinidade mais difusa, onde interesses convergentes podem coexistir com outros divergentes.

É importante notar que essa afinidade difusa, nem sempre bem percebida pelos atores envolvidos, origina-se do fato desses segmentos coabitarem um mesmo território. Empregados e empregadores de uma mesma região podem divergir intensamente no que diz respeito a questões salariais. No entanto, seus interesses são convergentes quando se trata, por exemplo, de demandar a implantação de equipamentos públicos nessa região, ou quando se trata de promover ações que aumentem a competitividade regional, favorecendo a criação de novos empregos e tornando mais seguros os empregos já existentes. O papel dos COREDEs consiste em facilitar a percepção dessas afinidades, fazendo ver que as divergências existentes no que se refere a algumas questões não deve servir de obstáculo para a cooperação no que se refere a outras onde há convergência de interesses.

Além disso, atuando em conformidade com seus princípios, os COREDEs devem desempenhar um papel importante na criação de "linking social capital". Ao se articularem com as diferentes instâncias do poder público e com outras entidades relevantes, os Conselhos fortalecem a capacidade das comunidades locais no sentido de influenciar a tomada de decisões em organizações cuja atuação é importante para o processo de desenvolvimento regional.

Ao formarem parcerias como as que mantêm com a administração estadual, com a Assembléia Legislativa ou com o governo federal²¹, os Conselhos Regionais estão, na verdade, criando "linking social capital" e promovendo uma inclusão mais efetiva e permanente dos atores regionais em processos de discussão e deliberação relevantes para o desenvolvimento que normalmente ocorrem fora das fronteiras das regiões.

Nesse sentido, deve ser destacada a importância da institucionalização da

²¹ Através do Ministério da Integração Nacional, no Programa de Promoção de Promoção do Desenvolvimento Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas.

"(...)

- The strong ties connecting family members, neighbors, close friends, and business associates can be called bonding social capital. These ties connect people who share similar demographic characteristics.
- The weak ties connecting individuals from different ethnic and occupational backgrounds can be referred to as bridging social capital. Bridging social capital implies horizontal connections to people with broadly comparable economic status and political power. A theory of social capital that focuses only on relations within and between communities, however, opens itself to the criticism that it ignores power.
- A third dimension, linking social capital, consists of the vertical ties between poor people and people in positions of influence in formal organizations (banks, agricultural extension offices, the police). This dimension captures a vitally important additional feature of life in poor communities: that their members are usually excluded — by overt discrimination or lack of resources — from the places where major decisions relating to their welfare are made."¹⁹

A distinção entre essas três dimensões do conceito apareceu pela primeira vez em um texto de Warren, Thompson e Saegert, publicado em 1999.²⁰ Embora tenha sido desenvolvida tendo em vista a análise do papel do capital social no combate à pobreza, sua relevância para a temática do desenvolvimento regional é evidente.

As noções de "bridging social capital" e "linking social capital" contribuem para definir claramente o papel que deve ser desempenhado pelos COREDEs na promoção do desenvolvimento regional, ao agirem em conformidade com seus princípios. Na sua atuação, os Conselhos devem construir elos, ou pontes, entre segmentos diferentes da sociedade da região, ajudando a criar "bridging social capital".

¹⁹ World Bank (2000), p. 128.

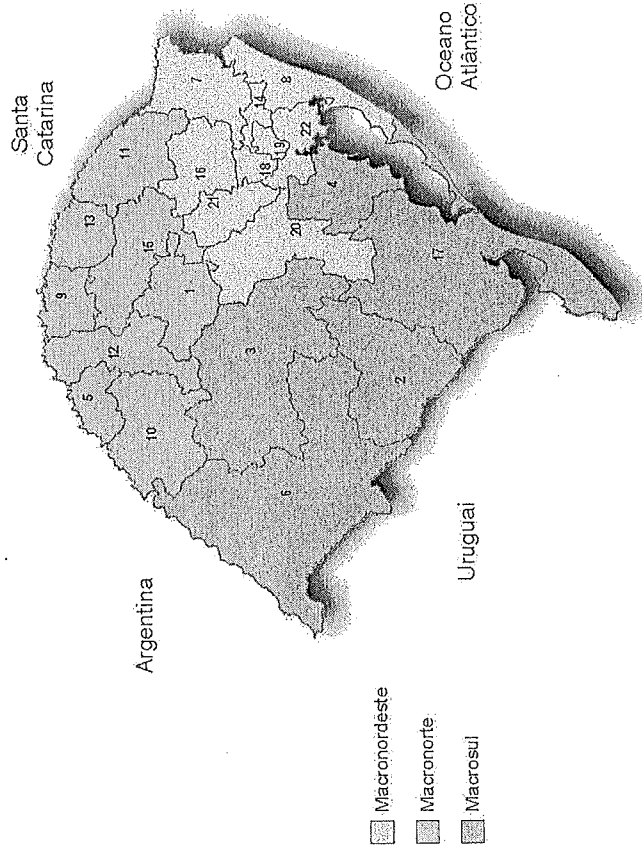
²⁰ Em um artigo intitulado "Social Capital and Poor Communities: A Framework for Analysis", apresentado em uma conferência realizada em Nova Iorque, em 1999, sobre o tema "Social Capital and Poor Communities: Building and Using Social Assets to Combat Poverty".

atribuições dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, através da Lei Estadual 10.283, de 17 de Outubro de 1994. Essa institucionalização ajuda a superar uma dificuldade tradicional das regiões do interior, cuja influência sobre as decisões, especialmente no âmbito do poder público, costuma depender da presença de indivíduos a elas ligados em postos-chave das instâncias político-administrativas, que tenham poder e influência suficientes para encaminhar as demandas de interesse dessas regiões. Quando não podem dispor de indivíduos com essas características, ou quando seu poder ou influência são abalados, os interesses dessas regiões sofrem evidentes prejuízos.

A institucionalização, por um documento legal, das atribuições dos Conselhos no que se refere à promoção da "participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região", e à sua condição de "instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o artigo 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado", contribuem para dar alguma estabilidade aos mecanismos de participação da comunidade nos processos de planejamento regional e de elaboração orçamentária.

Na ausência desse tipo de institucionalização, o encaminhamento das atividades de planejamento do desenvolvimento regional e de elaboração orçamentária ficariam totalmente sujeitos às preferências e idiosincrasias políticas de cada administração, podendo variar desde diferentes tipos de metodologias participativas até os procedimentos tradicionais de formulação de políticas "de cima para baixo", em gabinetes fechados, sem qualquer tipo de interação com as comunidades por elas afetadas.

3 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS COREDES-RS



Regiões Coredianas

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------------|
| 01 Alto Jacuí | 12 Noroeste Colonial |
| 02 Campanha | 13 Norte |
| 03 Central | 14 Paranhana-Encosta da Serra |
| 04 Centro-Sul | 15 Produção |
| 05 Fronteira Noroeste | 16 Serra |
| 06 Fronteira Oeste | 17 Sul |
| 07 Hortências-Planalto das Araucárias | 18 Vale do Cai |
| 08 Litoral | 19 Vale do Rio dos Sinos |
| 09 Médio Alto Uruguai | 20 Vale do Rio Pardo |
| 10 Missões | 21 Vale do Taquari |
| 11 Nordeste | 22 Metropolitano-Delta do Jacuí |

4 RELAÇÃO NOMINAL DAS DIRETORIAS EXECUTIVAS DOS
COREDES-RS E ENDEREÇOS, E RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS
DE ABRANGÊNCIA DE CADA COREDE

Diretoria Executiva do Fórum dos COREDES-RS (Eleita em 12 de julho
de 2001, mandato de um ano)

PRESIDENTE

Telefone

Dinizar Fermiano Becker

(51) 3714-7000/7014

COREDE Vale do Taquari

E-mail: dinizar@dinizarbecker.ecn.br

VICE-PRESIDENTE

Telefone

Flavio Miguel Schneider

(55) 220-8253

COREDE Central

E-mail: direccr@ccr.ufsm.br

PRIMEIRO SECRETÁRIO

Telefone

Luiz Pedro Bonetti

(55) 3321-1500

COREDE Alto Jacuí

E-mail: bonetti@unicruz.tche.br

SEGUNDO SECRETÁRIO

Telefone

João Olavo Rosés

(54) 282-4077

COREDE Hortênsias

E-mail: coredehpa@via-rs.net

PRIMEIRO TESOUREIRO

Telefone

Paulo Afonso Frizzo

(55) 3332-0610

COREDE Noroeste Colonial

E-mail: crdnorc@main.unijui.tche.br

SEGUNDO TESOUREIRO

Telefone

Edemar Girardi

(55) 3744-4040

COREDE Médio Alto Uruguai

E-mail: codemau@urifw.tche.br

Obs. 1: A abrangência territorial dos municípios está distribuído de acordo com os Decretos Estaduais de números 35.764 (28/12/94) e 38.362 (01/04/98).

Obs. 2: A Diretoria Executiva do COREDE, composta por um Presidente, Vice-Presidente, Secretário Executivo e Tesoureiro, será eleita em Assembléia Geral Regional, com mandato de dois anos.

Obs. 3: Consta na última página a relação dos 30 novos municípios criados em 1996. Até o momento não saiu o Decreto distribuindo esses municípios por COREDE. A distribuição já existe, conforme o Decreto nº 40.349, de 11/10/2000 (Regionalização Administrativa do Estado).

Obs. 4: Na última página consta a relação dos 30 (trinta) novos municípios criados em 16/04/1996 e os 07 (sete) municípios que informalmente trocaram de região. A distribuição dos novos municípios, bem como as trocas de região já foram contempladas no Orçamento Participativo do Estado e na Regionalização Administrativa do Estado (Decreto n.º 40.349, de 11/10/2000).

Relação das Diretorias dos COREDES-RS e respectivos municípios de abrangência

| 1. ALTO JACUI | | Atual Diretoria Executiva Eleita em 05/05/00 | | Fim do Mandato: maio/2002. | |
|---------------|--------------------------|--|--|----------------------------|--|
| NOME | Luiz Pedro Bonetti | Presidente | | | |
| CARGO | Vice-Reitor da UNICRUZ | | | | |
| PHONE | (54) 3322-8400 | | | | |
| FAX | (55) 3322-7850 | | | | |
| E-MAIL | bonetti@unicruz.tche.br | | | | |
| ENDER. | Rua Andrades Neves, 308 | | | | |
| MUN. | IBIRUBA | | | | |
| CEP | 98.200-000 | | | | |
| NOME | Jânio Vidal Stefanillo | Vice-Presidente | | | |
| CARGO | Presidente da COPREL | | | | |
| PHONE | (54) 324-1700 | | | | |
| FAX | (64) 324-1700 | | | | |
| E-MAIL | kidstock@unicruz.tche.br | | | | |
| ENDER. | Rua Andrade Neves, 308 | | | | |
| MUN. | CRUZ ALTA | | | | |
| CEP | 98.025-810 | | | | |

| 2. CAMPANHA | | Atual Diretoria Executiva Eleita em 22/05/01 | | Fim do Mandato: maio/2003 | |
|-------------|---------------------------------|--|--|---------------------------|--|
| NOME | Luís Fernando Mairardi | Presidente | | | |
| CARGO | Presidente Municipal | | | | |
| PHONE | (53) 240-5003 | | | | |
| FAX | (53) 242-2840 | | | | |
| E-MAIL | bagers@alternet.com.br | | | | |
| ENDER. | Rua Gaetano Gonçalves, 1151 | | | | |
| MUN. | BAGÉ | | | | |
| CEP | 96.400-970 | | | | |
| NOME | Anelmo Camillo | Vice-Presidente | | | |
| CARGO | Presid. da Câmara de Vereadores | | | | |
| PHONE | (53) 245-1177/ 245-7020 | | | | |
| FAX | (53) 245-1177 | | | | |
| E-MAIL | ordcamp@alternet.com.br | | | | |
| ENDER. | Rua Vinle, 711 Vila Operária | | | | |
| MUN. | CANDIÓTA | | | | |
| CEP | 96.495-000 | | | | |
| NOME | José Alton da Nova Menezes | Tesoureiro | | | |
| CARGO | ACIB | | | | |
| PHONE | (53) (53) | | | | |
| FAX | (53) (53) | | | | |
| E-MAIL | ordcamp@alternet.com.br | | | | |
| ENDER. | Professor da URCAM | | | | |
| MUN. | BAGÉ | | | | |
| CEP | 96.400-150 | | | | |

18 Municípios: Alto Alegre, Campos Borges, Colorado, Cruz Alta, Espumoso, Fortaleza dos Valos, Ibirapuitã, Ibirubá, Lagoa dos Três Cantos, Mormaço, Não-Me-Toque, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Salto do Jacuí, Santa Bárbara do Sul, Selbach, Tapera e Victor Graeff.

6 Municípios: Bagé, Cacapava do Sul, Cândota, Dom Pedrito, Hulha Negra e Lavras do Sul.

3. CENTRAL

COFEDE instalado em 14/06/91, no município de Cachoeira do Sul. Atual Diretoria Executiva Eleita em 23/03/01 Fim do Mandato: mar/2003.

| | | | | |
|--------|--------------------------------|-------------------------------|---------------------------|-----------------|
| NOME | Flavio Miguel Schneider | Miguel Chippetta Cardoso | José Osvaldo Jardim Filho | Fernando Bernal |
| CARGO | Diretor do Centro de C. Rurais | Prefeito Municipal | Professor da UFSM | |
| FONE | (55) 220-8253 | (55) 272-1811 | (55) 220-8253 | (55) 220-8695 |
| FAX | (55) 220-8695 | (55) 272-1864 | (55) 220-8695 | |
| E-MAIL | dirccr@ccr.ufsm.br | | | |
| ENDER. | Fx. De Camobi, Km 09 | Rua Exp. João M. Alberto, 147 | Fx. De Camobi, Km 09 | |
| MUN. | SANTA MARIA | TUPANCIRETÁ | SANTA MARIA | |
| CEP | 97.105-900 | 98.170-000 | 97.105-900 | |

34 Municípios: Aquido, Cacequi, Cachoeira do Sul, Cerro Branco, Dilermando de Aguiar, Dona Francisca, Faxinal do Soturno, Formigueiro, Itara, Ivora, Jaquari, Jarí, Júlio de Castilhos, Mata, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Novo Cabrais, Paraiso do Sul, Pinal Grande, Quevedos, Restinga Seca, Santa Maria, Santiago, São Francisco de Assis, São João do Polêsine, São Martinho da Serra, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Silveira Martins, Toropi, Tupanciretá, Unistalda, Vila Nova do Sul.

4. CENTRO SUL

COFEDE instalado em 20/12/91, no município de Butiá. Atual Diretoria Executiva Eleita em 16/08/01 Fim do Mandato: ago/2003.

| | | | | |
|--------|-------------------------------------|----------------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| NOME | Luiz Cezar Oliveira Leite | Elicy Rodrigues de Freitas | Erni Cardoso da Silva | Henrique de Borja |
| CARGO | Pastor da Igreja Evang. Assem. Deus | Vice-Prefeito | Empresário (Hotel Balmeario) | Pres. Fund. Ens. Superior Região |
| FONE | (51) 675-1070 | (51) 671-4433 | (51) 672-1092 | (51) 671-1855 |
| FAX | (51) 675-1070 | (51) 671-4266 | (51) 672-1092 | (51) 671-1855 |
| E-MAIL | | | | Henriqueborja@fundasul.br |
| ENDER. | Oto Nordin, 45 | Av. Clavo Moraes, 869 | Rua Ver. Alberto C. Filho, 493 | Cx. Postal 120 |
| MUN. | CERRO GRANDE DO SUL | CAMAQUÁ | TAPES | CAMAQUÁ |
| CEP | 96.770-000 | 96.180-000 | 96.760-000 | 96.180-000 |

16 Municípios: Arambaré, Arroio dos Ratos, Barra do Tijuco, Barra do Ribeiro, Butiá, Camaqua, Cerro Grande do Sul, Charqueadas, Chuvisca, Dom Feliciano, Mariana Pimentel, Minas do Leão, São Jerônimo, Sentinela do Sul, Serão Santana e Tapes.

5. FROTEIRA NOROESTE

COFEDE instalado em 03/08/91, no município de Santa Rosa. Atual Diretoria Executiva Eleita em 10/03/00 Fim do Mandato: mar/2002.

| | | | | |
|--------|----------------------------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------------|
| NOME | Roberto Antônio Donadel | Wilson Edgar Wachter | Lison Garcia da Silva | Carlos César Dinon |
| CARGO | Dir. Emis. Rádio de Integr. Reg. | Empresário Industrial Têxtil | Engenheiro do DAER | Lojista |
| FONE | (55) 3512-5265 | (55) 3535-2328 | (55) 3512-5575 | (55) 3545-1133/ 1047 |
| FAX | (55) 3512-5265 | | | (55) 3545-1133/ 1047 |
| E-MAIL | | | | |
| ENDER. | Rua São Francisco, 246 | Rua Osvaldo Cruz, 887 | Rua Missões, 70 | Rua São José do Mauá, s/n.º |
| MUN. | SANTA ROSA | TRÊS DE MAIO | SANTA ROSA | PORTO MAUÁ |
| CEP | 98.900-000 | 98.910-000 | 98.900-000 | 98.947-000 |

20 Municípios: Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cándido Godói, Doutor Maurício Cardoso, Horizontina, Independência, Nova Candelária, Novo Machado, Porto Lucena, Porto Mauá, Porto Vera Cruz, Santa Rosa, Santo Cristo, São José do Inhacorá, Senador Salgado Filho, Três de Maio, Tucunduva e Tuparendi.

6. FROTEIRA OESTE

COFEDE instalado em 20/09/91, no município de Alegrete. Atual Diretoria Executiva Eleita em 11/08/00 Fim do Mandato: ago/2002.

| | | | | |
|--------|------------------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------------|
| NOME | Ildebrando Santos dos Santos | Hugo Marques Chimentes | Ludovico Emílio Barbosa Paz | Moisés Gorgen |
| CARGO | Engenheiro Eletricista | Indústria | Asses. do Sec. Mun. da Saúde | Chefe de Gabinete da Prefeitura |
| FONE | (55) 433-2828/ 1467 | (55) 431-3864/ 430-1662 | (55) 433-1102 e 433-1417 | (55) 419-1143 |
| FAX | (55) 433-2717 | (55) 431-3864 | (55) 433-8786 | (55) 419-1001 |
| E-MAIL | hijo@bnet.com.br | stiasb@gpsnet.com.br | | |
| ENDER. | Rua Antonio Neto, 1987 | Rua José Ribeiro, 1372 | Rua Dom Pedro II, 402 | Rua Visconde do Rio Branco, 629 |
| MUN. | ITAQUI | SÃO BORJA | ITAQUI | BARRA DO QUARAI |
| CEP | 97.650-000 | 97.670-000 | 97.650-000 | 97.525-000 |

11 Municípios: Alegrete, Barra do Quaraí, Itaquí, Magambará, Manoel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana.

| | |
|---|---|
| 24 Municípios: Bossoroca, Calbete, Cerro Largo, Dezesséis de Novembro, Entre Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacumbi, Pirapó, Porto Xavier, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Angelo, Santo Antônio das Missões, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubitirama e Vitória das Missões. | |
| NOME Valci Soares Machado CARGO Diretora Geral da URI FONE (55) 3313-7900 FAX (55) 3313-7902 E-MAIL valci@uri.br ENDER. Av. Universidade das Missões, 464 MUN. SANTO ANGELO CEP 98.802-470 | NOME Ernani Inácio Spohr CARGO Prefeito Municipal FONE (55) 3365-1233 FAX (55) 3365-1262 E-MAIL Av. Independência, s/n° MUN. SANTO ANGELO CEP 97.910-000 |
| NOME Jorge Goldsmith CARGO Coordenador do SINE FONE (55) 3313-2389 FAX (55) 3313-2389 E-MAIL Marechal Floriano, 1087 MUN. SANTO ANGELO CEP 98.800-000 | NOME Vice-Presidente CARGO Tesorreiro FONE (55) 3313-2389 FAX (55) 3313-2389 E-MAIL Marechal Floriano, 1087 MUN. SANTO ANGELO CEP 98.800-000 |

10. MISSÕES

| | |
|---|--|
| 30 Municípios: Alpestre, Ametista do Sul, Boa Vista das Missões, Calçara, Cerro Grande, Cristal do Sul, Dois Irmãos das Missões, Engenho Velho, Eval Seco, Frederico Westphalen, Gramado dos Loureiros, Irajá, Jaboticaba, Lajeado do Bugre, Liberdade Salzano, Nonoi, Novo Tiradentes, Palmitinho, Pinhal, Pinheirinho do Vale, Planalto, Rio dos Índios, Rodolfo Bonito, Sagrada Família, Seberê, Taquarugua do Sul, Três Palmeiras, Trindade do Sul, Vicente Dutra e Vista Alegre. | |
| NOME Edemar Girardi CARGO Diretor Geral da URI FONE (55) 3744-4040 FAX (55) 3744-4111 E-MAIL (55) 3744-4111 ENDER. Av. Assis Brasil, 709 - Itapagé - URI MUN. FREDERICO WESTPHALEN CEP 98.400-000 | NOME César Riboll CARGO Funcionário do Tesouro do Estado FONE (55) 3744-7061 FAX (55) 3744-4111 E-MAIL (55) 3744-4111 ENDER. Av. Assis Brasil, 709 - Itapagé - URI MUN. FREDERICO WESTPHALEN CEP 98.400-000 |
| NOME Antônio Joreci Flores CARGO Diretor Geral da URI FONE (55) 3744-4080 FAX (55) 3744-4080 E-MAIL (55) 3744-4080 ENDER. Av. Assis Brasil, 709 - URI MUN. FREDERICO WESTPHALEN CEP 98.400-000 | NOME José Galera CARGO Tesorreiro FONE (55) 3754-1070 FAX (55) 3754-1070 E-MAIL (55) 3754-1070 ENDER. Av. Assis Brasil, 709 - URI MUN. FREDERICO WESTPHALEN CEP 98.400-000 |

9. MÉDIO ALTO URUGUAI

| | |
|---|---|
| 21 Municípios: Arroio do Sal, Banheiro Pinhal, Capão da Canoa, Capvari do Sul, Caratá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Mampituba, Maquê, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmareis do Sul, Santo Antônio da Patrulha, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá. | |
| NOME Jaime Carpes Athayde CARGO Engenheiro Mecânico FONE (51) 627-2338 FAX (51) 627-2266 E-MAIL athayde@gin.com.br ENDER. Av. Paraguai, 1339 MUN. IMBÉ CEP 95.625-000 | NOME Generi Máximo Lipert CARGO Advogado FONE (51) 666-1195 FAX (51) 666-1195 E-MAIL (51) 666-1195 ENDER. Rua 13 de Abril, 200 MUN. TERRA DE AREIA CEP 95.545-000 |
| NOME Clórcio Ramos de Matos CARGO 1ª Dama do Município e Profª FONE (51) 664-2333 FAX (51) 664-2333 E-MAIL (51) 664-2333 ENDER. Estrada Geral, s/n° MUN. MAMPITUBA CEP 95.572-000 | NOME Eracides Lumertz Magli CARGO Diretor da ULBRA de Torres FONE (51) 626-2000 FAX (51) 626-2000 E-MAIL (51) 626-2000 ENDER. Rua Municipal, s/n° MUN. TORRES CEP 95.560-000 |

8. LITORAL

| | |
|--|--|
| 8 Municípios: Bom Jesus, Cambaú do Sul, Canela, Gramado, Jaquarana, Nova Petrópolis, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes. | |
| NOME João Olavo Rosés CARGO Asses. Esp. do Gabinete do Prefeito FONE (54) 282-4077 FAX (54) 282-4077 E-MAIL coredehp@via-rs.net ENDER. Rua Dona Carlinda, 455 MUN. CANELA CEP 95.680-000 | NOME Margarete Medeiros Marques CARGO Vice-Prefeita Municipal FONE (54) 244-1175 FAX (54) 244-1111 E-MAIL (54) 244-1111 ENDER. Prefeitura Municipal MUN. SÃO FRANCISCO DE PAULA CEP 95400-000 |
| NOME Cleber Castilhos Oliveira CARGO Asses. do Gabinete do Prefeito FONE (54) 282-4077 FAX (54) 282-4077 E-MAIL gabinete@canela.com.br ENDER. Rua Dona Carlinda, 455 MUN. CANELA CEP 95.680-000 | NOME Rudimar José Anghinoni CARGO Sec. Mun. Agríc./Desenv. Econ. FONE (54) 282-4077 FAX (54) 282-4077 E-MAIL gabinete@canela.com.br ENDER. Rua Dona Carlinda, 455 MUN. CANELA CEP 95.680-000 |

7. HORTÊNSIAS

| | |
|--|--|
| COREDE instalado em 26/07/91, no município de Canela | |
| Atual Diretoria Executiva Eleita em 22/03/01 | |
| Fim do Mandato: mar/2003 | |

11. NORDESTE

Atual Diretoria Executiva Eleita em 27/09/01

Fim do Mandato: set/2003

| | | | |
|----------------------|--------------------------------|-----------------|-----------------|
| 11. NORDESTE | Presidente | Marino Lovatto | CPF: 99.840-000 |
| Vice-Presidente | Cosme Abrahão Mezzalana | CPF: 99.860-000 | |
| Tesoureiro | João Alfredo R. Silva | CPF: 99.870-000 | |
| Secretário-Executivo | Jamir José Zanotto | CPF: 95.230-000 | |
| Nome | Marino Lovatto | CPF: 99.840-000 | |
| CARGO | Consultor Prefeitura Municipal | CPF: 99.840-000 | |
| FONE | (54) 343-2067 | CPF: 99.840-000 | |
| FAX | (54) 343-1266 | CPF: 99.840-000 | |
| E-MAIL | szazenda@megasyasnet.com.br | CPF: 99.840-000 | |
| ENDER. | Rua 14 de Julho, 12/203 | CPF: 99.840-000 | |
| MUN. | SANANDUVA | CPF: 99.840-000 | |
| CEP | 99.840-000 | CPF: 99.840-000 | |

20 Municípios: André da Rocha, Barracão, Caciue Doble, Caseros, Charua, Esmeralda, Ibiacá, Ibrataras, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Monte Alegre dos Campos, Nulos Capões, Palm Filho, Sananduva, Santo Expedito do Sul, São João da Urtiga, São José do Ouro, Tupanci do Sul e Vacaria.

12. NOROESTE COLONIAL

Atual Diretoria Executiva Eleita em 25/10/01

Fim do Mandato: out/2003.

| | | | |
|------------------------------|-----------------------------------|---------------------|-----------------|
| 12. NOROESTE COLONIAL | Presidente | Paulo Afonso Frizzo | CPF: 98.700-000 |
| Vice-Presidente | Zilia Maria Breitenbach | CPF: 98.600-000 | |
| Tesoureiro | Gilberto João Zardin | CPF: 98.740-000 | |
| Secretário-Executivo | Laudir Luiz Auzanzi | CPF: 98.700-000 | |
| Nome | Paulo Afonso Frizzo | CPF: 98.700-000 | |
| CARGO | Professor Universitário - UNIJUI | CPF: 98.700-000 | |
| FONE | (55) 3332-0610/0240 | CPF: 98.700-000 | |
| FAX | (55) 3332-0297 | CPF: 98.700-000 | |
| E-MAIL | ordhorcc@matn.unijui.tche.br | CPF: 98.700-000 | |
| ENDER. | Rua Lulú Ilgenfritz, 480/4º andar | CPF: 98.700-000 | |
| MUN. | IJUI | CPF: 98.700-000 | |
| CEP | 98.700-000 | CPF: 98.700-000 | |

31 Municípios: Alurcaba, Augusto Pestana, Barra do Guarita, Bom Progresso, Braga, Campo Novo, Catulpe, Chapeta, Condor, Coronel Barros, Coronel Bicaco, Cristumal, Derrubadas, Esperanca do Sul, Humaitá, Ijui, Inhacorá, Jôia, Miraguaí, Nova Ramada, Panambi, Pejucara, Redentora, Santo Augusto, São Martinho, São Valério do Sul, Sede Nova, Tenente Portela, Tridentes do Sul, Três Passos e Vista Galucha.

13. NORTE

Atual Diretoria Executiva Eleita em 30/03/01

Fim do Mandato: mar/2003.

| | | | |
|----------------------|----------------------------------|----------------------|-----------------|
| 13. NORTE | Presidente | Júlio Cezar Brondani | CPF: 99.700-000 |
| Vice-Presidente | Luiz Angelo Polletto | CPF: 99.770-000 | |
| Tesoureiro | Hugo Mário Boss | CPF: 99.900-000 | |
| Secretário-Executivo | Luiz Mário Spinelli | CPF: 99.700-000 | |
| Nome | Júlio Cezar Brondani | CPF: 99.700-000 | |
| CARGO | Diretor Administrativo da COVENA | CPF: 99.700-000 | |
| FONE | (54) 520-9000 | CPF: 99.700-000 | |
| FAX | (54) 520-9090 | CPF: 99.700-000 | |
| E-MAIL | | CPF: 99.700-000 | |
| ENDER. | Av. 7 de Setembro, 1621 | CPF: 99.700-000 | |
| MUN. | ERECHIM | CPF: 99.700-000 | |
| CEP | 99.700-000 | CPF: 99.700-000 | |

27 Municípios: Aratiba, Aurea, Barão do Rio Azul, Benjamim Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Ilaliba do Sul, Jacutina, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Ponte Preta, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

14. PARANHANA - ENCOSTA DA SERRA

Atual Diretoria Executiva Eleita em 07/01/99

Fim do Mandato: jan/2001.

| | | | |
|---|------------------------------|------------------------|-----------------|
| 14. PARANHANA - ENCOSTA DA SERRA | Presidente | Delmar Henrique Backes | CPF: 95.600-000 |
| Vice-Presidente | Jahir Wallauer | CPF: 95.650-000 | |
| Tesoureiro | Roque Danilo Exner | CPF: 93.915-000 | |
| Secretário-Executivo | Sergio Geraldo Pretto | CPF: 95.690-000 | |
| Nome | Delmar Henrique Backes | CPF: 95.600-000 | |
| CARGO | Secretário Mun. da Educação | CPF: 95.600-000 | |
| FONE | (51) 542-6066 | CPF: 95.600-000 | |
| FAX | (51) 542-6066 | CPF: 95.600-000 | |
| E-MAIL | | CPF: 95.600-000 | |
| ENDER. | Rua Júlio de Castilhos, 2084 | CPF: 95.600-000 | |
| MUN. | TAQUARA | CPF: 95.600-000 | |
| CEP | 95.600-000 | CPF: 95.600-000 | |

11 Municípios: Igrajinha, Lindolfo Collor, Morro Reuter, Parobé, Picada Café, Presidente Lucena, Riozinho, Rolante, Santa Maria do Herval, Taquara e Três Corras.

| | | | | |
|--------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|
| CEP | 95.730-000 | 95.760-000 | 95.755-000 | 91.060-250 |
| MUN. | BARÃO | SÃO SEBASTIÃO DO CAL | SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO | PORTO ALEGRE |
| ENDER. | Rua da Estação, 805 | Av. Matias Steffen, 4011 | Rua Beberhbl, 130 | Rua Beberhbl, 130 |
| E-MAIL | | | | |
| FAX | (51) 696-1068 | (51) 635-1066 | (51) 3347-2577 | (51) 3347-2577 |
| PHONE | (51) 696-1068 | (51) 635-1066 | (51) 3347-2577 | (51) 3347-2577 |
| CARGO | Valério José Calliani | Egon Schneck | Ciôvis Kutz Schaeffer | Sérgio de Moraes |
| NOME | Presidente | Vice-Presidente | Tesoureiro | Secretário-Executivo |

18 Municípios: Alto Feliz, Barão, Bom Princípio, Brochier, Capela de Santana, Feliz, Harmonia, Linha Nova, Maratá, Montenegro, Parrel Novo, Salvador do Sul, São José do Hortêncio, São Pedro da Serra, São Sebastião do Cal, São Vendelino, Tupandi e Vale Real.

COREDE instalado em 09/01/92, no município de Montenegro. Atual Diretoria Executiva Eleita em xx/07/00 (Inf. Moraes) Fim do Mandato: jul/2002.

18. VALE DO CAL

| | | | | |
|--------|--------------------------|-------------------------|------------------------------|---------------------------|
| CEP | 96.040-270 | 96.310-000 | 96.201-900 | 96010-900/CX. P.: 354 |
| MUN. | PELOTAS | HERVAL | RIO GRANDE | PELOTAS |
| ENDER. | Rua Cassiano, 101 | Rua Pinto Bandeira, 671 | Rua Eng. Alfredo Huch, 475 | Campus Universitário, s/n |
| E-MAIL | roselani@viva@zaz.com.br | | | |
| FAX | (53) 227-3237 | (53) 267-1422 | (53) 232-3346 | (53) 275-9023 |
| PHONE | (53) 227-5686/227-2236 | (53) 267-1122 | (53) 231-2657/231-1990 r 130 | (53) 275-7104 |
| CARGO | Roseani Sodré da Silva | Rubem Dari Wilhinsen | Vidal Aureo Mendonga | Aparecido Alexandre Morga |
| NOME | Presidente | Vice-Presidente | Tesoureiro | Secretário-Executivo |

21 Municípios: Amarel Ferrador, Arroio Grande, Cangui, Capão do Leão, Centrol, Chul, Cristal, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santana da Boa Vista, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte, São Lourenço do Sul, Tavares e Turunçu.

COREDE instalado em 22/11/91, no município de Pelotas. Atual Diretoria Executiva Eleita em 27/01/00 Fim do Mandato: jan/2002.

17. SUL

| | | | | |
|--------|------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| CEP | 95.070-560 | 95.250-000 | 95.700-000 | 95.070-560 |
| MUN. | CAXIAS DO SUL | ANTONIO PRADO | BENTO GONÇALVES | CAXIAS DO SUL |
| ENDER. | Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 | Rua Francisco Marcolino, 57 | Rua Ulisses Roman Ros, 827 | Rua Pinheiro Machado, 2335 |
| E-MAIL | | aprado@pro.via-rs.com.br | | |
| FAX | (54) 212-1133 | (54) 293-1277 | (54) 451-1129 | (54) 223-7676 |
| PHONE | (54) 212-1133/212-1660 | (54) 293-1277 | (54) 451-1508 | (54) 223-7676 |
| CARGO | Ruy Paulatti | Ciôvis Pedro Zullian | Ivo A. da Roid | Quirino Signori |
| NOME | Presidente | Vice-Presidente | Tesoureiro | Secretário-Executivo |

32 Municípios: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Boa Vista do Sul, Campeste da Serra, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Cotipora, Fagundes Varela, Nova Roma do Sul, Parai, Profálio Alves, Santa Tereza, São Jorge, São Marcos, São Valentim do Sul, Serrinha Côrea, União da Serra, Veranópolis, Vila Flores e Vista Alegre do Prata.

COREDE instalado em 05/12/91, no município de Caxias do Sul. Atual Diretoria Executiva Eleita em 25/10/01 Fim do Mandato: Out/2003.

16. SERRA

| | | | | |
|--------|-----------------------|------------------------|----------------------------|----------------------------|
| CEP | 99.010-110 | 99.150-000 | 99.050-000 | 99.010-071 |
| MUN. | PASSO FUNDO | MARAU | PASSO FUNDO | PASSO FUNDO |
| ENDER. | Rua Uruguaí, 1071/802 | Rua Anchieta, 566 | Rua Laya Pés, 527/401 | Rua Fagundes Reis, 513/903 |
| E-MAIL | alagostini@joo.com.br | jurci@portainet.com.br | cittolin@pro.via-rs.com.br | |
| FAX | (54) 311-1307 | (54) 311-1307 | (54) 311-1307 | (54) 311-1307 |
| PHONE | (54) 317-2683 | (54) 343-3094/342-3146 | (54) 313-5673 | (54) 313-3983 |
| CARGO | André Luiz Agostini | Jurci A Vanz | Marcos Alexandre Cittolin | Marília Mattos |
| NOME | Presidente | Vice-Presidente | Tesoureiro | Secretário-Executivo |

36 Municípios: Água Santa, Barra Funda, Camargo, Carazinho, Casca, Chapada, Ciraco, Constanlina, Coqueiros do Sul, Coxilha, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhano, Muliterno, Nicolau Verqueiro, Nova Alvorada, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Portão, Ronda Alta, Rondinha, Santo Antônio do Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, São José das Missões, Sarandi, Sertão, Soledade, Tapejara, Vanini, Vila Langaro e Vila Maria.

COREDE instalado em 14/06/91, no município de Passo Fundo. Atual Diretoria Executiva Eleita em 10/08/01 Fim do Mandato: ago/2003.

15. PRODUÇÃO

| | |
|--------|--|
| 9 | Municípios: Alvorada, Cachoeirinha, Eldorado do Sul, Glorinha, Gravata, Guaíba, Porto Alegre, Trunfo e Viamão. |
| NOME | Daniel Luiz Bordinhon |
| CARGO | Prefeito Municipal |
| FONE | (51) 488-4983 |
| FAX | (51) 484-3420 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Dr. Loureiro da Silva, 1350 |
| MUN. | GRAVATAI |
| CEP | 94.010-000 |
| NOME | José Luiz Stédile |
| CARGO | Prefeito Municipal |
| FONE | (51) 470-6707 |
| FAX | (51) 470-6707 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Fernando Ferrari, 50 |
| MUN. | CACHOEIRINHA |
| CEP | 94.935-170 |
| NOME | Martim Pedro Liana Zabalata |
| CARGO | Assoc. Brasil. Empresários p/Cid. |
| FONE | (51) 3371-2811 |
| FAX | (51) 3371-2811 |
| E-MAIL | civres@portoweb.com.br |
| ENDER. | Av. das Indústrias, 865 |
| MUN. | PORTO ALEGRE |
| CEP | 90.200-290 |
| NOME | Maria Alice Lahorgue |
| CARGO | Conselho Gestor FOA Tecnopole |
| FONE | 0xx(51) 3316-3607 |
| FAX | 0xx(51) 3316-3982 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Paulo Gama, 110 - 3º andar |
| MUN. | PORTO ALEGRE |
| CEP | 90.046-900 |

COREDE instalado em 09/12/96, no município de Porto Alegre

22. METROPOLITANO DO DELTA DO JACUI

Atual Diretoria Executiva Eleita em 20/12/00

Fim do Mandato: dez/2002

| | |
|--------|--|
| 36 | Municípios: Anta Gorda, Arroio do Meio, Arvorezinha, Bom Retiro do Sul, Capão, Collinas, Cruzeiro do Sul, Dois Lajeados, Doutor Ricardo, Encantado, Estrela, Fazenda Xaver, Fontoura Xaver, Ilópolis, Imigrante, Itapuca, Lajeado, Marques de Souza, Mato Leão, Mugum, Nova Taquari, Teutônia, Travessão e Vespasiano Corde. |
| NOME | Ney José Lazzari |
| CARGO | Reitor da UNIVATES |
| FONE | (51) 3710-7001 |
| FAX | (51) 3710-7001 |
| E-MAIL | nlazzar@univates.br |
| ENDER. | Rua Aveiño Talini, 171 |
| MUN. | LAJEADO |
| CEP | 95.900-000 |
| NOME | Sérgio Reginaldo Velere |
| CARGO | Prefeito Municipal |
| FONE | (51) 3772-2227 |
| FAX | (51) 3772-2352 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Barão do Trunfo, 569 |
| MUN. | ARVOREZINHA |
| CEP | 95.969-858 |
| NOME | Domingos Antônio Buffon |
| CARGO | Professor - Sindh. Trab. Urbanos |
| FONE | (51) 3748-1642 |
| FAX | (51) 3748-1500 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Rua Júlio de Castilhos, 1001/ sí 602 |
| MUN. | LAJEADO |
| CEP | 95.900-000 |
| NOME | Gilmar José Borscheid |
| CARGO | Empresário |
| FONE | (51) 3716-1500 |
| FAX | (51) 3716-1500 |
| E-MAIL | diretor@grandosol.com.br |
| ENDER. | Rua General Dalto Filho, 26 |
| MUN. | ARROIO DO MEIO |
| CEP | 95.940-000 |

COREDE instalado em 20/12/91, no município de Arvorezinha

21. VALE DO TAQUARI

Atual Diretoria Executiva Eleita em 07/08/01

Fim do Mandato: ago/2003

| | |
|--------|---|
| 24 | Municípios: Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Gramado, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz. |
| NOME | Rogério Leandro Lima da Silveira |
| CARGO | Coord. de Pesq. da UNISC |
| FONE | (51) 3717-1633 |
| FAX | (51) 3715-1855 |
| E-MAIL | rlis@dhgeo.unisc.br |
| ENDER. | Av. Independência, 2293 |
| MUN. | SANTA CRUZ DO SUL |
| CEP | 96.815-900 |
| NOME | Luiz Augusto Costa A. Campis |
| CARGO | Reitor na UNISC |
| FONE | (51) 3717-1633/ 7343 |
| FAX | (51) 3717-1855 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Independência, 2293 |
| MUN. | SANTA CRUZ DO SUL |
| CEP | 96.815-900 |
| NOME | Glaucio Scherer |
| CARGO | Prefeito Municipal |
| FONE | (51) 3741-2100 |
| FAX | (51) 3741-2100 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Independência, 2293 |
| MUN. | VENÂNCIO AIRES |
| CEP | 96.877-000 |
| NOME | João Daci Costa Ferreira |
| CARGO | Prefeito Municipal |
| FONE | (51) 3747-1122 |
| FAX | (51) 3747-1440 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Prefeitura Municipal |
| MUN. | ARROIO DO TIGRE |
| CEP | 96.950-900 |

COREDE instalado em 19/12/91, no município de Rio Pardo

20. VALE DO RIO PARDO

Atual Diretoria Executiva Eleita em 28/03/01

Fim do Mandato: mar/2003

| | |
|--------|---|
| 14 | Municípios: Ararica, Campo Bom, Canoas, Dois Irmãos, Estância Velha, Estrela, Ivoti, Nova Hartz, Nova Santa Rita, Novo Hamburgo, Portão, São Leopoldo, Sapiranga e Sapucaia do Sul. |
| NOME | Vanderlan de Vasconcelos |
| CARGO | Prefeito Municipal |
| FONE | (51) 473-0011 |
| FAX | (51) 473-0011 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Rua Eng. Henner de S. Nunes, 150 |
| MUN. | ESTRELO |
| CEP | 93.260-120 |
| NOME | Paulo Roberto Kopschina |
| CARGO | Empresário de Rede de Farmácia |
| FONE | (51) 594-8000 |
| FAX | (51) 594-8000 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Rua Bento Gonçalves, 2742 |
| MUN. | NOVO HAMBURGO |
| CEP | 93.510-001 |
| NOME | Claudio Coelho Marques |
| CARGO | Professor da UNISINOS |
| FONE | (51) 590-8428 |
| FAX | (51) 590-8483 |
| E-MAIL | simonem@hellos.unisinos.br |
| ENDER. | Av. Unisinos, 950 |
| MUN. | SÃO LEOPOLDO |
| CEP | 93.022-000 |
| NOME | Ademar Kriek |
| CARGO | Professor da UNISINOS |
| FONE | (51) 590-8428 |
| FAX | (51) 590-8483 |
| E-MAIL | |
| ENDER. | Av. Unisinos, 950 |
| MUN. | SÃO LEOPOLDO |
| CEP | 93.022-000 |

Observação: Houve eleição no dia 25/09/99, mas por decisão judicial, a nova diretoria não assumiu, permanecendo a anterior.

COREDE instalado em 05/07/94, no município de São Leopoldo

19. VALE DO RIO DOS SINOS

Atual Diretoria Executiva Eleita em 27/09/97

Fim do Mandato: set/1999

07 MUNICÍPIOS QUE INFORMALMENTE TROCARAM DE REGIÃO (Estamos providenciando a mudança desses municípios por COREDE - s/ Decreto)

| | Município | COREDE de origem | COREDE de destino |
|----|--------------|------------------|--------------------|
| 01 | Água Santa | Produção | Nordeste |
| 02 | Vila Lângaro | Produção | Nordeste |
| 03 | Tapejara | Produção | Nordeste |
| 04 | Girúá | Missões | Fronteira Noroeste |
| 05 | Itacurubi | Missões | Fronteira Oeste |
| 06 | Charrua | Nordeste | Norte |
| 07 | Ibirapuitã | Alto Jacuí | Produção |

Fonte: Gabinete de Orçamento e Finanças – GOF.

30 NOVOS MUNICÍPIOS CRIADOS EM 1996 (Municípios ainda não foram formalmente distribuídos por COREDE - s/ Decreto)

| | Município | COREDE |
|----|------------------------|-------------------|
| 01 | Aceguá | Campanha |
| 02 | Almirante Tamandaré | Sul |
| 03 | Arroio do Padre | Sul |
| 04 | Boa Vista do Cadeado | Alto Jacuí |
| 05 | Boa Vista do Incra | Alto Jacuí |
| 06 | Bozano | Noroeste Colonial |
| 07 | Canudos do Vale | Vale do Taquari |
| 08 | Capão Bonito do Sul | Nordeste |
| 09 | Capão do Cipó | Central |
| 10 | Coronel Pilar | Serra |
| 11 | Coqueiro Baixo | Vale do Taquari |
| 12 | Cruzaltense | Norte |
| 13 | Forquetinha | Vale do Taquari |
| 14 | Itati | Litoral |
| 15 | Jacuzinho | Alto Jacuí |
| 16 | Lagoa Bonita do Sul | Vale do Rio Pardo |
| 17 | Mato Queimado | Missões |
| 18 | Novo Xingu | Produção |
| 19 | Paulo Bento | Norte |
| 20 | Pedras Altas | Sul |
| 21 | Pinhal da Serra | Nordeste |
| 22 | Pinto Bandeira | Serra |
| 23 | Quatro Irmãos | Norte |
| 24 | Rolador | Missões |
| 25 | Santa Cecília do Sul | Nordeste |
| 26 | Santa Margarida do Sul | Fronteira Oeste |
| 27 | São José do Sul | Vale do Caí |
| 28 | São Pedro das Missões | Produção |
| 29 | Tio Hugo | Produção |
| 30 | Westfália | Vale do Taquari |

5 A ORGANIZAÇÃO DA AÇÃO COREDIANA

Periodicamente os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul reúnem-se para avaliarem suas ações e planejar suas atividades e organizar sua ação futura. Dessas reuniões surgiu uma prática de planejamento das diretrizes gerais de atuação dos COREDES-RS, formalmente apresentadas no que passou a ser denominado de CARTAS. Foram quatro as cartas elaboradas até o momento: as de CAXIAS (1996), SÃO LEOPOLDO (1998), PORTO ALEGRE (1999) e IMBÉ (2000).

Ao divulgarem os resultados dessa prática, os COREDES querem, além de publicizar sua forma de planejamento para a ação e registrar suas estratégias, fornecer informações adicionais, em bruto, ao crescente número de pesquisadores e estudiosos da causa corediana. Façam bom uso!

5.1 Carta de Caxias

Conselhos Regionais de Desenvolvimento

Carta de Caxias do Sul 31 de agosto de 1996

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento foram criados com os objetivos de descentralização política, econômica e da integração regional. Por estes princípios espera-se alcançar o desenvolvimento político, econômico, social, cultural e a transformação da sociedade, através do processo democrático da participação regional.

As instituições, organizações e lideranças regionais, percebendo a importância da proposta dos Conselhos, organizaram-se, levantaram necessidades, estabeleceram prioridades regionais, dispuseram-se a pensar regionalmente e transformaram a democracia participativa em um componente do processo de planejamento estratégico, apostando ser esse o caminho da retomada de desenvolvimento do Estado.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento estão conscientes de que seu papel é especialmente relevante no momento atual em que as relações entre os governos e a sociedade civil passam por um processo de redefinição radical.

Nesse contexto, a ação de instituições como os COREDES torna-se fundamental para a renovação da administração pública na medida em que elas aproximam a comunidade das estruturas do Estado tradicionalmente impessoais e distantes dos cidadãos.

Embora incipiente a caminhada dos Conselhos, pode-se constatar como resultados positivos os seguintes aspectos:

- constituíram-se num Fórum de debate de questões regionais;
- está em construção uma nova consciência regional e uma percepção da sociedade;
- está em formação a consciência da identidade regional;
- iniciou um processo de conhecimento mútuo e um trabalho conjunto para problemas comuns;
- estão gerando um salto de qualidade no processo de planejamento do desenvolvimento regional;
- começa a existir uma aceitação da idéia e atuação dos Conselhos por parte dos poderes constituídos;
- criou-se um novo espaço político de caráter público;
- a geração de nova relação entre Estado e sociedade civil e construção da cidadania.

Apesar do esforço das comunidades regionais que dedicam tempo, recursos e inteligência a esta nova filosofia existem alguns pontos de estrangulamento que devem ser superados, tais como:

- demasiada dependência de recursos do Estado para ações regionais;
- a cultura da dependência e a espera por ações do Estado;
- pouca integração política com a Assembléia Legislativa e com os demais órgãos de administração do Estado;
- excessivo provincianismo e bairrismos locais e regionais;
- falta de divulgação e de compreensão do papel dos Conselhos junto à e por parte da sociedade;
- falta de recursos para a manutenção dos Conselhos;
- excessiva vinculação das ações regionais aos órgãos públicos e entidades privadas;

- ainda falta compreensão de que os Conselhos são parceiros na construção do desenvolvimento;
- rotatividade de lideranças e não comprometimento com as questões traçadas como regionais;
- o não atendimento das prioridades e pleitos gera constrangimento aos Conselhos;
- falta do chamamento dos Conselhos para ações do Governo do Estado;
- visão localizada e individualizada de lideranças locais e regionais.

Por fim, os Conselhos Regionais, tendo em vista os estrangulamentos identificados, propõem como estratégia de ação o que segue:

- desenvolver um processo político-pedagógico para que se efetive a construção da cidadania;
- adotar a parceria como pressuposto do desenvolvimento regional e estadual;
- criar espaço na mídia para divulgação da concepção dos Conselhos e suas atividades;
- discutir com o Governo do Estado os grandes projetos de investimento do Estado;
- ser parceiros na regionalização do orçamento do Estado; promover a interação intra e inter-regional;
- buscar fontes alternativas para implementação de ações e projetos regionais;
- construir em parceria a proposta e participar na elaboração e acompanhamento na execução do plano de desenvolvimento do Estado;
- implantar o 22º Conselho Regional de Desenvolvimento nos municípios que ainda não estão integrados em Conselho;
- criar o Conselho Estadual de Desenvolvimento.

5.2 Carta de São Leopoldo

São Leopoldo, 12 de dezembro de 1998.

assessoria parlamentar eficiente. O desafio será ter os meios para exercer com competência esses novos papéis e funções.

Segundo grande desafio diz respeito a possibilidade provável de os COREDES serem um dos principais palcos e espaços de disputa entre dois projetos. O que significará uma participação crescente de segmentos e setores sociais que até agora não participavam ou participavam passivamente. Essas passagens de uma participação passiva para uma participação ativa, animará a disputa e acirrará os ânimos e implicará numa dinâmica de trabalho, bem mais plural e difícil de ser coordenada. Movimentos sociais e populares que até agora viam os COREDES com restrições, taxando-os de instituições governistas e a serviço da direita, procurarão participar ativamente das instâncias dos Conselhos.

Essa nova realidade, incluída para uns, certamente não será excluída para outros, dado que os Conselhos transformar-se-ão no principal fórum de discussão e decisão regional, dando, assim, uma nova dimensão social aos COREDES, com o que os Conselhos consolidar-se-ão definitivamente. O desafio será administrar com sabedoria a pluralidade, a diversidade, as diferenças tendo em vista a construção de parcerias através da articulação dos agentes regionais de desenvolvimento.

Terceiro grande desafio tem a ver com a dimensão e a complexidade da nova realidade. Segundo o Governador eleito Olívio Dutra, a Administração Popular colocará em discussão 100% das receitas e das despesas do Estado. Isso implicará em todo processo de ensino aprendizagem de um conhecimento técnico complexo que exigirá todo um modelo didático-pedagógico. Além disso, estará em discussão o Plurianual e a LDO. Sem metodologia, a discussão será infrutífera e desmobilizadora dos agentes. O desafio está na construção, em parceria, desse feramental todo durante e ao longo do processo decisório.

Quarto desafio é fazer a passagem da democracia representativa, como única e legítima forma de representação da cidadania, para uma participação social crescente na forma direta e dinâmica de uma democracia participante. O que significará, passar de um simples processo de escolha entre alternativas que são colocadas por alhures para um complexo processo decisório de definição dos rumos do desenvolvimento de cada uma das regiões gaúchas pelos agentes sociais, políticos e econômicos dessas regiões. Em outro termos, o desafio está em transformar os agentes regionais em sujeito de seu próprio desenvolvimento.

Quinto, é preciso agora mais do que nunca decidir o que a região quer. Trata-se, pois, de se pensar o desenvolvimento, estrategicamente. E decidir qual desenvolvimento queremos para a nossa região. Antes, muito antes do orçamento,

Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS

OS NOVOS E DESAFIANTES PAPÉIS DOS COREDES-RS¹

Pela primeira vez, na história recente do Rio Grande do Sul, duas visões diferentes de mundo configuram e confrontam dois projetos distintivos de desenvolvimento do Estado.

Contrariamente do que se poderia imaginar, o confronto entre esses dois projetos distintos não se encerrou com o mérito da campanha. A insistência na forma e no conteúdo da política de incentivos do governo que finda, encaminhando e aprovando projetos junto ao legislativo, são uma mostra de que a disputa prolongar-se-á indefinidamente. Diante dessa probabilidade, é interessante especular: como ela se desdobrará? Quais serão os espaços e os passos estratégicos de cada um dos grupos?

Ao se considerarem legítimos representantes do povo, com liberdade para atuarem e decidirem independente das demandas de seus eleitores, o bloco de oposição atuará nos espaços da democracia representativa. Isto quer dizer que a Assembléia Legislativa será o espaço de uma oposição sistemática. Além disso, os veículos de comunicação social serão usados intensamente para formar uma opinião pública favorável ao seu projeto.

De outra parte, ao se considerarem legítimos representantes dos movimentos sociais e de suas demandas, o bloco de centro-esquerda agirá sintonizado com os movimentos. Dessa forma, a situação atuará nos espaços da democracia participativa. Isto quer dizer que, o local-regional será o espaço da situação. Com isso, deslocar-se-á o eixo da disputa em direção a uma participação social crescente no processo decisório de definição dos rumos do desenvolvimento para o Rio Grande do Sul.

Em sendo assim, alguns desafios emergiram do embate e comporão a pauta dos COREDES-RS:

Primeiro, os COREDES-RS necessitarão de condições logísticas para agir neste múltiplos espaços. Providenciar apoio e infra-estrutura logística torna-se estratégico para a ação dos COREDES. Além de apoio infra-estrutural, serão necessárias e decisivas uma assessoria de imprensa dinâmica e eficaz e uma

¹ Esta parte inicial da Carta de São Leopoldo foi uma contribuição do Presidente do Fórum dos COREDES-RS Prof. Dinizir Ferrniano Becker. A Carta teve por objetivo diagnosticar o momento político que vivenciava a comunidade gaúcha e, assim, servir de base para o processo de planejamento.

esfera regional de poder.

Décimo desafio diz respeito a necessidade e possibilidade estratégica que se abre com o novo período para a consolidação dos COREDES-RS. Nesta nova fase, o desafio estará na capacidade dos Conselhos de combinar uma participação social e regional crescente com uma representação política transparente.

AVALIAÇÃO DO PERÍODO QUE FINDA – 31.12.98

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS

Grupo 1 (Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial, Norte, Campanha, Nordeste)

Relator: Frizzo

Grupo 2 (Consinos, Litoral, Sul, Centro-Sul, Nordeste, Missões, Fronteira Oeste)

Relator: Pedro

Grupo 3 (Metropolitano Delta do Jacuí, Centro Sul, Alto Jacuí, Vale do Rio Cai e Alto Uruguaí)

Relator: Léo

Grupo 4 (Serra, Norte, Metropolitano Delta do Jacuí, Médio Alto Uruguaí e Fronteira Oeste)

Relator: Perin

Grupo 5 (Produção, Litoral, Alto do Jacuí, Vale do Taquari)

Relator: Kid

ASPECTOS POSITIVOS (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Desenvolvimento de articulações e parcerias com o Executivo, Legislativo, FAMURS, AGM, IES, entre outros;
2. Postura autônoma do Fórum dos COREDES e consolidação destes, fundamentada na Carta de Caxias; Declaração de Princípios e Diretrizes Estratégicas;
3. Apoio operacional, técnico e financeiro dado aos COREDES;
4. Consulta Popular;

vem o planejamento do que queremos, vem o plano estratégico de desenvolvimento da região. O desafio encontra-se na necessidade de cada COREDE ter seu plano estratégico. E, assim, passar a decidir e a construir seu próprio modelo de desenvolvimento.

Sexto desafio é o relativo desconhecimento da Frente Popular da história dos Conselhos. Muitas serão as opiniões e os palpites até que se produza um novo senso comum a respeito do que seja essa nova realidade dos COREDES. Uma dos principais críticas referem-se a participação popular. No entendimento de algumas lideranças da Frente Popular, o grande pecado dos Conselhos é a escassa participação popular. Mal sabem eles que, qualquer cidadão residente na região de abrangência do Conselho pode ser membro de sua Assembléia, basta habilitar-se para tanto. O mesmo acontece com as entidades e instituições regionais. Estas têm assento nas diversas instâncias dos Conselhos asseguradas pela Lei e pelo Estatuto de cada Conselho. Basta estarem motivadas para isto. O desafio é sensibilizar a Frente Popular de que o problema da "pouca" participação popular devia-se a fatores desmobilizatórios, e não a problemas formais ou de instrumentalização dos conselhos por essa ou aquela instituição.

Sétimo desafio é ser parceiro na democratização do Estado. O que significará agir decisivamente e favoravelmente no processo de descentralização e de regionalização do desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Em outro termos, é ser espaço da construção da articulação estratégica dos interesses regionais em torno de um projeto próprio e específico de desenvolvimento da região. Isto significa, regionalizar o conjunto dos agentes sociais, políticos e econômicos, sejam eles públicos ou privados. O desafio concentra-se na regionalização político-administrativo do Estado tendo por base as áreas de abrangência dos COREDES-RS.

Oitavo grande desafio é ser sujeito da configuração e criação do CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO. Nos últimos pronunciamentos do Governador eleito transparece sua intenção de formalizar o conselho estadual. Precisamos ter uma estratégia para participar ativamente e decididamente dessa gestação.

Nono desafio, e talvez o mais significativo de todos os desafios, diz respeito a possibilidade tendencial de os COREDES transformarem-se de espaço de articulação e decisão dos agentes regionais em esfera de poder regional. Juntamente com a implantação do orçamento participativo estadual, ocorrerá toda uma descentralização e regionalização das ações do Estado. Muito possivelmente haverá uma crescente participação dos COREDES na coordenação e execução dessas ações. O que com o tempo poderá ganhar fórum de uma

12. Implantação de Pólos de Concessão Rodoviários sem levar em conta a experiência dos Pólos Comunitários;
13. Falta de discussão das leis estaduais no âmbito dos COREDES;
14. Falta de espaço de participação dos COREDES no gerenciamento e fiscalização da ação do Estado;
15. Falta de sintonia entre o discurso do Governador e de alguns Secretários de Estado no atendimento aos Conselhos;
16. Diferença no tratamento aos COREDES por parte das Secretarias de Estado.

POSSIBILIDADE (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Ampliação, valorização e consolidação da atuação dos COREDES na gestão estadual;
2. Expectativa de cooperação com a próxima administração Estadual e fortalecimento das parcerias com agentes de desenvolvimento econômico e social;
3. Ampliação da participação popular, fortalecendo a cidadania;
4. Viabilização de seminários, banco de projetos e planos estratégicos;
5. Discussão de 100% do Orçamento do Estado e decisão a respeito dos investimentos;
6. Atendimento, na íntegra, por parte do Governo, dos projetos priorizados através da consulta popular para o orçamento do Estado de 1999;
7. Incentivo aos Conselhos Municipais de Desenvolvimento ou similares, como forma de organização da sociedade local, qualificando a participação regional;
8. Espaço para os COREDES acompanharem a arrecadação do ICMS, junto a Secretaria da Fazenda;
9. Priorização das causas regionais e estaduais;
10. Crescente interesse nacional e internacional pela experiência dos COREDES;
11. Representação dos COREDES nos Conselhos Estaduais;
12. Viabilização das Estratégias constantes do PRÓ-RS;

Por uma organização social pré-desenvolvimento regional do RS

5. Elaboração de Plano Estratégicos;
6. Intensificação dos debates e da participação popular nas definições das prioridades regionais;
7. Atuação efetiva e institucionalização do Fórum dos COREDES;
8. Elaboração das estratégias do PRÓ-RS;
9. Aumento da participação dos conselheiros em alguns COREDES;
10. Criação e ampliação de Pólos de Modernização Tecnológica;
11. Participação dos COREDES na gestão comunitária dos pedágios das rodovias RS 135, RS 239 e RS 240/RS 122.

ASPECTOS NEGATIVOS (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Centralização na formulação das políticas públicas e falta de reconhecimento por parte do Governo em relação às ações dos COREDES;
2. Execução orçamentária do Governo em desacordo com as prioridades regionais e quando de acordo, não reconhece a parceria dos COREDES;
3. Extemporaneidade e exigüidade de tempo para a realização Consulta Popular;
4. Falta de estrutura dos COREDES dificultando presença capilar na sociedade;
5. Descrédito e baixa participação das comunidades e setores populares regionais em alguns COREDES;
6. Pouco conhecimento dos objetivos e princípios dos COREDES por parte do público regional;
7. Pequena articulação dos COREDES em algumas regiões;
8. Inexistência de planejamento estratégico do desenvolvimento regional em alguns COREDES;
9. Ocorrência de indução de propostas na Consulta Popular em alguns COREDES;
10. Ingerência de interesses pessoais e político-partidários, nas ações em alguns COREDES;
11. Dificuldade de informações e acesso ao Governo e classe política;

O Funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do Desenvolvimento Regional

desigualdades sociais respeitando as características regionais;

7. Valorização da micro, pequena e média empresa;
8. Perspectiva da regionalização da estrutura administrativa do Estado com a dos COREDES.

DESAFIOS A SEREM SUPERADOS (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Elaborar e implementar planos estratégicos regionais, de forma participativa e solidária;
2. Administrar os interferências dos agentes políticos nos COREDES, garantindo sua pluralidade;
3. Readequar a estrutura dos Conselhos para atender o universo de atribuições demandadas;
4. Fortalecer os COREDES quanto a natureza e papel;
5. Articular a democracia participativa e representativa;
6. Promover o desenvolvimento via geração de emprego e renda;
7. Defender uma política fiscal tributária, que amplie a participação dos municípios, cumpra o requisito de justiça social, pela progressividade dos tributos e pelo caráter compensatório entre regiões ricas e pobres;
8. Divulgação ampla dos objetivos, princípios e ações dos COREDES.

5.3 Carta de Porto Alegre

Porto Alegre, 30 de nov. e 1º de dezembro de 1999

PLANO DE AÇÃO 2000

Apresentação

Anualmente, o Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul - COREDES/RS avalia sua ação passada e planeja sua ação futura.

Nos dias 30/11 e 1º/12/1999, estivemos reunidos em Assembléia Geral na Sede da FAMURS para identificar e avaliar os pontos fortes (positivos) e os pontos fracos (negativos) resultantes da nossa ação durante o ano de 1999.

Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS

13. Abraçar causas regionais e do Estado;
14. Oportunidade de participação na formulação de políticas públicas, especialmente das relacionadas com o desenvolvimento regional;
15. Descentralização do orçamento da União.

DIFICULDADES (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Desconhecimento das ações dos COREDES por parte do Governo do Estado e vice-versa;
2. Falta de infra-estrutura dos COREDES;
3. Complexidade de participar no orçamento, no gerenciamento do Estado, sua fiscalização e na discussão da legislação, incorporando novos participantes, sem por em risco a identidade dos COREDES;
4. Tensão entre o "municipal" e o "regional" e o bairrismo entre municípios e entre regiões;
5. Falta de compreensão do "regional";
6. Risco de os COREDES serem utilizados como instrumentos de disputa político-partidária;
7. Risco de frustração devido a eventuais descompassos entre expectativas e resultados.

OPORTUNIDADES QUE SE ABRIRÃO (SISTEMATIZAÇÃO)

1. Buscar articulação dos planos estratégicos de desenvolvimento com as políticas públicas estaduais;
2. Atender as efetivas aspirações da população, valorizando os COREDES;
3. Ampliar o conhecimento da população em relação à realidade do Estado;
4. Discutir as políticas públicas na sua totalidade;
5. Consolidar os COREDES perante o quadro institucional do Estado;
6. Descentralização do desenvolvimento através de programas regionais de geração de emprego e renda, visando reduzir os desequilíbrios regionais e

O Funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do Desenvolvimento Regional

extremamente significativo, a implantação do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional, que implicou uma expressiva ampliação da participação popular no processo legislativo. A parceria com a Assembléia, nesse Fórum, levou a um maior reconhecimento dos COREDES como instâncias regionais de interlocução com a população e como articuladores e promotores da participação popular no desenvolvimento. A interiorização dos trabalhos do Fórum Democrático possibilitou uma maior aproximação da Assembléia Legislativa com as comunidades das regiões. Deve-se registrar, ainda, a institucionalização de uma representação do Fórum dos COREDES junto à Presidência da Assembléia, que possibilita uma melhor integração dos Conselhos com o Legislativo.

Apesar desses avanços, deve ser registrada a persistência de muitos problemas, tanto na relação com os poderes Executivo e Legislativo, quanto no que se refere a aspectos organizacionais do trabalho dos Conselhos. Alguns desses problemas são arrolados a seguir, junto com ações estratégicas a serem desenvolvidas para a sua superação.

5.3.1 RELAÇÕES COM O GOVERNO

5.3.1.1 Relações gerais

5.3.1.1.1 Problemas detectados

Promoção de eventos para formulação de políticas regionais e estaduais do governo, nas regiões, sem envolvimento dos COREDES;

Participação militante em prejuízo da participação direta e universal da população;

Desconsideração para com os atores institucionais das regiões;

Existência de diferentes regionalizações setoriais de órgãos do Governo do Estado, dificultando a articulação entre a sociedade e a administração pública;

Lentidão nas decisões referentes à execução dos investimentos de interesse regional resultantes da Consulta Popular realizada em 1998;

Descumprimento de dispositivos constantes de cláusulas do Protocolo de Cooperação entre o Governo e os COREDES;

Insuficiente aproximação entre setores do Governo e os COREDES;

Precariedade das informações fornecidas aos COREDES sobre ações empreendidas pelo governo que envolvem parceria com os Conselhos;

Aproveitamos também a reunião para identificar e avaliar as oportunidades (positivas) e as ameaças (negativas) decorrentes das nossas parcerias.

Conhecedores dos nossos pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças, formulamos o nosso PLANO DE AÇÃO PARA O ANO 2000.

Dessa forma, esperamos contribuir para qualificar, em primeiro lugar, a nossa ação e, em segundo lugar, as nossas parcerias.

Dimizar Becker

Presidente do COREDES-RS

Diagnóstico da Situação Atual e Estratégias de Ação dos Coredes Para o Ano 2000

O ano de 1999 registra avanços significativos no trabalho dos COREDES, tanto na sua relação com os Poderes Executivo e Legislativo, quanto na sua própria dinâmica de organização e funcionamento. Os Conselhos Regionais, sempre orientados pelas diretrizes estabelecidas em sua Declaração de Princípios, passaram a ter seu papel melhor compreendido pela comunidade, sendo sua importância institucional cada vez mais reconhecida pelas instâncias do poder público e pela sociedade civil. Além disso, a ampliação da presença dos COREDES na vida pública gaúcha seguramente está contribuindo para que ocorram mudanças positivas na cultura política do Estado, dentre as quais se destaca a crescente participação social e cidadã.

A decisão do Executivo em promover a participação da comunidade na formulação de políticas públicas contribuiu para ampliar a compreensão sobre o funcionamento do setor público e sobre o processo de elaboração orçamentária. Após algumas dificuldades iniciais, houve maior reconhecimento, pelo governo, do papel dos COREDES como instâncias regionais de articulação da comunidade para a promoção do desenvolvimento.

Deve-se registrar, ainda, como aspectos positivos da ação do governo, a implementação do processo de formulação de políticas de desenvolvimento regional, a disposição reiterada no sentido de executar os investimentos previstos pela Consulta Popular de 1998, a preocupação em racionalizar o uso dos recursos públicos e a sensibilidade no acolhimento de emendas oriundas do Fórum dos COREDES à Proposta Orçamentária.

Da parte do Poder Legislativo, deve-se registrar, como avanço

Desconsideração dos princípios da autonomia e da pluralidade como fundamentos organizativos dos COREDES e das comunidades regionais;

Desconhecimento do saber acumulado e reduzida valorização da capacidade organizativa e institucional das regiões;

Divulgação de ações relativas a projetos de iniciativa de COREDES com fraca referência a eles;

Alteração de projetos oriundos da Consulta Popular de 1998, sem aprovação do respectivo COREDE, em alguns casos;

Dificuldade em aceitar os COREDES como instituições representativas das regiões.

5.3.1.1.2 Estratégias a adotar

Afirmar os COREDES como instâncias de discussão e decisão regional; Buscar o fortalecimento da participação plural, direta e universal da população nas decisões regionais e estaduais;

Valorizar os diferentes atores institucionais regionais integrantes dos COREDES;

Harmonizar as regionalizações setoriais de governo com as regionalizações dos COREDES e das Associações de Municípios, criando estruturas administrativas regionais compatíveis com essas regionalizações;

Efetivar o cumprimento do Protocolo de Cooperação Governo/COREDES;

Reativar a Comissão Mista Governo/COREDES;

Socializar as informações sobre as ações e procedimentos do governo que envolvem parceria com os Conselhos;

Respeitar a Declaração de Princípios dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento;

Assimilar, por parte do Governo, do COREDE como instituição representativa da Região;

Consolidar a relação com a Secretaria Geral de Governo como canal preferencial para as relações dos COREDES com o Executivo;

Assegurar que sejam divulgados como ações conjuntas as realizações governamentais referentes a projetos desenvolvidos em parceria com os COREDES;

Garantir a execução dos investimentos de interesse regional resultantes da Consulta Popular de 1998.

5.3.1.2 Departamento de Desenvolvimento Recreional e Urbano

5.3.1.2.1 Problemas detectados

Distanciamento entre o DDRU e os COREDES, levando a ações unilaterais, como no caso da concepção e planejamento dos Seminários Estadual e Regionais de Desenvolvimento Regional;

Interlocução e diálogo limitados entre o Departamento e os Conselhos;

Reduzida atuação da Divisão de Apoio aos COREDES;

Ausência de espaço físico para os COREDES;

Falta de regularidade na liberação das verbas de custeio dos Conselhos;

Falta de espaço para o DDRU nas reuniões dos COREDES e do Fórum.

5.3.1.2.2 Estratégias a dotar

- Promover trabalhos conjuntos;

- Fornecimento de informações regionais;

- Parceria efetiva na formulação da Política de Desenvolvimento Regional e em outras atividades de planejamento, levando em conta o acúmulo de conhecimentos e a experiência de planejamento estratégico das regiões.

Estimular a participação do DDRU nas reuniões do Fórum e dos COREDES.

Assegurar espaço físico e apoio logístico para os COREDES no DDRU;

Tomar o Departamento ponto de apoio para os COREDES nas relações com o Executivo;

Liberar em duodécimos as verbas de custeio para os COREDES.

5.3.1.3 Orçamento Participativo

5.3.1.3.1 Problemas detectados

Municipalização das demandas e necessidades;

Identificação do montante de recursos a serem alocados para as regiões;

Condução unilateral do processo de planejamento do Orçamento

discussão sobre a proibição de titulares de cargo políticos serem eleitos delegados e conselheiros do

Construir estratégias de desenvolvimento regional, visando a superação dos desequilíbrios inter e intra-regionais;

Dar ampla publicidade e transparência aos procedimentos e atividades desenvolvidos no Orçamento Participativo;

Construir a autonomia do Conselho do Orçamento Participativo, como conselho popular.

5.3.2 RELAÇÃO COMA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

5.3.2.1 Problemas detectados

Participação militante em prejuízo da participação direta e universal da população;

Compreensão insuficiente do valor estratégico da participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento e no aprimoramento do processo legislativo;

Desconsideração dos princípios, da autonomia e da pluralidade como fundamentos organizativos dos COREDES e das comunidades regionais;

Reduzida valorização do saber acumulado e da capacidade organizativa das regiões;

Fragilidade dos compromissos em decorrência da busca de resultados políticos imediatos, partidários e/ou pessoais;

Inexistência de uma prática de busca da construção de consensos;

Descolamento da representação política em relação às exigências da participação e da democracia direta;

Insuficiência de quadros técnico-administrativos para dar apoio adequado aos trabalhos do Fórum Democrático;

Apoio logístico insuficiente para o exercício qualificado da representação dos COREDES junto à Assembléia.

5.3.2.2 Estratégias a adotar

Organizar a comunidade para fortalecer a participação autônoma, plural, direta e universal da população no processo legislativo;

Participativo, em suas diferentes fases: concepção, definição da metodologia, organização das atividades e ordenação;

Limitada ação dos setores não organizados, em consequência da forma como o processo é desenvolvido;

Proibição da participação de titulares de cargos políticos como delegados e conselheiros do Orçamento Participativo;

Agravamento dos desequilíbrios regionais, em decorrência da lógica setorial utilizada na elaboração do Orçamento Participativo;

Limitada publicização e transparência dos procedimentos e atividades do Orçamento Participativo;

Falta de informações para qualificar a participação;

Excessiva dependência do Conselho do Orçamento Participativo em relação ao governo.

5.3.1.3.2 Estratégias a adotar

Realizar Assembléias Públicas Regionais, orientadoras das Assembléias Públicas Municipais, para definir diretrizes estratégicas de desenvolvimento regional, evitando a municipalização das demandas e necessidades;

Realizar Plenárias Regionais para sistematizar e compatibilizar as demandas priorizadas em cada município com as diretrizes estratégicas regionais;

Definir critérios para rateio dos recursos em nível regional e setorial, levando em conta os desequilíbrios regionais e prevendo o montante a ser alocado em cada região, desde o início do processo de elaboração do Orçamento Participativo;

Construir, em parceria, a concepção e condução do processo, de acordo com as orientações contidas nas letras "a" e "h" da Cláusula Segunda do Protocolo de Cooperação:

A) Construir as bases da participação universal e direta do cidadão no processo do Orçamento Participativo;

B) Coordenar, convocar e mobilizar conjuntamente as assembléias públicas e plenárias do processo do Orçamento Participativo;

Organizar a população para viabilizar a participação ampla e plural no Orçamento Participativo;

Remeter à avaliação dos COREDES e dos segmentos interessados a

Práticas descomprometidas e, por vezes, incompatíveis com os princípios e deliberações dos Conselhos e do Fórum;

Ausência de compreensão do papel que cabe aos COREDES no processo político;

Inexistência de planejamento estratégico em alguns Conselhos;

Identidade regional não consolidada, em algumas regiões;

Persistência de uma cultura individualista, bairrista e imediatista;

Reduzida participação de segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES;

Falta de unidade no cumprimento das deliberações do Fórum;

Incapacidade apresentada pelos COREDES em promover o crescimento quantitativo e qualitativo da participação social e cidadã;

Divulgação precária das ações dos Conselhos.

5.3.3.2 Estratégias a adotar

Fortalecer o Fórum dos COREDES e das Macrorregiões, visando a assegurar a coerência da sua atuação com as diretrizes definidas na Declaração de Princípios e facilitar o intercâmbio entre os Conselhos;

Dinamizar o trabalho das Comissões Setoriais dos Conselhos;

Conscientizar a comunidade sobre a importância da adesão aos princípios que norteiam o trabalho dos COREDES;

Promover, através da atuação do Fórum dos COREDES, um esforço no sentido de viabilizar o estabelecimento de soluções de consenso nos processos sucessórios dos Conselhos, inclusive sugerindo reformulações estatutárias que viabilizem essas soluções;

Sensibilizar as regiões e as diferentes instâncias de governo sobre a necessidade de contribuir de forma mais efetiva para disponibilizar os meios necessários a uma melhor atuação dos Conselhos;

Adotar estratégia de reuniões que facilite a participação efetiva de todos os COREDES nas reuniões do Fórum;

Adotar uma estratégia de atuação por parte do Fórum no sentido de promover uma atuação coerente com os princípios, por parte de todos os COREDES, bem como a sua adesão às deliberações construídas no contexto do

Conscientizar os agentes políticos sobre a necessidade de uma mudança da cultura política no sentido da valorização da participação, como instrumento de construção da cidadania e do desenvolvimento;

Reafirmar os princípios e objetivos que orientam o trabalho dos COREDES, expressos na cláusula primeira do Termo de Cooperação do Fórum Democrático, como base adequada para a organização dos processos de participação da comunidade nas ações do Legislativo;

Reconhecer, valorizar e divulgar o saber e a experiência acumulados de organização das regiões na busca do desenvolvimento e na promoção da cidadania;

Estimular o desenvolvimento de uma cultura de promoção do interesse público, onde a visão de longo prazo se sobreponha aos interesses imediatos, partidários ou pessoais;

Fortalecer a cultura democrática, através de debate que respeite as diferenças e os direitos das minorias, com valorização da busca permanente de consensos;

Trabalhar permanentemente para promover a organização da comunidade, estimulando a utilização de instrumentos de democracia direta e aperfeiçoando a democracia representativa;

Disponibilizar quadros técnicos e administrativos suficientes e adequadamente qualificados para as atividades do Fórum Democrático de Desenvolvimento Regional;

Proporcionar apoio logístico adequado para o exercício qualificado da representação dos COREDES junto à Assembleia;

Criação de uma Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional.

5.3.3 ATUAÇÃO DO FÓRUM E DOS COREDES

5.3.3.1 Problemas detectados

Partidarização das disputas no processo de renovação das diretorias, que já se manifesta na própria condução de alguns COREDES;

Tentativas de instrumentalização e partidarização dos Conselhos;

Desníveis de infra-estrutura, de agentes e recursos entre os Conselhos;

Limitação de recursos financeiros;

dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul, com o objetivo de analisar a atuação dos COREDES, das Coordenações Macrorregionais e do Fórum dos COREDES no ano 2000, bem como para traçar a estratégia de ação para o ano 2001.

O ano 2000 marcou avanços expressivos na atuação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em que pese haverem ocorrido também dificuldades em algumas das atividades tradicionalmente desenvolvidas pelos COREDES.

Um primeiro ponto positivo a destacar foi constituído pela presença mais efetiva, em várias regiões, dos Conselhos Regionais nos trabalhos do Orçamento Participativo Estadual, na construção de diretrizes, na definição de temas prioritários para o desenvolvimento e na organização e realização dos eventos. Nas regiões em que se verificou, essa presença mais efetiva dos Conselhos Regionais contribuiu para ampliar a participação da comunidade nos trabalhos do Orçamento Participativo e assegurou a sua pluralidade.

Também deve ser arrolada, como ponto de destaque, a decisão do Governo do Estado de promover a compatibilização das múltiplas divisões administrativas adotadas pelos órgãos da administração estadual com a regionalização dos COREDES. Trata-se de antiga reivindicação dos Conselhos Regionais, cuja implementação permitirá a consolidação de identidades regionais e em muito contribuirá para uma melhor coordenação dos esforços dos atores públicos e privados, bem como dos diversos segmentos da comunidade, no sentido de promover o desenvolvimento regional.

De especial importância foram, também, a cooperação com o Ministério da Integração Nacional na realização de uma audiência pública, em Porto Alegre, para a discussão de propostas de novas diretrizes para as Políticas de Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional a serem desenvolvidas pelo Governo Federal, bem como a parceria com esse Ministério para a implantação do Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, que abrange a área de atuação de oito Conselhos Regionais de Desenvolvimento, bem como partes dos territórios dos Estados de Santa Catarina e do Paraná.

Outro momento significativo do ano que passou foi constituído pela cooperação com a Comissão Especial da Bacia do Uruguai, instituída pela Assembleia Legislativa, cujos trabalhos desenvolveram-se em estreita parceria com os Conselhos Regionais incluídos na Macrorregião Norte. A atuação dessa Comissão Especial, que tomou como ponto de partida o trabalho que vinha sendo realizado pelos Conselhos Regionais desde a elaboração do Plano de

Fórum;

Promover o engajamento ativo - e não apenas passivo - de todos os COREDES em ações de planejamento estratégico;

Atuar no sentido de promover uma maior participação dos segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES, especialmente com a organização das comunidades locais, através de Conselhos Municipais de Desenvolvimento;

Aproveitar a oportunidade favorável para ampliar e qualificar a participação social e cidadã;

Criar mecanismos que possibilitem uma melhor divulgação das ações dos Conselhos, principalmente em âmbito estadual.

5.3.4 ESTRATÉGIAS GERAIS

Enraizar os COREDES nas bases municipais;

Retomar os Seminários "Os Políticos e as Políticas Regionais de Desenvolvimento";

Elaborar Planos Estratégicos de Desenvolvimento;

Pressionar no sentido da compatibilização das regionalizações setoriais do governo;

Criar e viabilizar a rede de estudos, planejamento e gestão regional;

Buscar a ampliação das parcerias dos COREDES, em nível estadual, nacional e internacional, envolvendo tanto organizações governamentais quanto não governamentais.

5.4 Carta de Imbé

Imbé, 5 e 6 de fevereiro de 2001

AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DOS COREDES NO ANO 2000 E ESTRATÉGIA DE AÇÃO PARA O ANO 2001

Nos dias 5 e 6 de Fevereiro de 2001, reuniram-se em Imbé os Presidentes

relacionadas com essas iniciativas de forma isolada, sem parceria com os Conselhos Regionais;

- Lentidão na execução dos investimentos de interesse regional previstos no orçamento de 1999, bem como do plano de investimentos do orçamento do ano 2000;
- Alteração de projetos oriundos da Consulta Popular de 1998, sem consulta ao COREDE interessado, em alguns casos;
- Continuidade do distanciamento entre alguns setores do governo e os COREDES, refletindo dificuldade em aceitar os Conselhos Regionais como instituições representativas das regiões;
- Permanência da irregularidade nos repasses de recursos para custeio das atividades dos COREDES;
- Falta de discussão mais adequada, com a comunidade, de ações relacionadas com a implementação da regionalização administrativa do estado, em especial no que se refere às decisões quanto às sedes das representações regionais de órgãos públicos estaduais.

5.4.1.2 Ações a Adotar

- Defender que seja promovida a participação plural, universal e direta nos eventos e ações desenvolvidos pela Administração Estadual;
- Afirmar os COREDES como instância de planejamento regional, legitimando suas diretrizes junto a população;
- Ampliar e divulgar de forma mais ampla os planos e propostas dos COREDES, construindo parcerias efetivas com os vários setores do poder executivo;
- Defender a execução integral dos investimentos de interesse regional previstos nos orçamentos de 1999 e 2000;
- Defender o cumprimento do protocolo de cooperação governo/COREDES;
- Atuar junto à Secretaria Geral de Governo para que ocorra o estreitamento das relações entre os órgãos de governo e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento;
- Insistir para que ocorra liberação regular mensal dos duodécimos referentes ao custeio das atividades dos COREDES;

Por uma organização social pró-desenvolvimento regional do RS

Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Uruguai, em 1997, focalizou temas fundamentais para o desenvolvimento dessa Macrorregião e apoiou sua inserção na Mesorregião da Grande Fronteira do MERCOSUL, objeto de ações desenvolvidas pela administração federal, através do Ministério da Integração Nacional.

Como principal fato negativo, deve ser destacada a permanência de vários dos problemas apontados na avaliação realizada sobre o ano de 1999. Muitos desses problemas têm como origem a dificuldade de alguns atores em entender o papel dos Conselhos e os princípios que regem sua atuação, bem como em relacionarem-se com os COREDES - e dentro dos próprios COREDES - deixando de lado interesses imediatos, muitas vezes ligados a disputas político-partidárias cujo significado momentâneo não pode prevalecer sobre os interesses mais amplos e duradouros da comunidade das regiões e da sociedade em geral.

5.4.1 RELAÇÕES COM O EXECUTIVO ESTADUAL

5.4.1.1 Situação Atual

5.4.1.1.1 Destaques Positivos

- Adoção da divisão regional dos COREDES como base para a regionalização administrativa do Estado;
- Maior aproximação de alguns setores da administração estadual com os COREDES.

5.4.1.1.2 Problemas Detectados

- Atuação excessiva de militantes, inibindo uma participação mais plural e espontânea da população, em algumas reuniões do Orçamento Participativo Estadual e em outros eventos promovidos pelo Governo do Estado, conflitando com os princípios que fundamentam a atuação dos COREDES;
- Problemas apresentados pela metodologia utilizada no Orçamento Participativo, que dificultam a incorporação de ações estruturantes, de caráter estratégico para o desenvolvimento regional, especialmente na área da infraestrutura;
- Falta de definição prévia do montante dos recursos a serem alocados para as regiões através do Orçamento Participativo;
- Apropriação, por alguns segmentos, de iniciativas oriundas dos COREDES, sem referência à fonte original, bem como implementação de ações

O Funcionamento e os fundamentos de uma experiência de organização social do Desenvolvimento Regional

5.4.2.2 Ações a Adotar

- Reafirmar os princípios incluídos no Termo de Cooperação como base para a condução dos eventos e atividades promovidos através do Fórum Democrático;
- Defender o fortalecimento do Fórum Democrático, com a adoção de uma pauta mais abrangente e interagindo de forma efetiva com as Comissões Permanentes e Especiais, bem como com a aglização de suas atividades;
- Defender a criação de uma Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional, ou a transformação da Comissão de Assuntos Municipais em Comissão de Desenvolvimento Regional e Assuntos Municipais;
- Aperfeiçoar a estrutura diretiva do Fórum Democrático, inclusive incorporando representantes de todas as bancadas nas instâncias organizativas, evitando conflitos e entraves operacionais que desgastam a relação entre os parceiros;
- Melhorar as condições de apoio material, técnico e financeiro, inclusive promovendo a realização de estudos e pesquisas que subsidiem os trabalhos desenvolvidos no contexto do Fórum Democrático.

5.4.3 RELAÇÕES COM A ÁREA FEDERAL

5.4.3.1 Situação Atual

5.4.3.1.1 Destaques Positivos

- Início de um processo de cooperação com alguns Ministérios, particularmente com o de Integração Nacional, visando a implementação de ações do Programa das Mesorregiões, bem como de outras ações estruturantes, da alçada do governo federal, essenciais para o desenvolvimento regional;
 - Ampliação da relação entre Bancada Federal Gaúcha com os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, em suas diferentes instâncias;
 - Inclusão de recursos para o Programa das Mesorregiões no Plano Plurianual.
- #### 5.4.3.1.2 Problemas Detectados
- Dificuldade em alocar os recursos provenientes das emendas de bancada nos programas de desenvolvimento regional e/ou macroregional;
 - Desarticulação das ações desenvolvidas pelas diferentes esferas de

Defender o aperfeiçoamento da metodologia do Orçamento Participativo, propondo a definição dos montantes de recursos a serem alocados em cada região antes que seja iniciado o processo de discussão e deliberação pela comunidade, em uma sistemática que favoreça a redução dos desequilíbrios regionais, bem como a ampliação de três para cinco das ações consideradas prioritárias por região.

5.4.2 RELAÇÕES COM O LEGISLATIVO ESTADUAL

5.4.2.1 Situação Atual

5.4.2.1.1 Destaques Positivos

- Cooperação da Comissão de Finanças e Desenvolvimento e da Comissão Especial da Bacia do Uruguai com os Conselhos Regionais;
- Criação de um espaço de apoio aos Conselhos Regionais na Assembleia Legislativa;

5.4.2.1.2 Problemas Detectados

- Atuação excessiva de militantes, inibindo uma participação mais plural e espontânea da população, em alguns dos eventos promovidos pelo Fórum Democrático, conflitando com os princípios que fundamentam a atuação dos COREDES;
- Interferência das disputas político-partidárias no planejamento e na organização dos eventos do Fórum Democrático;
- Lentidão da Assembleia Legislativa em dar andamento às atividades do Fórum Democrático durante o ano 2000;
- Estreitamento da pauta do Fórum Democrático, concentrada em temas de natureza orçamentária, fazendo com que deixassem de ser abordados outros temas relevantes para o desenvolvimento regional;
- Falta de integração mais efetiva entre o Fórum Democrático e as Comissões Permanentes e Especiais da Assembleia Legislativa;
- Inobservância de disposições do Termo de Cooperação Recíproca existente entre os COREDES e a Assembleia, inclusive quanto à garantia de recursos materiais, financeiros e técnicos suficientes para a realização de atividades do Fórum Democrático.

governo;

Contingenciamento dos recursos previstos para programas relevantes para o desenvolvimento regional.

5.4.3.2 Ações a Adotar

- Ampliar as relações com os órgãos federais, visando desenvolver programas de interesse das regiões;
- Desenvolver um processo de planejamento estratégico nas regiões que contribua para reivindicar uma melhor articulação das ações desenvolvidas pelos diferentes níveis de governo;
- Promover o fortalecimento de uma cultura cívica que priorize ações voltadas para o interesse público, superando o clientelismo;
- Defender que seja assegurada a utilização integral dos recursos previstos para implementação de ações programadas para as regiões.

5.4.4 RELAÇÕES COM OUTROS PARCEIROS INSTITUCIONAIS

5.4.4.1 Situação Atual

5.4.4.1.1 Destaques Positivos

- Atuação das Universidades na promoção do desenvolvimento regional, dentro de uma perspectiva da preservação da pluralidade e da autonomia da organização da sociedade civil das regiões, contribuindo com pessoal qualificado e apoio logístico para as ações desenvolvidas pelos COREDES;
 - Ampliação da parceria com as Prefeituras e Associações de Municípios, na construção de propostas e no encaminhamento e implementação de ações de interesse regional;
 - Aumento da participação das áreas setoriais da FAMURS na construção de propostas das Comissões Setoriais dos COREDES;
 - Fortalecimento da parceria com a UVERGS e com suas representações na base regional;
 - Ampliação das parcerias com a OCERGS, com o SEBRAE, e com outras organizações de expressiva atuação nas regiões.
- #### 5.4.4.1.2. Problemas Detectados
- Atuação incipiente e assistemática, às vezes com um viés não-cooperativo,

por parte de algumas organizações que se envolvem em ações relacionadas com o desenvolvimento regional;

- Dificuldade de algumas organizações em superar os interesses corporativos dos segmentos a que estão associadas;
- Ausência de visão estratégica por parte dos dirigentes de algumas entidades.

5.4.4.2 Ações a Adotar

- Fortalecer as parcerias já existentes e buscar novos parceiros estratégicos para o processo de desenvolvimento regional;
- Fomentar uma articulação mais eficiente e eficaz junto aos parceiros;
- Assegurar, nas parcerias, a pluralidade e a diversidade indispensáveis ao processo de construção democrática;
- Estimular o debate e a integração entre os diferentes atores, visando a construção de consensos regionais;
- Buscar a integração entre os Conselhos Regionais de Desenvolvimento e os Comitês de Bacias Hidrográficas.

5.4.5 ASPECTOS ORGANIZACIONAIS

5.4.5.1 Problemas Detectados

- Crescente partidização das disputas no processo de renovação das diretorias, que já se manifesta na condução de alguns COREDES;
- Tentativas de instrumentalização e partidização dos Conselhos;
- Desníveis de infra-estrutura, de agentes e de recursos entre os Conselhos;
- Falta de comunicação dos representantes de alguns segmentos com as suas bases, que reduz a legitimidade de sua atuação;
- Limitação de recursos financeiros;
- Ocorrência de práticas descomprometidas e, por vezes, incompatíveis com os princípios e deliberações dos Conselhos e do Fórum;
- Ausência de compreensão clara do papel que cabe aos COREDES no processo político;
- Inexistência de planejamento estratégico em alguns Conselhos;

- Identidade regional não consolidada em algumas regiões;
- Persistência de uma cultura individualista, bairrista e imediatista;
- Reduzida participação de segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES;
- Falta de unidade no cumprimento das deliberações do Fórum dos COREDES;
- Incapacidade apresentada por grande parte dos COREDES em promover o crescimento quantitativo e qualitativo da participação social e cidadã;
- Divulgação precária das ações dos Conselhos;
- Baixa participação dos COREDES nas reuniões do Conselho do Orçamento Participativo.

5.4.5.2 Ações a Adotar

- Fortalecer o trabalho do Fórum dos COREDES e das Coordenações Macrorregionais, visando assegurar a coerência de sua atuação com as diretrizes definidas na Declaração de Princípios e assegurar o intercâmbio entre os Conselhos;
- Dinamizar o trabalho das Comissões Setoriais dos Conselhos;
- Conscientizar a comunidade sobre a importância da adesão aos princípios que norteiam o trabalho dos COREDES;
- Promover, através da atuação do Fórum dos COREDES, um esforço no sentido de viabilizar o estabelecimento de soluções de consenso nos processos sucessórios dos Conselhos, inclusive sugerindo reformulações estatutárias que viabilizem essas soluções;
- Sensibilizar a comunidade das regiões e as diferentes instâncias de governo sobre a necessidade de contribuir de forma mais efetiva para disponibilizar os meios necessários a uma melhor atuação dos Conselhos;
- Adotar um calendário que facilite a participação efetiva de todos os COREDES nas reuniões do Fórum;
- Adotar uma estratégia de atuação por parte do Fórum dos COREDES que promova uma atuação coerente com os Princípios, por parte de todos os Conselhos, bem como sua adesão às deliberações construídas no contexto do Fórum;
- Promover o engajamento ativo – e não apenas a adesão passiva – de

todos os Conselhos em ações de planejamento estratégico;

- Atuar no sentido de promover uma maior participação dos segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES, especialmente com a organização das comunidades locais, através dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento;
- Aproveitar a oportunidade favorável para ampliar e qualificar a participação social e cidadã;
- Criar mecanismos que possibilitem uma melhor divulgação das ações dos Conselhos, especialmente em âmbito estadual.

5.4.6 DIRETRIZES GERAIS DE ATUAÇÃO PARA O ANO DE 2001

Uma das conclusões principais do encontro de Imbé consistiu no reconhecimento da necessidade de redirecionar, em vários aspectos, os esforços desenvolvidos pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

Um primeiro ponto desse redirecionamento deve ser constituído pelo reforço das atividades relacionadas com a elaboração de Planos Estratégicos de Desenvolvimento Regional, de maneira que cada COREDE reafirme seu papel essencial como formulador de uma visão estratégica capaz de proporcionar as diretrizes básicas para a promoção do desenvolvimento da região em que atua.

Outro ponto a ser enfatizado no ano que se inicia é o reforço do trabalho de organização junto às bases, dinamizando o trabalho das Comissões Setoriais e persistindo no esforço de implantação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento, enraizando cada vez mais o trabalho dos COREDES junto às comunidades das regiões.

Deverá ser redobrado o esforço no sentido de alcançar uma maior aproximação com as diferentes áreas da administração estadual, atividade em que os Conselhos esperam contar com o apoio da Secretaria da Coordenação e Planejamento, através do Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano.

Deverá, também ser ampliado e aprofundado o trabalho de estabelecimento de parcerias com entidades atuantes nos âmbitos estadual e nacional, cuja atuação seja relevante para a promoção do desenvolvimento regional no estado.

Os esforços dos COREDES deverão continuar a ser orientados pelos

princípios que constam da Declaração de Princípios de Novembro de 1997. Só a observância atenta desses princípios será capaz de permitir que os Conselhos Regionais possam continuar a trabalhar, de forma produtiva e conseqüente, em favor do desenvolvimento regional, sem que sua atuação seja negativamente afetada pela radicalização de posições que atualmente ocorre entre os atores políticos.

6 A EXPERIÊNCIA COREDIANA DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

6.1 A Experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul¹

6.1.1 Participação e educação política: a ampliação dos espaços públicos

Segundo Boaventura de Souza Santos, "ante o diagnóstico do colapso do contrato social da modernidade (...) é preciso reinventar não só a política mas também a cultura política. (...) Porque a modernidade ocidental reduziu o poder político ao poder agregado à volta do Estado há que começar pela reinvenção do próprio Estado. O objetivo é promover a proliferação de espaços públicos não estatais a partir dos quais seja possível republicar o espaço estatal entretanto privatizado pelos grupos sociais dominantes que exercem hoje o poder por delegação do Estado"². Afirma o autor que hoje são muitas as experiências no mundo que vão no sentido da construção de novos espaços públicos. Por dentro delas vai o sonho da democracia, da construção de um novo paradigma de poder político.

Depois de tantas práticas democráticas diferenciadas, de tantas promessas e expectativas por se construir soluções para os problemas básicos da sociedade pelo caminho da democracia, da participação popular, e apesar das frustrações havidas, ainda subsiste a esperança de que seja esse o horizonte que contenha os caminhos e os mecanismos que levem, em pleno século XXI, a humanidade a superar as profundas contradições e carências que ainda a caracterizam no

¹ Esta seção reproduz um texto publicado originalmente pelo COREDE Noroeste Colonial, onde é apresentado um depoimento pessoal, acompanhado de uma análise teórica e histórica do Prof. Walter Frantz que foi presidente do COREDE Noroeste Colonial – 1993- 1998 e Presidente do FORUM DOS COREDES-RS 1993-1994. Agradecemos ao Prof. Walter pela contribuição. Esta versão inclui observações dos Coredianos Prof. Paulo Frizzo e Angela Bachieri Duarte, que sugeriram alterações no texto original, de forma a possibilitar que fosse acrescentadas algumas informações adicionais.

² Santos, Boaventura de Souza, 2000: A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Vol.1, S.Paulo: Cortez, página 20.

campo da política, da educação, da economia. Ou estaria esgotado o caminho da democracia, entendida esta, nuclearmente, como a prática da participação política e do controle, ainda que ampla e indiretamente, *dos governados sobre os governantes?*

Continua a esperança na equação social, cujas variáveis são a democracia e a economia e cujo resultado é o desenvolvimento sustentável, a garantia da qualidade de vida. Melhor qualidade de vida: essa é uma angustiante esperança de todos os homens, neste início do século XXI. Esperança que inclui a justiça social, a segurança social, a paz social. Esse é o resultado que se quer ou se espera produzir pela ciência, pela política, pela educação, pela economia, pelo trabalho, pela democracia, pela participação. A participação política, como eixo da democracia, tem a finalidade de reconstruir o poder político, constantemente.

Talvez, as expectativas e as possibilidades por fazê-lo, sob certos aspectos, nunca tenham sido tão grandes, como hoje. Mas e talvez, ao mesmo tempo, também as frustrações frente a essas possibilidades nunca tenham sido tão grandes e preocupantes. Por isso, as frustrações contêm tanto risco social: que pode ir da apatia à revolta violenta. Guardadas as proporções desse cenário da atual sociedade, embasada em uma lógica que tantos exclui da produção e da distribuição dos bens que a humanidade hoje consegue dispor, a sociedade gaúcha está desafiada à criação de novos espaços na política e na economia que viabilizem o desenvolvimento de uma paz social, embasada na liberdade e na oportunidade para todos.

No Estado do Rio Grande do Sul, algo de novo está nascendo. Algo diferente está acontecendo no cenário do poder político, há cerca de uma década que, certamente, pode ser inscrito também no cenário amplo da necessidade de reinventar a política. Forças sociais e políticas estão em ação e reação e se expressam, fundamentalmente, através de três experiências que podem contribuir para uma nova cultura e prática política nas diferentes instâncias em presença: a sociedade civil organizada, o poder executivo e o poder legislativo. A experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDES), do Orçamento Participativo (OP) e do Fórum Democrático, no Estado do Rio Grande do Sul, constitui-se em um espaço de participação política, de construção de poder em espaços e processos políticos, de ampliação da esfera pública. Constitui-se em um importante espaço de educação política, fundamento de uma gestão pública participativa.

Não é nosso propósito descrever ou analisar, no presente texto, essas três importantes experiências de educação política. Mas queremos iniciar uma reflexão, a partir de nosso próprio envolvimento, ao longo de anos, especialmente,

sobre a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O propósito é iniciar com a elaboração de um texto básico que nos permita reconstituir a memória dos fatos que se relacionam com a história dos COREDES e, sob nossa ótica, comentá-los, interpretá-los. Por isso, será um texto em seu começo descritivo, mas que queremos cada vez mais analítico, incorporando dados e depoimentos, conceitos e teorias. Hoje, a técnica da digitação eletrônica facilita e convida à produção de textos que vão se reconstruindo e transformando, constantemente.

Nem tudo o que aconteceu, ao longo desse processo de organização e implantação dos Conselhos, está escrito, documentado, mas muito disso pode ser recuperado e registrado. Existe uma memória social que pode ser resgatada. Certamente, essa experiência histórica de educação política está eivada de limites e ilusões, e mesmo de muitas frustrações, mas faz parte de um esforço por fazer nascer algo novo no cenário político do Estado do Rio Grande do Sul.

A experiência dos COREDES carrega dentro dela as expectativas de novos caminhos e mecanismos políticos, como uma escola de educação não formal, onde todos possam encontrar o seu lugar de aprendizagem pela participação. Esse, talvez, seja o sentido fundamental dessa experiência: uma experiência de educação com seu sentido pedagógico voltado para a construção da democracia. Portanto, algo inacabado, em movimento constante, impulsionado pela ação e reação das forças sociais envolvidas.

A educação é um fenômeno complexo e acontece de múltiplas formas. Acontece nos mais diferentes espaços da vida humana. O eixo dinâmico desse acontecimento são as relações sociais que se desenvolvem na família, no trabalho, na escola, nos grupos sociais, nos partidos. É um fenômeno que contém aspectos culturais, políticos, técnicos. Por isso, o conceito de educação é amplo e complexo. Afirma o Professor José Carlos Libâneo que "um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação (...), que as transformações contemporâneas contribuíram para consolidar o entendimento da educação como fenômeno plurifacetado, ocorrendo em vários lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades".³ Entre esses lugares e modalidades pode-se incluir os Conselhos Regionais de Desenvolvimento. O envolvimento em suas práticas, a afirmação de princípios de atuação, a ação e a reação dos seus atores em busca de seus objetivos, constitui-se em um processo educativo com sentido pedagógico que se pode denominar de educação política, entendida como uma capacitação para contribuir

³ Libâneo, José Carlos, 1998. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* S.Paulo: Cortez. Página. 18.

discutiu a elaboração do texto da lei dos Conselhos, aprovada em 1994. Fazemos do envolvimento e da participação dessa experiência a base de nossa reflexão, sem, no entanto, deixar de considerar documentos produzidos no processo de sua organização e funcionamento.

No momento, ao início do trabalho, não se trata de querer fazer uma reflexão exaustiva ou acabada sobre a experiência, mas nos animamos a algumas considerações e interpretações, a partir da percepção dos fatos. Desse modo, não deixa de ser uma recuperação da memória do acontecido, dando-lhe a nossa versão e interpretação. Por isso, lembramos ao leitor que deve levar em conta esse aspecto, pois, sendo o texto um depoimento, contém o nosso olhar, a nossa leitura, embora procure ser o mais fiel possível aos fatos documentados. Ficamos, acima de tudo, abertos à crítica e às sugestões do leitor.

Também é nosso propósito chegar, depois, ao longo da atividade da produção do texto, até muitos daqueles que dele participaram e que guardam consigo importantes fatos sociais dessa experiência, pois foi um trabalho de equipe e que deve ser recuperado. Com certeza, nas intenções de seus integrantes estão muitas explicações para a compreensão do sentido pedagógico dessa experiência de participação e educação política.

Os fatos sociais sempre guardam diferentes possibilidades de leitura e interpretação ou diferentes significados. Certamente, a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, guarda também diferentes possibilidades de leitura, de interpretação, mesmo que contenha valores e sentidos que se possa reconhecer objetivamente. Os COREDES não são, necessariamente, lugares de consenso. Pretendem ser espaços públicos, abertos ao debate, à argumentação, permitindo que do confronto de idéias e opiniões nasçam novos caminhos para a gestão das coisas públicas. Diante de seu significado, os limites e as imperfeições de sua prática se apresentam como desafios a serem superados por um processo pedagógico – uma pedagogia da práxis – que, pela ação-reflexão-ação, através de um processo dialético de superação, permite construir novos horizontes de cultura e prática política.

O fato de muitos dos que se dedicaram ao trabalho de organização e consolidação do projeto dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento não serem filiados a partidos políticos não significou, entretanto, neutralidade política, diante dos fatos. Predominou sempre em todos os momentos do trabalho uma postura supra-partidária, mas não de neutralidade, frente à política. Reconhecia-se a importância e o papel dos partidos políticos, mas a participação no processo de consolidação da experiência dos Conselhos não se fundamentava em programas ou compromissos partidários. Nosso trabalho orientava-se politicamente, mas

e influir na questão do poder político de gestão das coisas públicas.

Citando ainda Libâneo, pode-se afirmar que “educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais”.⁴ A composição dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento indica para essa compreensão e conceituação de educação. Sendo um processo informal de educação, isto é, não intencionalmente organizado, não há sempre consciência clara do sentido educativo e pedagógico de suas atividades. A base dessa educação política é a produção do conhecimento que nessas práticas ocorre e de sua apropriação ativa que se expressa em participação política. As formas práticas de participação também podem ser múltiplas e complexas. Elas podem acontecer pela via dos partidos políticos, dos movimentos sociais, da organização da sociedade civil em conselhos ou grupos de pressão e tantos outros mais que a criatividade e a consciência dos cidadãos for capaz de viabilizar.

No espaço político do trabalho de organização e consolidação dos Conselhos, os representantes de cada região passaram a se encontrar para debater, elaborar estratégias de atuação, produzindo um conhecimento mútuo de suas mais diferentes preocupações e visões a respeito de gestão pública e desenvolvimento regional. As sociedades regionais se apresentavam, falavam de seus problemas, de suas frustrações, de seus projetos, produziam nova consciência, nova base para o desenvolvimento de uma cultura política mais participativa. Educavam-se, contribuindo para um novo cenário na gestão pública do Estado.

Afirma o Professor Mario Osório Marques que “a consciência estruturase à medida que o indivíduo relaciona-se com outros pela mediação dos procedimentos e formas de atuar socialmente elaboradas”.⁵ Na relação com os outros, debatendo sobre algo que os envolve, que aos interlocutores importa, produz-se uma nova consciência, a base de uma nova cultura. É nesse sentido que a experiência dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento precisa ser compreendida e avaliada.

Como já dissemos, no decorrer do presente texto, nos propomos iniciar uma reflexão sobre a experiência dos COREDES, tendo como ponto de partida o envolvimento pessoal na condição de presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, no período de 1993 a 1998, e presidente do Fórum Estadual dos COREDES, em 1993 e 1994. Foi nesse período que se

⁴ Idem, página 22.

⁵ Marques, Mario Osório, 1988: Conhecimento e educação. Ijuí/RS: Ed. UNIJUI. Página 106.

sem desconhecer a importância das instituições políticas históricas, especialmente, os partidos. Continua o sonho de um projeto político com sentido pedagógico em direção à ampliação dos espaços públicos, da participação da sociedade civil organizada, de mais oportunidade às regiões na elaboração das políticas públicas de desenvolvimento da sociedade e da economia gaúcha.

Não só participamos dessa história, exercendo funções específicas, mas também nos envolvemos com um olhar político, em seu sentido mais amplo. Por conta da razão e do pensamento político que orientou esse envolvimento, buscou-se desenvolver um trabalho com autonomia. Mas o envolvimento teve também a emoção, os sentimentos, como uma de suas molas propulsoras. Foi um envolvimento coletivo, um trabalho de equipe, com muita disposição e esforço, dedicado ao processo de organização e afirmação de uma experiência de ampliação da esfera pública, a partir da sociedade civil. Predominava o entusiasmo pela oportunidade de se construir algo novo no cenário político do Estado.

Na verdade, por parte da sociedade civil, representada pelas lideranças de seus Conselhos, ainda em processo de organização, criou-se um clima de entusiasmo que permitiu uma dedicação, sem remuneração e nem muitos recursos financeiros e materiais, mas muito trabalho. Foi uma valiosa experiência de trabalho em equipe, de construção de identidades e compromissos. Talvez, se pudesse identificar nessas pessoas um entusiasmo comum por poderem praticar a democracia na diversidade, preenchendo vazios do passado, deixados pelas restrições à liberdade de organização, ou podendo refazer experiências, mesmo quando nas ações imediatas dos COREDES houvesse, muitas vezes, uma certa frustração por não terem eles os seus projetos atendidos, mesmo que aprovados. Nem sempre tudo foi fácil e sem obstáculos. Em razão disso, foi preciso lançar olhares mais longos e ousados, mais profundos, no sentido das possibilidades da proposta; foi preciso construir novas dimensões políticas, nova consciência e responsabilidade políticas, apontando para uma nova inscrição política do cidadão na gestão das coisas públicas. Enfim, foi preciso buscar novas fontes de força motivadora. Porém, a principal fonte dessa energia foi a convicção democrática, da organização da participação⁶.

Também foram importantes as mais diferentes paixões, compromissos e interesses políticos, tanto do Executivo como do Legislativo. As idéias, os interesses, as paixões e o jogo de poder democrático, foram também sustentação

⁶ Aqui é importante fazer um registro especial com relação ao entusiasmo e ao apoio que sempre tivemos dos funcionários públicos e técnicos do governo, colocados à disposição para os trabalhos de organização dos COREDES. Somaram-se como cidadãos comprometidos à causa dos Conselhos.

desse processo histórico. Nos animamos a afirmar que até as frustrações de expectativas, fundadas na cultura do paternalismo, nas práticas de promessas políticas fáceis, ou mesmo no clientelismo "despachista", muitas vezes, tão desejado ou cultivado por governados e governantes, na história de nosso País, ajudaram no direcionamento do processo de organização e implantação dessa experiência. Pois, isso exigia dos envolvidos uma reação, um posicionamento a favor de uma nova cultura política.

Algumas vezes, foi preciso aproveitar as frustrações para tirar lições, para compreender a dinâmica da realidade política, da gestão pública. Nem sempre tudo acontecia como fora planejado e aprovado, isto é, muitos projetos ficaram apenas no papel. Muitos interesses entraram em jogo, exercendo uma força sobre o projeto da criação e desenvolvimento dos novos espaços políticos. Não foram poucas as oportunidades nas quais foi preciso trabalhar com paciência pedagógica contra as velhas formas de se fazer política. Essas formas, como sabemos, se alimentam e sustentam na fraqueza política, na pouca consciência da cidadania, ou nas necessidades imediatas das pessoas enfraquecidas.

Muitas vezes, foi preciso lutar contra tudo isso, até dentro do próprio Fórum, animando-nos a todos com um olhar mais para o futuro ou para o sentido pedagógico da ação. As pessoas traziam seus problemas imediatos, urgentes, carentes de soluções. Era-lhes difícil fazer a ponte de passagem de uma cultura ou prática política para outra. Quando as perspectivas de resultados imediatos diminuíam, aumentava-se a perspectiva do horizonte, colocando as esperanças no futuro. Ressaltava-se o sentido político da ação, isto é, do trabalho de todos os que estavam empenhados em querer construir novas bases de poder político, nova mentalidade e consciência política nas regiões em organização. Procurava-se superar as necessidades do imediato, fosse ele de ordem material ou política, com a utopia criadora de novos comportamentos, de nova cultura política.

A proposta para organizar Conselhos Regionais de Desenvolvimento veio de um governo, isto é, de uma base partidária. Porém, certamente, inspirado em diferentes experiências de participação da sociedade civil alhures existentes. Não se pode desconhecer a história, quando se trata de entender e situar fatos sociais. Um estudo específico sobre o tema, com certeza, levaria às raízes históricas de algumas experiências e propostas de participação popular⁷. Por

⁷ Pode-se citar diferentes experiências no Rio Grande do Sul: a de Pelotas e de Porto Alegre; a do Movimento Comunitário de Base de Juiú (MCBI), nos anos 60 e 70. Registra-se também a experiência do Estado de São Paulo, no Governo Franco Montoro, entre 1983 e 1986, com a implantação de Conselhos Regionais.

os ideais do projeto social iluminista ou as promessas das ciências positivas. O novo não brota do que deu certo, mas nasce da capacidade de reação frente ao erro, à frustração, ao inacabado.

De outro lado, sob uma visão histórica da realidade brasileira, a distância entre a ação do Estado, de suas grandes linhas políticas, de seus Grandes Planos Nacionais de Desenvolvimento e cidadão, a concentração política e econômica, a dificuldade, ou mesmo a inoperância, do Estado Nacional, de suas promessas e atribuições, frente às expectativas da sociedade, também compõem outro leque de possíveis explicações para o surgimento de uma reação, de uma nova consciência política que propugna por maior participação das bases, pela prevalência da cultura sobre a estrutura, isto é, por maior espaço à cidadania, à sociedade civil.

Essas questões todas contribuem, não só, para o nascimento de uma nova cultura política de maior responsabilidade social, de valorização do cidadão, de fortalecimento da sociedade civil, mas também para o questionamento do papel do próprio Estado, para a necessidade de mecanismos alternativos de gestão pública e das questões inerentes a um desenvolvimento sustentável em suas múltiplas dimensões. Contribuem, com certeza, para a ampliação da esfera pública, para a reação e a organização da sociedade civil brasileira. Contribuem para o surgimento de uma nova visão estratégica de desenvolvimento, fundamentada nas potencialidades regionais, na participação direta do cidadão, na transparência, na identidade, nos valores e interesses locais.

Sem o receio do risco da desagregação da unidade nacional e frente ao esgotamento das possibilidades e do alcance das grandes políticas nacionais, foi mais fácil e possível a afirmação de novas fontes e bases para o desenvolvimento, com enfoque nas regionalidades, nas localidades, diferentes daquelas ditadas pelo planejamento da administração central.

Assim, afirmações de identidades regionais e locais passaram a não serem mais vistas como ameaças à desagregação da sociedade e das fronteiras nacionais, mas como potencialidades a serem promovidas e estimuladas, enquanto capital social necessário ao processo de desenvolvimento. A democracia, a participação, a descentralização política e das oportunidades de investimentos públicos, passaram a ser os valores e as estratégias de governo.

Políticos, tendo percebido os cenários, souberam interpretar as condições objetivas existentes, recolhendo as aspirações e as necessidades da sociedade civil, fizeram suas propostas e planos de governo. No caso do Rio Grande do Sul, promoveram uma ação política que deu origem aos Conselhos Regionais de

isso, enraizado nessas experiências, a proposta de organizar Conselhos Regionais de Desenvolvimento, certamente, encontrou e despertou na sociedade civil muitas expectativas. Ao propor a criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento, o governo foi ao encontro de anseios, projetos e experiências de desenvolvimento regional já existentes. Esse foi o grande mérito político da época: incluir a proposta de criar Conselhos Regionais de Desenvolvimento nos planos de governo. A proposta fez parte do plano do governo eleito para o período 1987 a 1990 e, também, do governo eleito para o período de 1991 a 1994, quando aprofundou-se e concretizou-se a oportunidade de participação política, de ampliação da esfera pública.

Porém, aqui não importa tanto classificar a sua origem, distribuir méritos, isto é, discutir se veio de cima, se nasceu do seio da cúpula governamental, de um partido, ou se surgiu da base popular. Não importa querer nominar pessoas ou produzir uma determinada paternidade, definir uma origem partidária. O que importa é saber que sua origem está na democracia, ainda que em construção. Enfim, surgiu do seio de um governo eleito pelo povo. Malgrado as muitas limitações e deficiências de uma experiência tão complexa e abrangente, em seu processo de implantação, ela se materializou carregada de oportunidades democráticas. Esse foi e continua sendo, sem dúvida, seu caráter pedagógico: construir a democracia, qualificar a participação popular, afirmar a cidadania. A democracia é um conceito histórico, portanto, inscrito em um contexto específico da realidade social. Ela se realiza nas circunstâncias e práticas da vida que são incertas e contraditórias.

No nosso entender, não se pode querer explicar ou buscar compreender a experiência dos COREDES, sem lançar um olhar para fora, para um contexto sócio-político mais amplo. Evidentemente, sem prejuízo das particularidades regionais ou mesmo da visão política de seus idealizadores. Antes se deve creditar mérito a eles por terem captado e interpretado os "sinais dos tempos", isto é, a possibilidade de construir novos tempos e novas práticas políticas.

A crise das soluções globais, a crise das grandes estruturas, os mecanismos de coordenação autoritária, a própria crise da ciência positiva, com certeza, compõem um fundo amplo de origem explicativa para o surgimento de experiências locais ou regionais, de natureza participativa, como a dos COREDES. Assim, de certo modo, seriam os Conselhos uma reação a tudo isso, uma nova realidade política em construção, uma nova promessa, o horizonte de um novo futuro. Seriam uma afirmação da regionalização, no contexto das dificuldades impostas pela globalização. Certamente, é possível inscrever e relacionar esse tipo de experiência na crise da própria modernidade que não viu serem realizados de todo

A nova Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, promulgada em 3 de outubro de 1989, ofereceu uma base legal e política para a participação e a descentralização da administração pública, para a ampliação da esfera pública, para iniciativas de cooperação em gestão pública entre sociedade política e sociedade civil. Quando fala da ordem econômica, a Constituição do Estado dedica um capítulo à política de desenvolvimento estadual e regional e aponta para novas experiências de participação na gestão dos espaços públicos. Em seu Artigo 167 pode-se ler que

a definição das diretrizes globais, regionais e setoriais da política de desenvolvimento caberá a órgão específico, com representação paritária do Governo do Estado e da sociedade civil, através dos trabalhadores rurais e urbanos, servidores públicos e empresários, dentre outros, todos eleitos em suas entidades representativas.

Da mesma forma, no Artigo 168 está determinado que

o sistema de planejamento será integrado pelo órgão previsto no artigo anterior e disporá de mecanismos que assegurem ao cidadão o acesso às informações sobre qualidade de vida, meio ambiente, condições de serviços e atividades econômicas e sociais, bem como a participação popular no processo decisório.

Embora não fale especificamente de Conselhos Regionais de Desenvolvimento, a Constituição contém o espaço legal e político para iniciativas dessa natureza, permitindo e viabilizando à sociedade civil organizada, aos cidadãos, a participação no planejamento das atividades de governo.

O artigo 149, parágrafo 8, determina que

“os orçamentos anuais e a lei de diretrizes orçamentárias, compatibilizados com o plano plurianual, deverão ser regionalizados e terão, entre suas finalidades, a de reduzir desigualdades sociais e regionais”.

Desenvolvimento.

Pode-se afirmar, no nosso entender, que, ao mesmo tempo, os COREDES são produto de forças e tendências políticas mais globais, geradas em processos sociais mais amplos, mas tem também a sua marca de condições locais e específicas. Dificilmente podem ser compreendidos fora desses diferentes contextos. Com certeza, também muitos foram os fatores locais específicos que despertaram ou viabilizaram propostas políticas inovadoras de participação da sociedade civil nas políticas públicas.

Para o processo de implantação dos COREDES e mesmo como inspiração de sua proposta, o governo pode também contar com diferentes fatores históricos e específicos locais, no Rio Grande do Sul, tais como:

- a existência de regiões com identidades culturais e economias regionais bem demarcadas, em função do processo de colonização do Estado;
- o avançado processo de integração regional, proporcionado pelas experiências das associações de municípios;
- a existência de grandes cooperativas agropecuárias, cuja presença e atuação regional produziu identidades regionais;
- o apoio e o engajamento de universidades, especialmente, a existência e a atuação das universidades comunitárias regionais que, além de contribuírem para a formação de identidades regionais específicas, mas acima de tudo, muitas delas assumiram a coordenação e os custos dos trabalhos de organização dos COREDES⁸;
- o desenvolvimento, pela administração estadual, entre 1987 e 1988, de programa de descentralização regional.

É difícil, ou talvez até desnecessário, saber do peso exato de cada fator, em particular, mas pode-se argumentar pela sua importância, validade ou influência no processo de criação de identidades regionais, de organização e implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento. Um dos fatores locais, embora de natureza mais política que legal, no entanto, foi a nova Constituição do Estado do Rio Grande do Sul.

⁸ As universidades comunitárias, enquanto iniciativas da sociedade civil, laicas e auto-denominadas de públicas não-estatais, no espaço do ensino superior brasileiro, são um fenômeno mais recente e distinto. São um fenômeno, na maior parte, mais restrito ao sul do Brasil, especialmente, ao Rio Grande do Sul. Frantz, Walter, 2001: Universidade Comunitária e Desenvolvimento regional. A experiência da FIDENE/UNIJUI. Cadernos UNIJUI. Série Educação n° 67, Ijuí: Ed. UNIJUI, 83 pág.

O texto constitucional é a expressão do que vai pela sociedade. É revelador das suas especificidades e tendências políticas. Nesse sentido, primeiramente, é mais cultura, mais política, que lei. Transforma-se em lei, a partir da cultura e da política. O debate sobre descentralização regional ocorrido no Estado a partir de programa desenvolvido durante o Governo Simon, contribuiu para que o texto constitucional incluisse vários artigos sobre o tema.

Produzida e redigida em clima de liberdade política, de afirmação da democracia, a Constituição do Estado revela os interesses e os valores da sociedade, constituindo-se em marco de orientação para as suas iniciativas de organização social e política. Foi dessa base legal, dessa orientação política, dessa cultura política, que nasceram os COREDES.

O Governador Collares, o primeiro a ser eleito, após a promulgação da nova Constituição Estadual, amparado no espírito e no sentido da nova lei, e atendendo ao Artigo 55 das disposições constitucionais transitórias, conclamou a sociedade a se organizar em Conselhos Regionais de Desenvolvimento para que pudesse participar, mais diretamente, das ações do governo. Afirava, o então Governador, que o "objetivo é oportunizar a verdadeira democracia participativa, para alcançarmos a desconcentração econômica, a descentralização política e a integração regional com efetiva participação popular"⁹. Com a criação dos COREDES, propunha o Governador, "modernizar a administração estadual, estreitar as relações entre governo e sociedade e estimular o debate sobre assuntos de interesse das comunidades"¹⁰.

Foi assim que, em fevereiro de 1991, através de um seminário amplo, com centenas de participantes, entre políticos, empresários, trabalhadores e universitários – professores e estudantes – foram definidas as linhas básicas de atuação dos Conselhos. Na oportunidade foram fixadas as seguintes competências para os COREDES:

- *Levantar e debater as questões regionais;*
- *Identificar e potencializar as vocações regionais;*
- *Estabelecer prioridades de investimentos e ação estadual;*
- *Decidir sobre alocação de recursos;*
- *Fiscalizar a ação do governo na região*¹¹

⁹ Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, 1992: Desenvolvimento. O Modelo Gaúcho de Democracia Participativa. Março 1992, página 2 (Publicação sob forma de revista).

¹⁰ Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Social, 1992: op.cit, página 6.

¹¹ Idem, página 6.

Além disso, atendendo aos Artigos 167 e 168 da Constituição Estadual, o governo instituiu também o Conselho Estadual de Desenvolvimento, de cujo colegiado passaram a fazer parte representantes de diversas entidades da sociedade política e civil, sob a presidência do Governador, entre elas o Fórum dos COREDES.

Enquanto os COREDES deveriam exercer funções na definição de prioridades específicas para cada região, o Conselho Estadual – denominado pelo próprio governo de "Conselho" – deveria atuar "no âmbito das decisões mais abrangentes, relativas às diretrizes gerais da política de desenvolvimento"¹². Entre as suas competências podem ser citadas as seguintes:

- *Definir as diretrizes da política estadual de desenvolvimento;*
- *Estabelecer e definir as formas de atingir os objetivos traçados;*
- *Acompanhar e aperfeiçoar a realização das metas traçadas;*
- *Reverter a tendência de centralização da economia estadual;*
- *Sugerir alternativas para reduzir os desequilíbrios regionais;*
- *Democratizar o desenvolvimento;*
- *Promover a industrialização do interior*¹³.

Nas reuniões do Conselho Estadual, realizadas uma vez por mês, sob a coordenação do Governador, os seus integrantes tinham o direito a um voto. Nas reuniões era permitida a presença de entidades convidadas, sendo os Secretários de Estado convidados permanentes, com funções de assessoria técnica, especialmente, às comissões específicas do Conselho.

O Conselho Estadual era composto pelas seguintes entidades representativas:

- *Federação das Indústrias;*
- *Federações Sindicais do Comércio;*
- *Federação da Agricultura;*
- *Federação dos Trabalhadores da Agricultura;*
- *Federação das Associações Comerciais;*

¹² Idem, página 2.

¹³ Idem, página 5.

- *Federação dos Clubes de Diretores Lojistas;*
- *Federação das Associações de Municípios;*
- *Federação Riograndense das Associações Comunitárias de Moradores de bairro;*
- *Federação dos Sindicatos de Servidores Públicos Estaduais;*
- *Associação dos Dirigentes de Vendas;*
- *Associação dos Bancos no Estado;*
- *Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão;*
- *Associação Riograndense de Imprensa;*
- *Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural;*
- *Organização das Cooperativas do Estado;*
- *União de Vereadores do Rio Grande do Sul;*
- *Confederação Geral dos Trabalhadores;*
- *Central Única dos Trabalhadores;*
- *Fórum de Reitores do Rio Grande do Sul;*
- *Fórum dos COREDES.*

Porém, a experiência do Conselho Estadual não seguiu o mesmo caminho de consolidação que o dos COREDES, interrompendo-se os seus trabalhos.¹⁴ No entanto, de acordo com opiniões de representantes de diversas entidades integrantes do Conselho, colhidas na época, permitem concluir por uma avaliação positiva dessa experiência.¹⁵

No processo de organização e implantação dos COREDES ocorreu uma ampla mobilização, envolvendo os mais diferentes setores da sociedade, através de reuniões e seminários. Politicamente, foram “construídas” regiões, a partir de identidades e critérios que levaram em conta as experiências de regionalização já existentes. No entanto, cada município pode escolher a sua integração regional. O que aconteceu, predominantemente, foi a consolidação das identidades

¹⁴ Na condição de presidente do Fórum dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Estado, tive a oportunidade de vivenciar essa experiência do “Conselho”, ainda que brevemente, mas que, infelizmente, ao final do Governo Collares, foi “congelada”, no meu entender, por dificuldades originadas, especialmente, por projetos na área da política fiscal.

¹⁵ *idem*, *ibidem*, páginas 4 e 5.

regionais já existentes, resultando na criação de vinte e dois conselhos, em todo o Estado. A prática de reuniões e seminários, levando à integração e identificação de regiões e lideranças, resultou na criação do Fórum Estadual dos COREDES.

Com a destinação de percentuais da rubrica de investimentos públicos para os projetos regionais, indicados e coordenados pelos COREDES, iniciou-se o trabalho de consolidação de suas estruturas. Trabalhar em cima de valores orçamentários para investimentos regionais, além de ser uma das competências dos conselhos, representou também uma estratégia importante para o seu processo de motivação, de organização e implantação. No entanto, em função dos investimentos, produziu-se, ao mesmo tempo, entusiasmo e frustrações. As dificuldades do seu fluxo de atendimento, muitas vezes, produziram decepções e reduziram a participação.

No entanto, as dificuldades na liberação dos recursos para os projetos aprovados estão presentes, ao longo de toda a sua história dos COREDES. Muitos foram os esforços políticos no sentido de superação dessas dificuldades. Assim, em abril de 2000, quando o Fórum dos COREDES se reuniu, em Porto Alegre, para discutir o Plano de Ação 2000, decidiu designar “embaixadores”, junto às Secretarias de Estado, isto é, integrantes seus, nominalmente, encarregados de acompanhar a tramitação dos projetos, junto aos correspondentes setores do Executivo¹⁶.

Nesse processo de dificuldades, especialmente, prefeitos reduziam o seu entusiasmo e sua presença nas reuniões dos Conselhos; ficavam distantes, quando não eram contemplados os projetos ou liberados os recursos alocados ou prometidos. Porém, de modo geral, todos os demais setores ou cidadãos que orientavam sua relação com os COREDES pela existência e disponibilidade de recursos financeiros fáceis e imediatos, tendiam a um certo descrédito, quando estes não eram liberados. As dificuldades na liberação dos recursos para os projetos dos Conselhos foram constantes, ao longo das diferentes gestões, mas se acentuavam em alguns setores da administração estadual, muitas vezes, mais por razões políticas que financeiras.

As frustrações e a diminuição do ânimo, especialmente, por parte de políticos com responsabilidade de gestão municipal, no nosso entender, aconteciam por algumas razões:

¹⁶ Noroeste Colonial: Órgão de divulgação do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, Abril/Maio de 2000, página 4. Ijuí (RS).

Isso ficou muito visível por ocasião da consulta popular¹⁷, em 1998, realizada pelos COREDES e pelo Poder Executivo estadual, com a finalidade de apontar os projetos regionais prioritários para o orçamento do Estado. Estabeleceu-se uma verdadeira articulação competitiva entre prefeituras a favor de seus projetos locais, desconhecendo o sentido da regionalidade dos Conselhos.¹⁸

Na verdade, muitas vezes, essa é uma questão de difícil tratamento político, pois, alguns projetos de desenvolvimento, mesmo com seus efeitos ou seu sentido regional, acabam produzindo também visíveis vantagens imediatas e impactos mais locais, especialmente, quando agregam retornos fiscais, geram empregos locais, desenvolvem infra-estruturas que acabam agregando, especialmente, outras atividades locais. Um exemplo disso são os investimentos em pólos tecnológicos que se localizam, de modo geral, nos maiores municípios da área de abrangência dos Conselhos e tendem a agregar efeitos positivos locais.

A constituição de Pólos Tecnológicos no interior do Estado, descentralizando um processo básico de desenvolvimento científico e tecnológico, coordenado pelas Universidades Comunitárias, pode ser considerado um dos resultados mais significativos da política de desenvolvimento regional.

Uma quarta possibilidade de explicação para o pouco entusiasmo para com a experiência dos Conselhos, algumas vezes, por parte de setores ou lideranças regionais, está na crise do Estado, como investidor. Ao Estado sobram poucos recursos para investir. Também o discurso forte sobre a limitação do papel do Estado, a euforia pela "privatização", no nosso entender, ofuscavam, da mesma forma como a cultura "clientelista despachante", a compreensão da nova experiência, de bases "comunitárias e cooperativas". Muitas vezes, fundadas nesses aspectos do mero financiamento público ou da cultura paternalista, eram levantadas dúvidas sobre a validade dos COREDES. Estes passavam a ser vistos, algumas vezes, como apenas novos meios de se alcançar verbas ou favores da administração estadual. O risco de transformar ou "aparelhar" os Conselhos em meros instrumentos de reivindicação de verbas para municípios e regiões é, no nosso entender, ainda real. A superação desses aspectos, no nosso entender, deve iniciar pela clara compreensão das competências dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

¹⁷ A Lei Nº 11.179, de 25 de junho de 1998, dispõe sobre a consulta direta popular quanto à destinação de parcela do Orçamento do Estado voltada a investimentos de interesse regional
¹⁸ Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, 1998: Avaliação da Consulta Popular de 1998.

Primeiro, tendo os prefeitos e vereadores mandatos de quatro anos, tendem a valorizar, obviamente, políticas e projetos de retorno mais rápido. Os seus compromissos políticos assumidos, as suas responsabilidades, normalmente, são cobradas pelos eleitores no espaço de seus mandatos. Nem sempre é fácil a um político responder à necessidade de políticas cujos resultados só aparecem mais a longo prazo. Ele é cobrado de forma imediata, no decorrer de seu mandato. Responder a essas expectativas imediatas é um de seus maiores desafios. É uma tarefa que não pode ser desconhecida, evidentemente, na dinâmica das práticas de administração pública.

A cultura política predominante é voltada a ações de curto prazo, inclusive, algumas vezes, "clientelista despachante". Porém, também houve muitos prefeitos e vereadores que passaram a se dedicar à construção de novos horizontes de políticas públicas, superando o imediatismo, em favor de uma nova cultura política. A Federação das Associações de Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (FAMURS) manteve sempre uma posição cooperativa nesse sentido e com um horizonte político de longo prazo, sem descuidar das questões mais imediatas.

Segundo, através de suas associações, os prefeitos buscavam encaminhar suas gestões por canais políticos próprios da estrutura administrativa do Estado ou o faziam diretamente pelos seus canais político-partidários. É importante compreender que prefeitos querem afirmar ou desenvolvem posturas de afirmação de sua liderança política, de suas funções e cargos. Isso também faz parte do jogo político na democracia. Assim, algumas vezes, inclusive, os conselhos eram interpretados como "concorrentes" desses caminhos políticos.

No entanto, os COREDES não têm nenhuma competência na esfera da gestão pública municipal. Também não foi sempre fácil a integrantes de COREDES compreenderem o seu papel, as funções e as competências desses novos espaços em construção. Em espaços políticos, especialmente, dessa natureza, é difícil limitar as fronteiras das ações de seus agentes.

Uma terceira razão, pode ser identificada na própria "concorrência" das prefeituras entre si, "atomizando" o processo coletivo e regional. Não poucas vezes, instalava-se uma competição por projetos e recursos entre as prefeituras de uma região. Por isso, a construção de uma nova cultura política em relação aos investimentos no desenvolvimento regional, superando velhas noções ou mesmo práticas competitivas nos espaços das administrações públicas locais ou regionais, constitui-se em um dos maiores desafios educativo-pedagógicos dos COREDES.

A fixação das competências dos COREDES nem sempre dirimiu todas as dúvidas políticas. Mesmo entre deputados estaduais, apesar de pequeno número, no começo, existiam dúvidas quanto ao papel e funções dos Conselhos. Temiam, inclusive, alguns pelos seus espaços na relação das regiões com o governo estadual.¹⁹ Porém, as dúvidas acabaram morrendo ao longo do processo de funcionamento dos Conselhos, desfazendo-se o receio político frente às novas estruturas de participação e representação regional. Também foi importante para serem dirimidas essas dúvidas o apoio e a postura construtiva da maioria dos parlamentares a favor dos COREDES.

Apesar dos muitos questionamentos, especialmente, por se tratar de um projeto de governo, no entanto, a Assembleia Legislativa aprovou, por quase unanimidade, a Lei Nº 10.283, de 17 de outubro de 1994, que dispõe sobre a criação, estruturação e funcionamento dos COREDES. Com relação ao processo político de construção do texto da lei e de sua aprovação pode-se destacar, a nosso ver, três aspectos importantes.

Primeiro: o texto da lei foi amplamente discutido, sistematizado e aprovado nos Conselhos para depois ser acatado pelo Governador e encaminhado à aprovação da Assembleia Legislativa. Não foi um texto de gabinete. Embora assessorados por técnicos e juristas, o texto foi produzido pelos COREDES.

Segundo: o Governador fez o encaminhamento do projeto de lei à Assembleia, somente após ter solicitado ao Presidente do Fórum a manifestação explícita de que o texto em discussão era dos COREDES. Havia um acordo político nesse sentido que visava respeitar as contribuições das bases da sociedade civil organizada, envolvidas na organização e estruturação dos Conselhos.

Terceiro: o texto sofreu alterações, através de emendas, na Assembleia Legislativa, porém sem alterar, substancialmente, os seus conteúdos. Junto às bancadas dos partidos houve muita discussão, através de reuniões de trabalho, de debates, sobre o texto da lei e da criação dos próprios Conselhos.

Em seu Artigo 2º a lei define que "os Conselhos Regionais de Desenvolvimento têm por objetivo a promoção do desenvolvimento regional, harmônico e sustentável, através da integração dos recursos e das ações de governo na região, visando à melhoria da qualidade de vida da

¹⁹ Na condição de presidente do Fórum dos COREDES foi preciso argumentar, algumas vezes, em favor da proposta, frente a essas dúvidas políticas. Existiam dúvidas junto a deputados da própria bancada governista.

população, à distribuição equitativa da riqueza produzida, ao estímulo à permanência do homem em sua região e à preservação e recuperação do meio ambiente". Portanto, no centro das atividades dos Conselhos está a preocupação com o desenvolvimento regional que ofereça qualidade de vida, segurança e equidade social e econômica, preservação ambiental. A lei confere um espaço de participação à sociedade civil organizada pelo planejamento de ações e de seu acompanhamento sistemático, isto é, pela fiscalização.

As competências e atribuições estão definidas no Artigo 3º da lei:

- Promover a participação de todos os segmentos da sociedade regional no diagnóstico de suas necessidades e potencialidades, para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento integrado da região;
- Elaborar planos estratégicos de desenvolvimento regional;
- Manter espaço permanente de participação democrática, resgatando a cidadania, através da valorização da ação política;
- Constituir-se em instância de regionalização do orçamento do Estado, conforme estabelece o artigo 149, parágrafo 8º da Constituição do Estado;
- Orientar e acompanhar, de forma sistemática, o desempenho das ações dos Governos Estadual e Federal na região;
- Respalidar as ações do Governo do Estado na busca de maior participação nas decisões nacionais.

A estrutura básica dos COREDES, de acordo com a legislação, é composta por:

- Assembleia Geral Regional da qual participam representantes da sociedade civil organizada e dos Poderes Públicos existentes na região, assegurada a paridade entre trabalhadores e empregadores.

Entre as principais competências da Assembleia está a da eleição da Diretoria Executiva, da definição do Conselho de Representantes, da aprovação e alteração do Regimento Interno, da apreciação e deliberação sobre relatórios anuais do Conselho de Representantes, a de apreciar e aprovar propostas a serem submetidas ao Poder Executivo com vista a subsidiar a elaboração das leis, previstas no Artigo 149 da Constituição do Estado.

- Conselho de Representantes como um órgão executivo e deliberativo de primeira instância do COREDE e ao qual compete, de acordo com o Artigo

seus planos de desenvolvimento, gerando como primeiro efeito, um estudo de suas regiões, de seus problemas e suas potencialidades e, talvez, o início de um processo de superação de meras posturas reivindicativas. A instrumentalização, através de planos estratégicos regionais de desenvolvimento, permite a construção de novas bases de poder, de maior consciência em relação aos estrangulamentos e potencialidades.

Nesse sentido, o Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial foi o primeiro a elaborar o seu plano estratégico de desenvolvimento regional, antes mesmo da própria lei que prevê tal tarefa para os Conselhos em seu Artigo 3º, inciso II. Desde logo, a partir de 1991, quando do início dos trabalhos de implantação dos COREDES, "na Região Noroeste Colonial o debate ultrapassou o fórum do Conselho e sacudiu as instituições e lideranças conscientizando-as com relação às tendências negativas e desafiando-as a potencializar o futuro a ser construído em novo cenário"²⁰.

Por iniciativa do Conselho da Região Noroeste Colonial, em 1996, chegou-se à elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Noroeste do Estado, integrando cinco COREDES, um plano de integração regional, com a abrangência de 116 municípios. A partir dessa mobilização e planejamento, passou-se a discutir, com regiões de fronteira do Estado de Santa Catarina, estratégias de encaminhamento de projetos voltados à Bacia do Rio Uruguai, tendo sido desenvolvidos estudos e elaborado um projeto nesse sentido²¹. Para tanto, passou-se a contar com o apoio dos Governos dos dois Estados e de técnicos do Governo Federal. É claro, por ser este um processo complexo, envolvendo, além das dificuldades técnicas e políticas, diferentes interesses, os resultados materiais ainda são poucos. No entanto, não se pode desconhecer o trabalho técnico e político já realizado, instrumentalizando as regiões com estudos e articulação política, proporcionando-lhes também uma aprendizagem em planejamento. Vários já foram os estudos realizados, a partir desse trabalho e em função dos esforços pelo desenvolvimento empreendidos pela sociedade civil organizada. Em 1997 foi finalizado um estudo sobre a Região Noroeste que, inclusive, serviu de base para a elaboração de uma tese de doutorado, na Alemanha²².

²⁰ Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial do Rio Grande do Sul, 1994: Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, página 7.

²¹ Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado de Santa Catarina, 1997: Plano de Desenvolvimento Sustentável da Área da Bacia do Rio Uruguai.

²² Bergmann, Cornelia, 1997: Eine Region im Aufbruch: Planungs-Handlungs- und Qualifizierungskonzepte im Entwicklungsprozess der Region Noroeste/ Rio Grande do Sul, Brasilien. Muenster: Westfälischen Wilhelms-Universität.

6º da Lei, formular as diretrizes para o desenvolvimento regional, promover a articulação e integração regional entre a sociedade civil organizada e os órgãos governamentais, promover a articulação do COREDE com os órgãos públicos estadual e federal com vistas a integrar as respectivas ações desenvolvidas na região e elaborar o Regimento Interno do COREDE.

- *Direção Executiva* composta por um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro e um secretário executivo e tem mandato de dois anos, cabendo-lhe dirigir a Assembléia Geral e o Conselho de Representantes.
- *Comissões Setoriais* que tratam de temas específicos, sendo assegurada a participação dos representantes dos órgãos governamentais. A competência das Comissões é de assessoramento, de estudos dos problemas regionais e elaboração de programas e projetos regionais.

De acordo com a lei, não é permitida remuneração pelas atividades exercidas nos COREDES, no entanto, o orçamento do Estado deverá destinar recursos para a manutenção de suas atividades. Até a aprovação da lei, muitos conselhos tinham as despesas cobertas pelas universidades comunitárias regionais ou outras entidades integrantes às quais era permitido realizar tais despesas. A participação nos trabalhos dos COREDES é considerada função pública relevante.

O Decreto nº 35.764, de 28 de dezembro de 1994, regulamentou a lei de criação dos COREDES, definindo sua constituição, suas denominações e fronteiras geográficas, suas fusões e desmembramentos, a destinação de recursos orçamentários e a formação de fundos regionais de desenvolvimento. Assim, o Artigo 6º do Decreto define que:

- *O Conselho de Representantes será eleito pela Assembléia Geral Regional, sendo considerados membros natos os deputados estaduais e federais com domicílio na região.*

- *Parágrafo 1º - Os diretores e os membros do Conselho de Representantes terão mandato de dois anos, permitida a recondução, ressalvados os membros natos.*

- *Parágrafo 2º - Na constituição dos Conselhos de Representantes deverá ser garantida a representatividade de todos os segmentos organizados da sociedade civil, dos poderes públicos da região e das instituições de ensino superior, de forma equilibrada e proporcional à composição da Assembléia, assegurada também a paridade entre trabalhadores e empregadores.*

Após a promulgação da lei, todos os COREDES tiveram que elaborar os

Talvez se possa afirmar que, através dessas atividades todas, esteja em construção uma *inteligência coletiva*, desenvolvendo capital social que se expressa em organização, instrumentalização, formação de novas lideranças, de nova cultura política, na região.

A experiência dos COREDES, talvez, se constitua em um dos mais expressivos instrumentos de integração regional e estadual, na história do Rio Grande do Sul. A mobilização, as reuniões periódicas, os seminários, os estudos e os debates, envolveram lideranças de diferentes setores, comunidades, produzindo conhecimento mútuo, posicionamentos comuns, solidariedade²³. Esses aspectos se refletem, sem dúvida, na Declaração de Princípios dos COREDES, em 1997. Estes foram elaborados com o propósito de nortear o trabalho de todos os Conselhos e de seus participantes:

- *Promoção do Desenvolvimento regional;*
- *Autonomia;*
- *Pluralidade e identificação de consensos;*
- *Confiança, cooperação e formação de parcerias;*
- *Integração, articulação e consolidação das identidades regionais;*
- *Busca da regionalização das políticas de desenvolvimento;*
- *Aumento permanente da representatividade e da organização;*
- *Apoio à continuidade das políticas públicas de interesse regional.*²⁴

Além de reuniões periódicas do Fórum para tratar das políticas e ações conjuntas dos Conselhos, foram realizados seminários com a participação de conferencistas nacionais e internacionais, com o intuito de se conhecer diferentes experiências de desenvolvimento regional²⁵. Também foram realizadas reuniões e debates, sistematicamente, com o Executivo, com Legislativo do Estado, com candidatos em eleições para os diferentes poderes e instâncias políticas, colocando-se em presença de autoridades para o aprofundamento de questões relativas ao desenvolvimento das regiões e do Estado.

²³ É interessante observar que se alcançou um tal nível de integração, comunicação e participação entre as diferentes regiões e seus representantes que, quando necessário, em poucas horas todos se encontravam em reunião, normalmente na Capital.

²⁴ Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul PRÓ-RS: estratégias regionais pró-desenvolvimento do RS. Lajeado: FATES. 1999. páginas 25 e 26.

²⁵ Seminário internacional sobre a reestruturação da administração pública e a problemática do desenvolvimento regional. Porto Alegre, 1995. Anais do seminário.

A história dos COREDES ensina que para sua organização e funcionamento, mais que a política de governo, é importante a existência de estruturas organizativas regionais, de natureza comunitária e sentido coletivo. Nesse contexto, em outubro de 1995, foi aprovada pelo Fórum dos Conselhos, metodologia para elaboração dos planos estratégicos regionais, cujo desenvolvimento contou com assessoramento da Fundação de Planejamento Metropolitano e Regional - METROPLAN. A fundação participou ainda da elaboração de planos estratégicos de diversas regiões, em especial nos aspectos referentes à caracterização regional²⁶.

No caso do Conselho Regional de Desenvolvimento do Noroeste Colonial, a existência do Programa Regional de Cooperação Científica e Tecnológica (PRCT), implantado com o apoio do Estado, ao final da década de 1980, sob a coordenação da UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, foi experiência inspiradora e norteadora do processo de organização e implantação do COREDE. Em linhas gerais, o PRCT consistia na implantação de Núcleos Tecnológicos, através da cooperação e parceria do Estado, da Universidade, de Prefeituras e do setor empresarial. Essa experiência inspirou, posteriormente, uma política governamental no sentido da estruturação de uma Rede de Núcleos Tecnológicos, envolvendo, especialmente, as Universidades Comunitárias e Regionais, Prefeituras, Empresas, em diferentes pontos geográficos do Estado do Rio Grande do Sul. O processo de implantação dos Pólos deu sustentabilidade à organização e implantação de alguns do COREDES.

Dois outros fatores que, no caso do Conselho do Noroeste Colonial, ainda podem ser mencionados como importantes para o seu processo de implantação e consolidação: a experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí (MCBI)²⁷ e da organização e atuação da FIDENE²⁸ - Fundação de Integração,

²⁶ Regiões: Sul, Vale do Taquari, Paranhana/Encosta da Serra, Nordeste, Fronteira Oeste, Norte, Vale do Rio Pardo, Hortênsias.

²⁷ O MCBI foi implantado, no começo da década de 1960, incentivado e coordenado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI). Em sua essência, constitui-se o MCBI em uma *reação pela organização*, transformando-se em uma experiência histórica importante de educação não-formal. Nasceu, com forte conteúdo político, pelo canal da "extensão universitária" e foi desenvolvido, predominantemente, junto à população trabalhadora urbana e do meio rural, isto é, junto à agricultura familiar. Através desse movimento, estabelecia-se o debate político, a participação, o esforço pela organização de grupos e associações, de baixo para cima. In: Frantz, Walter, 2001: Educação para o cooperativismo. A experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. Cadernos UNIJUI, Série Cooperativismo, n° 01, Ijuí: Ed. UNIJUI, 43 pág.

²⁸ A FIDENE é uma fundação de direito privado, de natureza comunitária, cujo patrimônio é de destinação pública, não visa lucro. Atua em favor do desenvolvimento regional, através da educação. Caracteriza-se como uma iniciativa pública-não estatal.

acabam envolvendo as instituições e organizações, os cidadãos. Afirma Edgar Morin que a democracia necessita do consenso e da diversidade.³⁰

Um diagnóstico da situação, feito pelo Fórum dos COREDES, em assembléia geral, nos dias 30 de novembro e 01 de dezembro de 1999, na Sede da FAMURS, em Porto Alegre, ainda registra dificuldades de relacionamento e de entrosamento entre diferentes instâncias de Governo e os Conselhos. Em se tratando de espaços políticos e frente à dinâmica política que neles se instala, é compreensível a existência de divergências e mesmo conflitos.

Por ocasião da avaliação, promovida pelo Fórum dos Conselhos, as principais observações críticas dos COREDES, registrados em seu Plano de Ação para o Ano 2000, foram as seguintes:

a) Problemas gerais detectados em suas relações com o Governo do Estado:

- *Promoção de eventos para formulação de políticas regionais e estaduais do governo, nas regiões, sem envolvimento dos COREDES;*
- *Participação militante em prejuízo da participação direta e universal da população;*
- *Desconsideração para com os atores institucionais das regiões;*
- *Existência de diferentes regionalizações setoriais de órgãos do Governo do Estado, dificultando a articulação entre a sociedade e a administração pública;*
- *Lentidão nas decisões referentes à execução dos investimentos de interesse regional resultantes da Consulta Popular realizada em 1998;*
- *Descumprimento de dispositivos constantes de cláusulas do Protocolo de Cooperação entre o Governo e os COREDES;*
- *Insuficiente aproximação entre setores do Governo e os COREDES;*
- *Precariedade das informações fornecidas aos COREDES sobre ações empreendidas pelo governo que envolvem parceria com os Conselhos;*
- *Desconsideração dos princípios da autonomia e da pluralidade como fundamentos organizativos dos COREDES e das comunidades regionais;*

³⁰ Morin, Edgar, 2000: Os sete saberes necessários à educação do futuro. S. Paulo: Editora Cortez; Brasília/DF: UNESCO. Página 108.

Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mantenedora da UNIJUI e de outras estruturas de prestação de serviço à região, entre as quais o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), o Instituto Regional de Desenvolvimento Rural (IRDeR) e o Instituto de Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional (IPD). São estruturas que expressam, de alguma forma, o esforço por uma política de integração regional, uma articulação e identidade de atores sociais locais, uma postura de valorização de iniciativas comunitárias regionais, enfim, uma responsabilidade social coletiva. São espaços coletivos de poder local regional, ao mesmo que permitem um processo coletivo de aprendizagem aos seus agentes.

A existência de uma "rede" de organizações pode não só contribuir para a implantação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento, mas consegue "abrigar" a sua organização e funcionamento. Nas regiões do Estado, onde não existiam tais condições, a organização e o funcionamento dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento enfrentaram muito mais dificuldades. No caso dos COREDES, sob muitos aspectos, eles são mais a expressão da existência dessas "redes" que a expressão da vontade política de governos.

Aliás, em algumas oportunidades os COREDES tiveram que assumir posições de afirmação de suas atribuições e objetivos, frente a posturas políticas pouco favoráveis por parte de governantes. Porém, isso não deve ser interpretado como algo, necessariamente, negativo. Pelo contrário, nos espaços da sociedade se expressam interesses e se articulam poderes, nem sempre concordantes, porém, constituindo-se em energias propulsoras pela capacidade crítica que desenvolvem, pela oportunidade de uma "pedagogia da práxis" àqueles com motivações políticas construtivas.

Com a implantação do Orçamento Participativo, a partir de 1999, quando da mudança de governo, apareceram, inicialmente, algumas dificuldades de entrosamento entre as duas propostas em presença. No entanto, tudo o que é novo sempre traz consigo a necessidade de um período de afirmação. Em política isso é mais visível marcante. O Orçamento Participativo, como um instrumento do novo governo, na visão de alguns, parecia querer ou ter que disputar espaços, funções com as competências dos COREDES. No entanto, pelo caminho do diálogo e da democracia, chegou-se a mecanismos de cooperação, de entendimento e convivência²⁹. Isso não significa que todas as dificuldades tenham sido eliminadas. O mérito está na construção novos espaços políticos que

²⁹ Na verdade, o Governador Olívio Dutra e outras tantas lideranças expressivas do Partido dos Trabalhadores, sempre haviam valorizado o trabalho dos COREDES.

- *Desconhecimento do saber acumulado e reduzida valorização da capacidade organizativa e institucional das regiões;*
 - *Divulgação de ações relativas a projetos de iniciativa de COREDES com fraca referência a eles;*
 - *Alteração de projetos oriundos da Consulta Popular de 1998, sem aprovação do respectivo COREDE, em alguns casos;*
 - *Dificuldade em aceitar os COREDES como instituições representativas das regiões.*
- b) Problemas específicos detectados em suas relações com o Departamento de Desenvolvimento Regional e Urbano:
- *Distanciamento entre o DDRU e os COREDES, levando a ações unilaterais, como no caso da concepção e planejamento dos Seminários Estadual e Regionais de Desenvolvimento Regional;*
 - *Interlocução e diálogo limitados entre o Departamento e os Conselhos;*
 - *Reduzida atuação da Divisão de Apoio aos COREDES;*
 - *Ausência de espaço físico para os COREDES;*
 - *Falta de regularidade na liberação das verbas de custeio dos Conselhos;*
 - *Liberação sem regularidade das verbas de custeio dos Conselhos;*
 - *Falta de espaço para o DDRU nas reuniões dos COREDES e do Fórum.*
- c) Problemas detectados em suas relações com a Assembleia Legislativa:
- *Participação militante em prejuízo da participação direta e universal da população*
 - *Compreensão insuficiente do valor estratégico da participação popular na definição dos rumos do desenvolvimento e no aprimoramento do processo legislativo;*
 - *Desconsideração dos princípios, da autonomia e da pluralidade como fundamentos organizativos dos COREDES e das comunidades regionais;*

- *Reduzida valorização do saber acumulado e da capacidade organizativa das regiões;*
 - *Fragilidade dos compromissos em decorrência da busca de resultados políticos imediatos, partidários e/ou pessoais;*
 - *Inexistência de uma prática de busca da construção de consensos;*
 - *Descolamento da representação política em relação às exigências da participação e da democracia direta;*
 - *Insuficiência de quadros técnico-administrativos para dar apoio adequado aos trabalhos do Fórum Democrático;*
 - *Apoio logístico insuficiente para o exercício qualificado da representação dos COREDES junto à Assembleia.*
- d) *Problemas detectados com relação a atuação do próprio Fórum e dos COREDES:*
- *Partidarização das disputas no processo de renovação das diretorias, que á se manifesta na própria condução de alguns COREDES;*
 - *Tentativas de instrumentalização e partidarização dos Conselhos;*
 - *Desníveis de infra-estrutura, de agentes e recursos entre os Conselhos;*
 - *Limitação de recursos financeiros;*
 - *Práticas descomprometidas e, por vezes, incompatíveis com os princípios e deliberações dos Conselhos e do Fórum;*
 - *Ausência de compreensão do papel que cabe aos COREDES no processo político;*
 - *Inexistência de planejamento estratégico em alguns Conselhos;*
 - *Identidade regional não consolidada, em algumas regiões;*
 - *Persistência de uma cultura individualista, bairrista e imediatista;*
 - *Reduzida participação de segmentos comunitários, em especial dos menos organizados, nos COREDES;*
 - *Falta de unidade no cumprimento das deliberações do Fórum;*
 - *Incapacidade apresentada pelos COREDES em promover o crescimento quantitativo e qualitativo da participação social e cidadã;*

- *Divulgação precária das ações dos Conselhos.*

No Plano de Ação para o Ano 2000, os COREDES estabeleceram também linhas estratégicas gerais para fazer frente aos diversos problemas ou estrangulamentos observados:

- *Enraizar os COREDES nas bases municipais;*
- *Retomar os Seminários "Os Políticos e as Políticas Regionais de Desenvolvimento";*
- *Elaborar Planos Estratégicos de Desenvolvimento;*
- *Pressionar no sentido da compatibilização das regionalizações setoriais do governo;*
- *Criar e viabilizar a rede de estudos, planejamento e gestão regional;*
- *Buscar a ampliação das parcerias dos COREDES, em nível estadual, nacional e internacional, envolvendo tanto organizações governamentais quanto não governamentais.*

A experiência dos COREDES, após uma década de atividades, adquiriu identidade própria, supra-partidária, constituindo-se em um mecanismo de ampliação da esfera pública, incorporando regiões e setores da sociedade ao debate e à participação das comunidades na formulação de políticas públicas. Ao longo dos anos e dos governos anteriores, os COREDES desenvolveram uma postura independente e, muitas vezes, crítica com relação às ações oficiais de governo, constituindo-se em espaços críticos da esfera pública ampliada. Procuraram os Conselhos, ou pelos menos alguns deles, independizar-se da função de mera ação instrumental e estratégica da sociedade política, ou melhor, do governo. Pela ação comunicativa de seus integrantes, procuravam ativar os cidadãos no sentido de garantir estruturas mais democráticas na gestão das coisas públicas, isto é, procuravam influenciar as decisões de governo. Pode-se afirmar que a sociedade civil se "apossou" da proposta organização dos Conselhos, dando-lhe identidade própria, ainda que também com suas limitações. A vontade por afirmar sua identidade própria está expressa, inclusive, na Declaração de Princípios dos COREDES, já citados anteriormente, e também são perceptíveis os seus limites pela lista de problemas apontados no Plano de Ação para o Ano 2000. Ou melhor, os princípios nasceram com a discussão, o debate, que foi sistematizado em princípios de orientação.

Com relação ao Orçamento Participativo, em sua avaliação, os COREDES fizeram também observações críticas, revelando uma postura de independência. As críticas contidas no Plano de Ação para 2000, com relação ao Orçamento Participativo, estão assim expressas:

- *Municipalização das demandas e necessidades;*
- *Identificação do montante de recursos a serem alocados para as regiões;*
- *Condução unilateral do processo de planejamento do Orçamento Participativo, em suas diferentes fases: concepção, definição da metodologia, organização das atividades e coordenação;*
- *Limitada ação dos setores não organizados, em consequência da forma como o processo é desenvolvido;*
- *Proibição da participação de titulares de cargos políticos como delegados e conselheiros do Orçamento Participativo;*
- *Agravamento dos desequilíbrios regionais, em decorrência da lógica setorial utilizada na elaboração do Orçamento Participativo;*
- *Limitada publicação e transparência dos procedimentos e atividades do Orçamento Participativo;*
- *Falta de informações para qualificar a participação;*
- *Excessiva dependência do Conselho do Orçamento Participativo em relação ao governo.*

No Plano de ação para o Ano 2000³¹, quando os COREDES fazem uma avaliação retrospectiva, registram observações que permitem concluir que a experiência adquiriu identidade própria e se consolidou como um espaço importante de articulação da sociedade civil.

Assim se expressam os COREDES:

O ano de 1999 registra avanços significativos no trabalho dos COREDES, tanto na sua relação com os Poderes Executivo e Legislativo, quanto na sua própria dinâmica de organização e funcionamento. Os Conselhos Regionais, sempre orientados pelas diretrizes estabelecidas em sua Declaração de Princípios, passaram a ter seu papel melhor compreendido pela comunidade, sendo sua importância institucional cada vez mais

³¹ COREDES – RS: Plano de Ação 2000.

reconhecida pelas instâncias do poder público e pela sociedade civil. Além disso, a ampliação da presença dos COREDES na vida pública gaúcha seguramente está contribuindo para que ocorram mudanças positivas na cultura política do Estado, dentre as quais se destaca a crescente participação social e cidadã.

No entanto, do contexto da divergência entre as forças político-partidárias, nasceu uma nova iniciativa, contribuindo para a descentralização e interiorização do debate político sobre o orçamento do Estado. A Assembléia Legislativa instituiu, por ocasião de um Seminário Estadual, em abril de 1999, como seu instrumento de interiorização do debate sobre o orçamento do Estado, o Fórum Democrático, ampliando as oportunidades aos cidadãos de participação na formulação de políticas públicas.

Afirma Morin que "a democracia supõe e nutre a diversidade dos interesses, assim como a diversidade de idéias. (...) A democracia necessita ao mesmo tempo de conflitos de idéias e de opiniões, que lhe conferem sua vitalidade e produtividade. Mas a vitalidade e a produtividade dos conflitos só podem se expandir em obediência às regras democráticas que regulam os antagonismos ..." a democracia é um sistema complexo de organização e de civilização políticas que nutre e se nutre da autonomia de espírito dos indivíduos, da sua liberdade de opinião e de expressão (...).³²

Segundo a palavra oficial da Assembléia Legislativa, "o Fórum, na sua essência, é o debate sobre o desenvolvimento e as formas de buscá-lo através de mecanismo cada vez mais democráticos (...). O debate deve resultar em avanços nas formas de expressão da democracia e no aperfeiçoamento dos mecanismos populares em relação às decisões sobre o desenvolvimento regional do Estado".³³

No nosso entender, pode-se afirmar que o Estado do Rio Grande do Sul, no momento, tem diferentes mecanismos que podem levar à participação na política do desenvolvimento regional: os COREDES, por parte da sociedade civil organizada; o Orçamento Participativo, por parte do Poder Executivo e o Fórum Democrático, instrumento do poder legislativo da sociedade política. Para além de divergências, tem em comum o objetivo de construir estruturas, conceitos e práticas, fundadas em nova cultura política que busca construir a democracia na

³² Morin, *idem*, página 108.

³³ Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999: Fórum Democrático. Desenvolvimento Regional. O Rio Grande debate seu futuro. Anais do Seminário Estadual, de 08 de Abril de 1999, página 4 e 5.

pluralidade, na *conflituosidade criadora*, segundo expressão de Morin.

A construção ou a regeneração da democracia é um dos maiores desafios dos tempos atuais. A política por estimular a criação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento, a implantação da política do Orçamento Participativo, a prática do Fórum Democrático, podem ser caminhos concretos, ainda que inacabados e imperfeitos, de construção da democracia, da ampliação da esfera pública, da participação na gestão das coisas públicas, da satisfação política do cidadão, do desenvolvimento sustentável, da paz. As suas práticas podem ser valorizadas como atividades concretas, inseridas na realidade social, política, cultural e econômica, no sentido de se dar conta dos desafios que a esperança na democracia impõe: a de ampliar a esfera pública crítica e inovadora.

Afirma Edgar Morin³⁴ que "quanto mais a política se torna técnica, mais a competência democrática regride (...) a redução do político ao técnico e ao econômico, a redução do econômico ao crescimento, (...) tudo isso conduz ao enfraquecimento do civismo, à fuga e ao refúgio na vida privada, à alternância entre apatia e revolta violenta e, assim, a despeito da permanência das instituições democráticas, a vida democrática se enfraquece".

As experiências de participação em "presença dialética", no Estado do Rio Grande do Sul, talvez, possam representar uma histórica missão de garantir e qualificar o processo político, no sentido de que este seja a expressão do poder sob o controle e participação dos cidadãos, evitando que se torne uma função burocrática, técnica, que reduza a política, o Estado, à expressão da economia e não da sociedade. No entanto, também não se pode desconhecer o risco da ilusão, isto é, da imaginação de que a democracia se consolida pela simples existência e funcionamento dessas três experiências. A construção da democracia é garantida, muito mais, pelo uso consciente e crítico que os sujeitos organizados fizerem de seus direitos e deveres, evitando que a burocratização estabilize o movimento de suas ações e reações.

³⁴ Morin, Edgar, 2000: Os sete saberes necessários à educação do futuro. S.Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, pág. III- 112.

6.2 Documentos Históricos: Resgatando os principais documentos

6.2.1 Um registro escrito do nascimento da idéia³⁵

A proposta de implementação de Conselhos Regionais de Desenvolvimento como órgãos auxiliares da ação de governo tem como pressuposta o processo de descentralização das decisões governamentais, respeitadas as linhas políticas referenciais.

As linhas políticas referenciais são o conjunto orgânico de idéias representadas no programa POVO GRANDE DO SUL do Governo eleito. A descentralização cria mais centros. Isto significa mais oportunidades de participação aos indivíduos. Na cidade ou no campo, a descentralização dá poderes para se enfrentar problemas e criar mudanças a nível local.

Segundo John Naisbitt³⁶ "com o poder político descentralizado, pode-se estabelecer uma diferença localmente. Na verdade, talvez seja esta a única maneira de se fazer uma diferença. Além do mais, completa Naisbitt, não se necessita de montes de dinheiro na política local. A descentralização é o grande facilitador da mudança social."

O esforço de descentralização é uma das transformações importantes que vem ocorrendo na sociedade moderna, principalmente a partir de meados de 70.

Infelizmente no Brasil, esse período coincidiu com os governos do regime autoritário, que retirou do processo de participação o indispensável componente político. Isto é, os conselhos eram criados como uma alternativa ou canal de

³⁵ Considerações sobre os CONSELHOS REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO propostos pelo Prof. José Antônio Fernandes ao Programa POVO GRANDE DO SUL do Governo ALCU COLLARES/JOÃO GILBERTO. O PROFESSOR JOSÉ ANTÔNIO Fernandes, 44, é graduado em Ciências Políticas e Econômicas e Pós Graduado em administração Municipal. Trabalhou no Projeto Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre e no Estudo de Viabilidade Global do Sistema Estadual de Saneamento/RS. Participou da elaboração de vários projetos de desenvolvimento regional e urbano. Foi professor de cursos de Pós Graduação em planejamento na Fundação de Recursos Humanos/RS. Por duas vezes foi eleito Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Santa Maria. Em 1984 chefiou o Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. De 1986 a 1990 foi Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas da UFSM, eleito pelo voto direto da Comunidade Universitária. Foi candidato do PDT a Vice-prefeito de Santa Maria nas eleições municipais de 1988. Atualmente é Presidente do PDT de Santa Maria e Professor Titular da UFSM, nas disciplinas Economia do Setor Público e Planejamento Regional e Urbano.

³⁶ Naisbitt, John. MEGATENDÊNCIAS, As dez grandes transformações ocorrendo na sociedade moderna. Ed. Abril, SP, 1983.

comunicação entre o povo e o governo, estabelecendo uma relação autoritário-paternalista e apolítica. O processo político foi marginalizado, como também os políticos perderam muito do seu papel de agentes da mudança social. Foi comum neste período o surgimento de Conselhos de Desenvolvimento Local, com participação hegemônica da classe dominante, mais preocupados com a defesa dos seus próprios interesses do que da comunidade que supostamente representavam.

Esses Conselhos muitas vezes substituíam a nível local, o papel das Câmaras de Vereadores e dos próprios Governos Locais quando estes não alinhavam politicamente com o governo Central. Também tinham um caráter muito reivindicatório, mais de colocar os problemas sem buscar conhecer as restrições a solução dos mesmos, aspecto indispensável ao processo de participação, que é a corresponsabilidade na solução.

Com a democratização, as Câmaras Municipais, apesar das suas limitações técnicas, passaram a assumir mais as questões locais e os Conselhos de Desenvolvimento deslocaram a sua ação para a compreensão do processo de desenvolvimento regional procurando influenciar as ações de governo neste sentido, mesmo porque muitos problemas locais só tem solução quando tratados regionalmente.

O importante nos Conselhos propostos por Collares, é o caráter plural que eles tem com a possibilidade de participação independente da filiação político-partidária, buscando-se assim unificar esforços d conjunto da sociedade civil organizada.

O que se imagina para o Governo Collares, na proposta de implementação dos Conselhos Regionais é criar um espaço descentralizado de decisão, aberto a participação plural, com suporte técnico para decidir considerando as restrições, com decisões baseadas nas políticas públicas do Governo em exercício e assumindo corresponsabilidade nas decisões.

Sendo viável este esforço, inverte-se o processo de decisão, libertando o governante da rotina que o sufoca e mantém da burocracia, permitindo-lha atuar nas grandes linhas que efetivamente vão ser a fonte geradora da transformação social, isto é, os grandes projetos e não os problemas da cotidiano administrativo.

Neste sentido entende-se que o Conselho Regional não deva ser muito grande que torne lento na ação, mas é indispensável que seja plural, representativo e co-responsável nas decisões.

Sabe-se que o conceito de região hoje é muito relativo, dependendo do problema abordado. A região pode ser uma parte a saúde, outra para a educação,

etc. considerando a organização espacial das ações governamentais ou a polarização dos problemas.

Para os Conselhos Regionais de Desenvolvimento do Governo Collares julga-se conveniente que a aglutinação se dê espontaneamente, sem pressupostos técnicos, sendo indispensável entretanto a continuidade física da área. A Aglutinação espontânea de esforços certamente vai gerar uma força interna mais coesa, criando melhores perspectivas de sucesso. A agregação do Conselho a uma ou mais de uma Associação de Municípios, talvez seja o caminho mais eficaz para implantar os Conselhos, pois as Associações de Municípios são Instituições já consolidadas do ponto de vista da organização político-administrativa das questões regionais.

Quanto a representatividade tem-se a seguinte proposta, considerando o exemplo de Santa Maria:

- Três Prefeitos, escolhidos pelos Prefeitos da região, sendo um de cada partido;
- Três Vereadores, escolhidos pelos Vereadores da região, sendo um de cada partido;
- Três representantes da classe trabalhadora, indicados pelos sindicatos da região, legalmente constituídos, sendo um do meio rural;
- Três representantes da classe empresarial, indicados pelas entidades da região, legalmente constituídas, sendo um do meio rural;
- Três representantes de Conselhos de Desenvolvimento Local, da região, escolhidos entre os Conselhos legalmente constituídos e que tenham composição plural;
- Os Deputados Federais com domicílio eleitoral na região;
- Os Deputados Estaduais com domicílio eleitoral na região;
- Três representantes da Universidade da região, sendo um da área de preservação do Meio Ambiente;
- Três representantes de Associações Comunitárias ou União de Associações Comunitárias da região, legalmente constituídas, sendo um do meio rural, e indicados por eleição entre as Associações.

A Universidade teria a atribuição de oferecer espaço físico e o suporte técnico para funcionamento do Conselho, em convênio com o Governo do Estado.

Teria Também a Universidade, a atribuição de articular o projeto de

desenvolvimento da região em conjunto com órgão de planejamento do Estado.

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento deverão se converter numa das mais importantes e radicais mudanças na administração do Estado do Rio Grande do Sul.

Proposta do candidato Alceu Collares, a idéia foi ganhando dimensão no decorrer da campanha, assumindo agora papel de destaque no futuro governo.

A implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento como órgãos auxiliares do Governo do Estado, objetiva a descentralização das decisões de planejamento e controle das ações governamentais.

Aí está o fato político novo. É o novo caráter que o processo de planejamento público assume, isto é, de baixo para cima, das regiões para o Estado, do cidadão para o governo.

O planejamento como processo que define ações futuras, quando elaborado centralizadamente pode se transformar em instrumento de dominação. Na medida em que separa os que pensam dos que fazem, possibilita o núcleo pensante impor o seu pensar aos demais, além de retirar a capacidade crítica dos que fazem para corrigir a tempo eventuais erros, evitando o desperdício de recursos públicos. O planejamento político centralizado foi o grande instrumento dos governos autoritários e principal responsável por projetos e obras incompletas e fora de nossa realidade. É importante no processo de planejamento, dar-se uma dimensão prática às soluções, só possível com a participação de quem vive o problema, o cidadão.

Abriu canais para a sociedade civil participar, capilarizar nas instituições representativas da sociedade o processo de decisão, será realmente uma revolução política e administrativa.

A participação da sociedade civil tem esbarrado em dois óbices. Primeiro, o desejo de participar sem assumir responsabilidade, posição cômoda de opinar e criticar sem sofrer riscos. Segundo, os partidos políticos ao ascenderem ao governo, julgam transformar-se o Estado em patrimônio seu, com cargos e bens, numa visão patrimonialista de tornar privado, do partido, o que é público, de todo o povo. Os partidos são instituições públicas, e mesmo após uma eleição de dois turnos, portanto de maioria, devem continuar servindo de instrumento de defesa dos interesses do conjunto da sociedade. É esta na verdade a expectativa que a sociedade civil tem dos partidos e dos políticos. Esse conflito entre a expectativa da sociedade e a prática dos partidos talvez explique em parte a elevada rejeição dos partidos e dos políticos.

Entretanto dificilmente teremos uma nação livre, democrática, soberana e justa sem partidos fortes e políticos dignos e respeitados. Cabe a todos a responsabilidade de recuperar estas instituições. Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento são um esforço neste sentido, na medida em que tomam mais substantiva a prática política, num esforço que envolve políticos e sociedade civil.

O Governo Alceu Collares ao abrir deliberadamente a possibilidade de participação da sociedade civil no processo de decisão, através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, independentemente de buscar equilibrar o desenvolvimento regional esta instituição um novo processo político, não restrito aos canais partidários unicamente, mas vinculado também a sociedade civil organizada. Esse fato é novo na política. Ou juntos, políticos e sociedade civil, vamos dar a virada no desenvolvimento do Rio Grande do Sul ou seremos derrotados pelas circunstâncias.

Como político experiente, sabe o governador Alceu Collares as dificuldades para por em prática uma idéia como esta. Certamente foi pensando em vencer tais dificuldades que definiu para a primeira semana de março, um seminário em Santa Maria, articulado com a UFSM, para debater com a sociedade regional o papel, as atribuições, a composição e a importância dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

O Governador Alceu Collares com sua fé no futuro e sua obstinada vontade de vencer, quem sabe comece por este evento de Santa Maria a virar o jogo do desenvolvimento gaúcho, assim entendidas as melhorias econômicas, sociais, políticas e culturais de nosso povo.

Convém lembrar que desenvolvimento também se faz com dinheiro, mas acima de tudo com muita criatividade, trabalho e obstinação.

Estas são algumas contribuições que não esgotam o assunto, ao contrário, espera-se sirvam de auxílio à operacionalização da proposta de implantação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento.

É um texto baseado em referências teóricas, em experiências de participação em Associações Comunitárias, Conselhos de Desenvolvimento Local, em Organizações Político-Partidárias e principalmente no conhecimento da "paquidérmica" máquina estatal.

A prática efetiva da democracia participativa é indispensável para a organização de um Estado comprometido com a maioria marginalizada do nosso povo, e não com as elites, como sistematicamente vem acontecendo, apesar da mudança dos governos com a correspondente alternância de Partidos no poder.